

Nathalia de Ávila Duarte

FEMININAS, PORÉM MASCULINAS

Controvérsias de gênero no universo das policiais militares de Minas

Gerais

Belo Horizonte

2016

Nathalia de Ávila Duarte
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

FEMININAS, PORÉM MASCULINAS
Controvérsias de gênero no universo das policiais militares de Minas
Gerais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Antropologia da Universidade Federal de Minas
Gerais, como requisito parcial para a obtenção de título
de Mestre em Antropologia na área de concentração
“Sistemas simbólicos, socialidades e gênero”.

Orientação: Professora Dra. Erica Souza.

Belo Horizonte

2016

306
D812f
2016

Duarte, Nathalia de Ávila

Femininas, porém masculinas [manuscrito] :
controvérsias de gênero no universo das policiais militares de
Minas Gerais / Nathalia de Ávila Duarte. - 2016.

139 f.

Orientadora: Erica Renata de Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. Antropologia – Teses. 2. Mulheres - Teses. 3. Relações
de gênero - Teses. 4. Polícia militar - Teses. I. Souza, Erica
Renata de. II. Universidade Federal de Minas Gerais.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado EM ANtROPOLOGIA DE NATHALIA DE ÁVILA DUARTE (Nº DE MATRÍCULA: 2014655949)

Aos 15 (quinze) dias do mês de março de 2016 (dois mil e dezesseis), reuniu-se na sala da Congregação – 1º andar do prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais a Comissão Examinadora, para julgar, em exame final, a Dissertação intitulada: ***"FEMININAS, PORÉM MASCULINAS: controvérsias de gênero no universo das policiais militares de Minas Gerais"***, requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Antropologia, Área de Concentração: Antropologia Social - Linha de Pesquisa: Sistemas Simbólicos, Socialidades e Gênero. A Comissão Examinadora foi composta pelas professoras doutoras: **Érica Renata de Souza – orientadora (PPGAN-FAFICH/UFMG); Sabrina Deise Finamori – (DAA-FAFICH/UFMG) e Juliana Gonzaga Jayme - (PUCMINAS)**. Abrindo a sessão, a Presidenta da Comissão, Profa. Dra. Érica Renata de Souza após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à mestranda Nathalia de Ávila Duarte, para apresentação de sua Dissertação. Seguiu-se a arguição pelas examinadoras, com a respectiva defesa da candidata. Logo após a arguição das examinadoras, a Comissão se reuniu, sem a presença da mestranda e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Dissertação por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente à candidata pela Presidenta da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidenta encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 15 de março de 2016.


Profa. Dra. Érica Renata de Souza
(Orientadora)


Profa. Dra. Sabrina Deise Finamori


Profa. Dra. Juliana Gonzaga Jayme

A todas as mulheres que lutam diariamente por reconhecimento

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de um emaranhado coletivo de humanos e não-humanos que tornaram possível, de várias formas, sua materialização e aos quais sou muito grata. Agradecerei neste espaço, portanto, a toda a ampla rede de suporte material, intelectual, afetivo e espiritual com a qual pude contar durante sua realização.

Agradeço primeiramente ao Programa de Pós-graduação em Antropologia pela oportunidade de realizar este trabalho e à CAPES pelo fomento.

Agradeço a todas as Policiais Militares que gentilmente concordaram em participar desta pesquisa e a todas as muitas pessoas que me colocaram em contato com essas entrevistadas.

Agradeço à Érica Souza, minha querida orientadora, que me deu todo o suporte intelectual e encorajamento necessários para a realização desta pesquisa. Agradeço pelas boas idéias e pela confiança e liberdade para que eu pudesse trilhar meu próprio caminho, ainda que com seu constante amparo.

Agradeço aos meus pais, Myriam e Rodrigo, essas duas pessoas carinhosas e brilhantes, por serem fonte constante de inspiração e também por apoiarem e respeitarem integralmente todas as minhas escolhas. Deixo um agradecimento especial à revisão cuidadosa da minha mãe. Agradeço também ao meu irmão pelo apoio e interlocução teórica e política constantes, assim como a toda minha família por me respeitar como eu sou.

Agradeço às e aos colegas de mestrado, especialmente às pessoas que leram e deram ótimas contribuições ao meu trabalho. Agradeço também à professora Ludmila Ribeiro e ao professor Leonardo Fígoli pelas ótimas sugestões dadas na qualificação.

Agradeço às amigas sempre presentes de Tatá, Maria, Clara, Helena, Nina, Luiza, Thaísa, Zoe, Davi, Bicalho, Gasbriel, Luís e Jonas, com agradecimento especial ao Dedé pela generosa ajuda com as referências bibliográficas.

Agradeço ao Douglas por todo o suporte técnico no uso do Linux e, claro, pela amizade.

Agradeço a todas as pessoas maravilhosas do Tarifa Zero, que sempre muito me ensinam não só sobre política, mas sobre diversidade, respeito mútuo e construção

coletiva, com gratidão especial às mulheres incríveis da Frente Feminista.

Agradeço às companhias musicais da Fungado da Sanfona por trazer forró e diversão aos meus dias. Valeu, Tauá!

Agradeço à Júlia, à Maria Raquel e à Renatinha pela presença nos piores e melhores momentos, pelos papos, jantares e acolhidas que muito me alegraram. Agradeço também pela interlocução teórica essencial para esta dissertação e para a vida.

Agradeço à Érica Dumont, amiga e teórica feminista – que inclusive integra a bibliografia deste trabalho – pelos muitos ensinamentos sobre gênero e cuidado, dentro e fora da academia.

Agradeço à Nanda Rodrigues por ter me apresentado os livros da Elizabeth Gilbert e por ter me acolhido no melhor estado do Brasil.

Agradeço à Carol, ao Fillipe e ao Zé, essa família tilelê espiritual cuja presença e amizade foi essencial nesse grande mestrado que é a vida. Todos os encontros, programas da caveira, reikis, boas energias e longas conversas sobre o universo me forneceram o equilíbrio necessário para concluir esse mestrado com suavidade. Vida longa a este encontro.

Agradeço ao Thiago, pelo compartilhamento de alegrias, pela agradável presença etérea no momento árduo de escrita e por cuidar com carinho das minhas plantas no momento de pausa.

Agradeço à Alessia por encher meus dias de alegria e sabor, trazendo sempre boas energias para nossa casa.

Agradeço à Ju Afonso, amiga-amora mais querida, pela companhia na escrita, pela companhia na vida, pelos áudios, pelos ensinamentos, pela alegria, pela troca e, claro, pela revisão. A ela fica um coração, grande e pulsante.

Agradeço, por fim, a todas as pessoas do meu terreiro, essenciais em todo este processo, e a meus pais Yemanjá e Oxalá por todas as dádivas, incluindo cada uma das pessoas aqui citadas.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo investigar, através de pesquisa com as chamadas "policiais femininas" da Polícia Militar de Minas Gerais, as diferentes perspectivas dessas mulheres sobre questões de gênero controversas no universo policial militar. A metodologia, multi-situada, contou com entrevistas semi-estruturadas em profundidade com doze mulheres, análise de reportagens e observações etnográficas. Sem ter a pretensão de chegar a conclusões fixas e permanentes, analiso controvérsias e tensões em torno dos três pares de oposição igualdade-diferença, natureza-cultura e feminino-masculino, constantemente evocados nos debates antropológicos sobre gênero. Para isso, baseio-me sobretudo nas teorias de Joan Scott, Donna Haraway, Marilyn Strathern e Bruno Latour, a fim de contribuir para a abertura das caixas-pretas dessas controvérsias nas experiências das policiais militares de Minas Gerais.

Palavras-chave: Polícia Militar; Mulheres; Gênero; Controvérsias

ABSTRACT

This paper aims to investigate, through research with so-called "female police officers" of the Military Police of Minas Gerais, the different perspectives of these women on controversial gender issues in the military police universe. The methodology, multi-sited, had semi-structured interviews with twelve women, reports analysis and ethnographic observations. Without claiming to reach fixed and permanent conclusions, I analyze disputes and tensions around the three pairs of opposition equality-difference, nature-culture and male-female, constantly evoked in anthropological debates about gender. For this, I base myself mainly on theories of Joan Scott, Donna Haraway, Marilyn Strathern and Bruno Latour, in order to contribute to the opening of the black boxes of these controversies on the experiences of the military police officers of Minas Gerais.

Keywords: Military Police; Women; Gender; Controversies

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I: Ficha das entrevistadas.....	127
ANEXO II: Roteiro das entrevistas.....	132
ANEXO III: “12º Batalhão comemora o Dia da Mulher”.....	134
ANEXO IV: Regulamento de Uniformes e Insígnias da PMMG.....	135

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

- APM – Academia da Polícia Militar
- AFAS – Associação Feminina de Assistência Social
- BGPM – Boletim Geral da Polícia Militar
- BPM – Batalhão da Polícia Militar
- CAP – Centro de Administração Pessoal
- FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública
- FGV – Fundação Getúlio Vargas
- GAT – Grupo de Ações Táticas
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ROTAM – Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas
- P FEM – Policial feminina/o
- PM – Polícia Militar
- PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais
- PMRJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
- PMSP – Polícia Militar de São Paulo
- ONG – Organização não-governamental
- UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. GÊNERO E ANTROPOLOGIA: UM PANORAMA.....	17
1.1 Conceitos de gênero.....	17
1.2 Feminino e masculino.....	19
1.3 Gênero e antropologia.....	21
1.4 Natureza e Cultura.....	24
1.5 Igualdade e Diferença.....	29
2. CONHECENDO O UNIVERSO DAS “POLICIAIS FEMININAS”.....	38
2.1 Adentrando – e sendo adentrada pelo – campo.....	38
2.2 O primeiro contato – desvendando as dicotomias do mundo policial.....	46
2.3 Conhecendo as motivações para entrar na PM.....	57
2.4 Entendendo a disciplina e a hierarquia militares e suas implicações nas relações de gênero.....	63
2.5 Regras de aparência e o controle da feminilidade.....	73
2.6 Associação Feminina de Assistência Social.....	79
3. ABRINDO A CAIXA-PRETA DAS CONTROVÉRSIAS DE GÊNERO.....	83
3.1 Igualdade e Diferença: Mulheres e homens são tratados igualmente na Polícia Militar?.....	87
3.2 Natureza e Cultura: Trabalho policial militar é “coisa de homem”?.....	100
3.3 Feminino e masculino: Como as mulheres impactam a corporação e como a corporação impacta as mulheres?.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	123
ANEXOS.....	127

INTRODUÇÃO

Quando ingressei no mestrado, no início de 2014, nem passava pela minha cabeça a possibilidade de estudar mulheres policiais militares. Entrei com um projeto bem diferente, ainda que também na área de gênero, mas acabei perdendo o interesse por ele ao longo das primeiras disciplinas. As policiais militares apareceram, então, como uma possibilidade muito intrigante de unir vários de meus interesses na época. A curiosidade acerca de mulheres em meios tradicional e majoritariamente masculinos já estava presente no projeto inicial e não havia se alterado, mas meu envolvimento crescente em movimentos sociais me impulsionava a estudar um tema mais diretamente ligado à política e foi no contexto de manifestações contra a Copa do Mundo, em junho de 2014, que o tema da Polícia Militar começou a aparecer como uma possibilidade.

Já nas manifestações de junho de 2013, durante a Copa das Confederações, a Coronel que estava no Comando do Policiamento de Belo Horizonte – a primeira mulher da Polícia Militar de Minas Gerais a ocupar tal posto – me chamou a atenção. Não apenas por ser a primeira mulher nesse posto, mas pelo grande destaque que ganhou e pelas respostas que recebeu: enquanto algumas pessoas a tinham como ídola e tiravam fotos com ela durante as manifestações, outras pessoas, críticas à atuação da PM, a ridicularizavam. O fato é que, gostando dela ou não, pela primeira vez a maioria das pessoas sabia o nome da Comandante do Policiamento da Capital. Começaram a surgir reportagens sobre ela nos telejornais e nas revistas e o fato de que se tratava de uma mulher era sempre muito enfatizado – não necessariamente de forma positiva. Em reportagem da Revista *Veja* sobre a Coronel, os estereótipos ligados à feminilidade, como a vaidade, a emotividade, a homossexualidade e a procura por um “príncipe encantado” foram todos exaustivamente mobilizados:

“Meu dia começa com um banho seguido de outro banho, o de hidratante”, conta a vaidosa coronel. (...) Tempo ela só não tem para namoros. “Ainda não dei a sorte de encontrar um companheiro que conseguisse conviver com o ritmo de vida que eu tenho”, afirma. “Meus namorados não tiveram paciência de ficar comigo.” A coronel, porém, não perdeu a esperança de encontrar um príncipe encantado generoso,

que não se incomode com sua longa jornada de trabalho. “Sozinha, sou uma pessoa 100% feliz. Vou me tornar 200% feliz quando encontrar uma pessoa para dividir o coração.” Quem disse que uma comandante não pode ser romântica como qualquer mulher? Cláudia é. E também é manteiga derretida. Chega a chorar com propagandas de televisão. (...)

O incômodo que me tomou quando li essa reportagem se juntou ao incômodo que sentia ao ouvir a paródia que manifestantes favoráveis à desmilitarização da PM cantavam para a Coronel durante as manifestações: “Ela não ama, ela é polícia, joga bomba e é oportunista, Coronel Cláudia arrasa no *look*, tira foto no protesto pra botar no Facebook”. Tanto o conteúdo da paródia, remetendo à aparência da Coronel, quanto o próprio fato de terem coragem de a ridicularizar através dessa música (como eu nunca tinha visto fazerem com um Coronel homem) me atentaram para a dimensão de gênero presente no ato. De um lado, uma revista de posicionamento político declaradamente conservador tentava de todas as formas alocar a Comandante nos padrões tradicionais de feminilidade (dando detalhes sobre sua rotina e vida pessoal que não seriam comentados caso a reportagem fosse sobre um Coronel homem) e, de outro, manifestantes declaradamente de esquerda se aproveitavam da sua condição de mulher para a ofender. Parecia não haver saída. Foi a partir destas reflexões que tive a curiosidade de entender a complexidade das questões de gênero vivenciadas por essas mulheres policiais, que representam atualmente 10% do contingente Policial Militar total do país e cerca de 8% do contingente da Polícia Militar de Minas Gerais, mas irrisórios 1,5% em outras grandes corporações, como é o caso da Polícia Militar do Estado de Rio de Janeiro.

Por me interessar pela discussão da desmilitarização, ao mesmo tempo em que me interessava pelo tema do gênero e do feminismo, comecei a perceber que nenhum dos argumentos mobilizados no debate acerca da militarização levava em conta a dimensão do gênero. A ligação entre as duas discussões era, no entanto, evidente pra mim, já que as instituições militares são a concretização dos valores construídos como masculinos na nossa sociedade: força, agressividade, coragem, hierarquia e racionalidade. Olhar para a militarização sob a perspectiva de gênero me pareceu urgente e as muitas questões que comecei a me colocar foram: Que impactos a entrada de mulheres na Polícia Militar teve para a corporação? E que impactos teve para essas

mulheres? E para os estereótipos sociais e binários de gênero? Qual seria a motivação dessas mulheres em entrar em um universo tão hostil e masculino? Qual a motivação da corporação em começar a aceitá-las? Homens e mulheres são tratados de forma diferente na instituição? Se sim, quais as diferenças? Há na justificção dessas diferenças um discurso biologicista? O trabalho policial militar ainda é visto como um serviço masculino? Como os conceitos de igualdade e diferença aparecem no discurso dessas mulheres?

Consciente de que eram questões demais para uma dissertação, optei por fazer um mapeamento das questões de gênero, ao invés de me aprofundar em apenas uma. Como o tempo reservado ao trabalho de campo no mestrado é curto, acabei me conformando, à medida em que o realizava, com o fato de que não seria possível fazer uma etnografia efetivamente representativa deste universo, mas sim analisar as controvérsias de gênero que apareciam no discurso das doze participantes da pesquisa¹. A idéia de focar nas controvérsias presentes nas falas surgiu no decorrer do trabalho de campo, já que todas as minhas entrevistadas mudavam constantemente de discurso – às vezes se contradizendo – dependendo da pergunta que respondiam. Às vezes falavam que não existia tratamento diferenciado, às vezes falavam que sim, às vezes atribuíam as diferenças a questões genéticas, às vezes atribuíam a questões culturais e sociais, às vezes atribuíam a discriminação especificamente ao meio militar, às vezes diziam que era apenas o machismo da sociedade que também se encontrava na corporação e assim por diante. Diante disso, considerei que o mais honesto seria não chegar a respostas taxativas a essas muitas perguntas, mas tratar todas essas questões de gênero como controvérsias inconclusas que são. O objetivo deste trabalho, portanto, é contribuir com a abertura da *caixa-preta* que envolve as mulheres na Polícia Militar, no sentido de Bruno Latour (2000):

A expressão caixa-preta é usada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais. Em seu lugar, é desenhada uma caixinha preta, a respeito da qual não é preciso saber nada, senão o que nela entra e o que dela sai. (...) Ou seja, por mais controvertida que seja sua história, por mais complexo que seja seu funcionamento interno, por maior que seja a rede comercial ou acadêmica para a sua implementação, a única coisa que conta é o que se

¹ O detalhamento do trabalho de campo está no tópico 2.1 do segundo capítulo

põe nela e o que dela se tira. (LATOUR, 2000: 14)

O conteúdo da caixa-preta é tão confuso e ininteligível, que em geral optamos por não abri-la por preferirmos as certezas purificadas² que dela saem, mas corroboro a visão de Latour de que é justamente na controvérsia intrínseca à sua abertura que é possível jogar luz sobre importantes questões. Nas palavras de Ricardo Abramovay, trata-se de uma forma de orientar a tomada de decisão, muito mais do que uma atitude pós moderna que “se compraz em constatar a igualdade heurística dos argumentos e que, portanto, torna frivolamente equivalentes os termos do debate, interessando-se por exemplo, simplesmente por sua retórica” (ABRAMOVAY, 2007: 132), já que “recusar a existência de uma verdade estabelecida e unânime à qual se chegaria em algum momento traz consequências práticas quanto aos modos de funcionamento da decisão pública” (ABRAMOVAY, 2007: 130).

A teoria Ator-rede de Latour é, portanto, uma das teorias utilizadas neste trabalho, porém não a principal. Não realizarei aqui uma cartografia de controvérsias *stricto sensu*, mas aliarei a teoria de Latour às teorias de Joan Scott, Donna Haraway e Marilyn Strathern, para citar apenas as autoras principais.

Ainda na etapa do projeto, considerei a possibilidade de entrevistar também policiais homens, mas acabei optando pelo recorte só de mulheres por alguns motivos. O primeiro deles dizia respeito ao tempo reduzido de campo, e entrevistar homens implicaria em entrevistar menos mulheres. O segundo dizia respeito à complexidade ainda maior que a inclusão da perspectiva masculina (que certamente também seriam várias) traria à análise das já muitas perspectivas trazidas pelas mulheres, considerando a limitação de tamanho de uma dissertação. Mas o terceiro e principal motivo foi a escolha de dar voz a esse grupo já tão invisibilizado pelos trabalhos produzidos a respeito das instituições militares. No campo da Antropologia, encontramos dois trabalhos de fôlego sobre os militares que não apresentam um recorte explícito de gênero: *O Espírito Militar*, de Celso Castro (1990) e *Meia-Volta, Volver*, de Piero Leirner (1997), ambos da década de 1990. O primeiro é um estudo sobre os cadetes da Academia Militar de Agulhas Negras e se debruça sobre a formação da identidade

² A ideia latouriana de purificação diz respeito ao processo de esquecimento dos processos de construção de um fenômeno dito “natural” é cuidadosamente fabricado.

militar, evidenciando que esta se dá em oposição à identidade civil. O segundo, por sua vez, é uma etnografia realizada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e tem como foco central a hierarquia militar. Ainda que não se proponham a fazer um recorte de gênero, é surpreendente que esses trabalhos não tratem, nem de forma tangencial, dessa questão. O tema das mulheres em relação com o militarismo é tratado, em regra, por etnografias feitas por mulheres, em geral com um recorte de gênero explícito, como o trabalho de Cristina Rodrigues da Silva (2006), Maria Rosa Lombardi (2009), e Jacqueline de Oliveira Muniz (1999). A exceção é o recente trabalho de Marcos Santana de Souza (2014). Apesar de atualmente já haver um número significativo de trabalhos sobre gênero e militarismo, a maioria deles trata das mulheres nas Forças Armadas, enquanto o tema das policiais militares ainda é pouco explorado, o que justifica a relevância deste trabalho.

A Polícia Militar de Minas Gerais, lócus da minha pesquisa, foi criada em 1775, mas apenas em 1981 admitiu a entrada da primeira turma de mulheres, criando uma Polícia Feminina com formação separada dos homens e com permissão para atuar somente no serviço administrativo. Segundo trabalho de Livia Neide de Azevedo Alves sobre a história da Polícia Feminina da PMMG, somente em 1992 começou a haver turmas de formação mistas. Apesar do pequeno contingente de mulheres na corporação (8%), na última década as mulheres conquistaram cada vez mais espaço na profissão, atuando agora nas mesmas funções e começando a chegar nos postos de comando. A corporação está vivendo, portanto, um momento de mudança, e as interlocutoras mais antigas ressaltaram que a realidade que elas viveram na década de 90 é muito diferente da atual. Atualmente há uma reserva de vagas de 10% para mulheres nos concursos, cota que é, porém, restritiva e divide opiniões – constituindo uma das controvérsias tratadas nesta dissertação.

O título da dissertação, “Femininas, porém masculinas” é uma alusão ao termo nativo “policiais femininas” para designar as mulheres policiais – ainda que o termo oficial seja “policiais femininos”, como será explicitado no segundo capítulo – ao mesmo tempo que faz referência ao processo de exigência dupla de performance de gênero vivenciado por estas mulheres, que são simultânea ou alternadamente femininas, masculinas e andróginas, tanto no imaginário social e policial, quanto na vida cotidiana, tema que será retomado várias vezes ao longo do texto.

É importante salientar que, neste trabalho, dialogo com três grandes grupos teóricos: a teoria antropológica, a teoria de gênero e a produção teórica sobre polícia e militarismo, o que faz com que nenhuma das três seja usada de forma exaustiva. Tentei, na medida do possível, dar atenção igual para todas, assim como para o trabalho de campo, que a partir do segundo capítulo aparece de forma constante.

A dissertação foi estruturada em três capítulos. Apesar da minha tentativa de tentar separar o mínimo possível a teoria dos dados de campo, acabei me convencendo da importância de um primeiro capítulo exclusivamente teórico, por considerar importante situar a discussão da teoria antropológica em conjunto com as teorias de gênero – área nômade que precisa constantemente provar sua pertinência em disciplinas já estabelecidas. Esse capítulo foi, então, uma tentativa de ser generosa com as eventuais leitoras e leitores, ao mesmo tempo que foi uma etapa importante do meu processo de escrita, pois nesse capítulo consegui sistematizar para mim mesma as muitas teorias de gênero com as quais entrei em contato durante o mestrado, ligando-as também aos conceitos antropológicos que eu pretendia trabalhar. Ao fim desse capítulo, explicito qual a minha perspectiva dentre as tantas perspectivas dos estudos de gênero e da antropologia, que é uma posição próxima à interseção feita por Marilyn Strathern, assumidamente antropóloga e feminista, e à interseção feita por Joan Scott entre o feminismo da segunda e da terceira ondas.

O trabalho de campo realizado em Belo Horizonte no âmbito da Polícia Militar é apresentado no segundo capítulo, com as principais características do universo das policiais militares e já com as primeiras análises sobre as questões de gênero relacionadas. A observação do trabalho cotidiano das policiais não me foi permitida, e as entrevistas semi-estruturadas em profundidade – todas gravadas e transcritas – foram a principal ferramenta metodológica, aliada à observação de eventos pontuais de análise de reportagens, e da literatura já produzida sobre o tema, constituindo uma etnografia multi-situada. Mulheres de vários perfis foram entrevistadas³, sendo duas Soldados, uma Cabo, cinco Sargentos, uma Tenente-Coronel (e psicóloga da corporação) e uma Coronel, além da mãe de uma Soldado e de duas assistentes sociais ligadas à instituição – nos casos em que foi possível, realizei mais de uma entrevista com a mesma policial. Das nove policiais, duas se consideram negras, duas pardas e cinco brancas. Três têm

³ Os dados de cada uma se encontram no ANEXO I

ensino médio e seis têm ensino superior completo. Três não têm religião, quatro são espíritas, uma evangélica e uma católica. Duas são casadas, sete são solteiras. Das nove, duas são mães e uma estava grávida durante o período de campo. Cinco têm entre 20 e 40 anos e quatro tem entre 40 e 53 anos. A história e as motivações de cada uma dessas policiais para o ingresso na profissão estão também expostas no segundo capítulo. É importante ressaltar que os nomes das interlocutoras foram substituídos por nomes fictícios neste trabalho.

No último capítulo, três grandes controvérsias com várias pequenas controvérsias embutidas foram escolhidas para ser analisadas à luz da teoria de Joan Scott, Donna Haraway, Marilyn Strathern e Bruno Latour. As discussões teóricas do primeiro capítulo são retomadas para pensar três pares de oposição bastante importantes para as controvérsias em torno das relações de gênero: igualdade e diferença; natureza e cultura; e feminino e masculino. À discussão de cada par foi associada uma grande questão controversa referente ao universo dessas mulheres policiais militares e expressa em seus discursos.

Por fim, é preciso ressaltar que, ainda que o universo militar seja muito distinto do meu, este trabalho também tem, em alguma medida, uma dose de auto-antropologia, no sentido de que sou uma mulher estudando outras mulheres, falantes da mesma língua e residentes na mesma cidade e sem dúvida o meu gênero foi um fator facilitador de acesso a elas – na mesma medida em que seria um fator dificultador caso o recorte fosse de policiais homens. Assumo, portanto, desde já o lugar de mulher, branca, antropóloga e feminista do qual escrevo. Me esforcei, sendo assim, para usar linguagem neutra de gênero sempre que possível, optando por falar “as pessoas militares” ao invés de as/os militares, tanto por não querer reforçar o sistema binário que identifica apenas dois gêneros como válidos, quanto por querer oferecer um texto de leitura mais fluida.

Aviso desde já que no lugar de uma conclusão há apenas considerações finais, pois considerei impossível chegar a conclusões estáveis e fechadas sobre assuntos tão controversos. Espero, no entanto, ter contribuído para abertura desta caixa-preta tão invisibilizada e importante que é a das questões de gênero na Polícia Militar.

CAPÍTULO 1

GÊNERO E ANTROPOLOGIA: UM PANORAMA

Este capítulo é uma apresentação de conceitos importantes tanto da antropologia quanto dos estudos de gênero que serão relevantes para a análise dos dados da pesquisa presentes nos próximos capítulos. Como a discussão teórica dos dois campos é vasta e complexa, optei por não trazer, neste momento, as observações do trabalho de campo entre as policiais. Os pares conceituais *feminino-masculino*, *natureza-cultura* e *igualdade-diferença* aqui apresentados serão referidos muitas vezes ao longo da dissertação, de forma que tento aqui proporcionar uma visão ampla de seus significados para uma melhor compreensão da análise que virá em seguida.

Apresento neste capítulo também diversas perspectivas feministas e de gênero para poder situar meu lugar de fala, uma vez que uma das principais contribuições da antropologia, não só para as ciências humanas, mas para todas as ciências, é que não há neutralidade teórica e uma pesquisa será tão mais honesta quanto mais explícito estiver o lugar do qual se fala.

1.1 Conceitos de gênero

A discussão teórica sobre relações de gênero – na antropologia e fora dela – é extensa, envolve vários conceitos e diversas perspectivas sobre os mesmos. Sem pretensão de empreender aqui uma revisão completa da discussão, apresento os conceitos e perspectivas que utilizo como ferramenta para analisar o universo das “Policiais Femininas” – termo nativo que designa as mulheres que integram a Polícia Militar.

Além do próprio conceito de *gênero*, delimito aqui também os conceitos de três pares esquemáticos – produzidos pelo pensamento ocidental como oposições – quais sejam: *feminino-masculino*, *natureza-cultura* e *igualdade-diferença*. O debate teórico

envolvendo cada um desses pares é vasto, portanto não farei uma revisão exaustiva da discussão, mas antes uma apresentação das perspectivas mais importantes para analisar os dados obtidos no meu trabalho de campo.

Ao longo das últimas décadas, a noção de gênero se ampliou muito e a diversidade de significados do termo tem causado dificuldades no uso do mesmo (CASTILLO, 2010: 232). Faz-se necessário, portanto, delimitar bem o conceito de gênero com o qual trabalho. Ainda que com ressalvas, faço uso de “gênero” no sentido de Judith Butler (2003), ou seja, pensando no mesmo como radicalmente independente do sexo ou, na formulação de Sara Salih sobre a mesma autora, como “um processo que não tem origem nem fim, de modo que [o gênero] é algo que ‘fazemos’ e não algo que ‘somos’” (SALIH, 2002: 67). Tal noção implica que “*homem e masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino, como um masculino, e *mulher e feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino” (BUTLER, 2003: 24/25). Esse conceito de gênero é útil à pesquisa na medida em que separa o masculino e o feminino dos corpos que produzem tais gêneros, explicando, por exemplo, o processo de masculinização das mulheres que apresentarei ao longo desta dissertação. Também é útil na medida em que justifica a inclusão das mulheres transgênero no grupo a ser pesquisado. Mais do que *mulheres* no seu sentido (dito) biológico, interessa-me o *gênero feminino* em relação com o militarismo.

Butler entende não apenas o gênero, mas também o sexo, como uma produção discursiva e crítica “a suposição de que o termo *mulheres* denote uma identidade comum” (BUTLER, 2003: 20) – crítica com a qual concordo e que levo em conta na concepção desta pesquisa. Faço uso, no entanto, do termo *mulheres*, primeiramente, pela importância política de não desconstruir as identidades a ponto de desconstruir também a desigualdade e as relações de poder que se dão entre determinados grupos⁴. Além disso, não é possível fugir do termo *mulheres* enquanto categoria nativa que organiza experiências na sociedade e, conseqüentemente, na Polícia Militar de Minas Gerais. É importante dizer, no entanto, que, sempre que me refiro a *mulheres*, incluo nesta categoria mulheres cisgênero e transgênero⁵. Sendo assim, uso *mulheres* no

⁴ Preocupação que também tem Butler, como evidencio no tópico “Igualde e Diferença”

⁵ Entende-se por cis uma pessoa na qual o sexo designado ao nascer, o sentimento interno/subjetivo de sexo, o gênero designado ao nascer e o sentimento interno/subjetivo de gênero, se encontram em concordância. Uma pessoa trans, por sua vez, é alguém que não se enquadra nos critérios de inteligibilidade e normatividade cisgêneros, como as travestis e transexuais. (Definição tirada do texto

sentido de performance de gênero e não no sentido biológico associado à genitália.

1.2 Feminino e Masculino

A simples existência das mulheres na Polícia Militar – uma profissão tradicionalmente ocupada por homens, que começou a ser aberta às mulheres apenas no início da década de 1980 – já coloca a necessidade de debater as noções de masculino e feminino, uma vez que, apesar de serem chamadas de “Policiais Femininas”, passam por um processo de masculinização dentro da corporação. O par *feminino-masculino* já foi visto de diversas formas por psicanalistas, cientistas sociais e cientistas naturais ao longo da história, como mostra a autora trans Raewyn Connell⁶ em sua obra *Masculinities* (1995).

Contrariando a ideia produzida pelas ciências biológicas de que haveria uma diferença natural e intrínseca nas personalidades e capacidades de mulheres e homens, Sigmund Freud foi o primeiro, segundo Connell, a entender o gênero como não fixo pela natureza, mas construído, levantando a hipótese de que humanos eram constitutivamente bissexuais e que masculino e feminino coexistiam em todas as pessoas (CONNELL, 1995: 9). Carl Jung, após romper com Freud e sua perspectiva, também tomou as questões de gênero como centrais em seu trabalho, mas considerou a polaridade *feminino-masculino* como uma estrutura universal da psique, internalizada em todas as pessoas na forma de arquétipos. Apesar de tanto Freud quanto Jung considerarem a existência simultânea do feminino e do masculino em homens e mulheres, Jung tomou tal oposição como uma verdade absoluta, enquanto Freud fazia um esforço de superar tal polarização. Jung foi então criticado por construir uma teoria normalizadora, sem nenhum espaço para mudança – a única mudança possível seria no equilíbrio entre esses dois polos (CONNELL, 1995:13). O primeiro psicanalista dissidente, que propôs uma teoria não conservadora acerca do par feminino-masculino,

“O que é cissexismo?” publicado no Blog “Tansfeminismo” In: <http://transfeminismo.com/2011/11/17/o-que-cissexismo/>)

⁶ Raewyn Connel nasceu Robert Connel, e apesar de ter escrito o livro *Masculinities* antes de se transicionar, respeito aqui sua identidade de gênero atual, que é de mulher.

foi Alfred Adler, um médico socialista convencido da importância de fatores sociais na doença (CONNELL, 1995:15). Ele também partiu da polaridade dual entre os gêneros, mas enfatizou o argumento feminista de que um lado da polaridade (o feminino) é culturalmente desvalorizado e associado com a ideia de fraqueza. Um dos argumentos de Adler que interessa diretamente a esse trabalho é o de que há uma conexão indubitável entre masculinidade, poder e violência pública, conclusão à qual chegou após trabalhar em hospitais militares austríacos durante a Primeira Guerra Mundial (CONNELL, 1995: 17). Após a revisão do tema na psicanálise, Connell enfatiza a importância dos trabalhos antropológicos na desconstrução da visão hegemônica a respeito da “diferença sexual” e dos estereótipos de masculino e feminino, mostrando a diversidade no trato da sexualidade e sua consequente formação de caráter em outras culturas, como mostrarei no tópico seguinte.

Dada a variedade de concepções a respeito das noções de ‘feminino’ e ‘masculino’, é preciso, então, delimitar a perspectiva que adoto sobre tais conceitos. A definição que tomo como referência é a de Rita Segato, que afirma que masculino e feminino são "posições relativas, que se encontram mais ou menos estavelmente representadas pelas anatomias de homens e mulheres na vida social, mas não necessariamente." (SEGATO, 1998: 4). A relatividade de tais posições também é colocada por Butler, que afirma que masculino e feminino se encontram tanto em homens quanto em mulheres (MISKOLCI, 2012: 31). A mesma noção está presente na obra *Female Masculinity* [Masculinidade Feminina] (1998) do autor trans Jack Halberstam⁷, que afirma que “a masculinidade não deve e não pode ser reduzida ao corpo do homem e a seus efeitos”⁸ (HALBERSTAM, 2008 [1998]: 23), chamando a atenção para a existência de masculinidades de mulheres, que são depreciadas como sobras da masculinidade hegemônica, para que a masculinidade de homens possa aparecer como a verdadeira.

Esta relatividade dos gêneros é central para minha pesquisa, uma vez que uma das coisas que pretendo observar é a existência, como indica a literatura, de um processo de masculinização das mulheres que se tornam militares. Assim como faço com o termo *mulheres*, interpreto *masculino* e *feminino* também como categorias

⁷ Jack Halberstam nasceu Judith Halberstam, e apesar de ter escrito o livro *Female Masculinity* antes de se transacionar, respeito aqui sua identidade de gênero, que é de homem.

⁸ Tradução minha

nativas, seguindo o exemplo de Strathern em *O Gênero da Dádiva*, que entende "'masculino' e 'feminino' não como princípios motivadores ou místicos em funcionamento na sociedade, mas como descrições convencionais das formas nas quais os melanésios tornam conhecidas as pessoas e coisas" (STRATHERN, 2006: 446).

Em resumo, longe de querer essencializar feminino e masculino e de reforçar uma visão binária do gênero, trabalho com tais conceitos enquanto noções que estão muito presentes no imaginário brasileiro. Margareth Rago sintetiza a idéia quando afirma que, apesar de não acreditarmos em uma "natureza feminina", não podemos ignorar os efeitos que tal crença tem na sociedade, uma vez que, nas palavras da autora, "as diferenças de gênero, construídas social e culturalmente, marcaram profundamente a formação de nossa identidade ao longo do tempo, assim como a definição dos espaços sociais femininos e masculinos." (RAGO, 2001: 62).

1.3 Gênero na Antropologia

Bronislaw Malinowski foi o primeiro antropólogo a mostrar as diferenças culturais na lide da sexualidade em *A vida sexual dos selvagens* (1929), evidenciando como, para trombriandeses, a sexualidade tem significados diferentes dos existentes na Europa, assim como que os padrões estéticos e de comportamento associados a mulheres e homens diferem fortemente dos padrões ocidentais.

A antropóloga Margareth Mead, no entanto, foi a primeira a tematizar especificamente a questão das relações de gênero e sua obra *Sexo e Temperamento* (1935) teve papel muito importante na desconstrução do determinismo biológico. Neste livro, Mead escreve sobre a vida e os comportamentos de gênero em três diferentes grupos: Arapesh, Mundugumor e Tchambuli. O trabalho de campo de Mead revela que entre os Arapesh, apesar de existir uma diferença de funções masculinas e femininas, homens e mulheres são (ou devem ser) igualmente "gentis, compreensivos, cooperativos, desejosos e capazes de subordinar às necessidades dos mais jovens ou mais fracos" (MEAD, 2011 [1935]: 141). O comportamento esperado para homens e mulheres entre os Mundugumor é também idêntico, a diferença é que ambos os gêneros

são tidos como “violentos, competitivos, agressivamente sexuados, ciumentos e prontos a ver e vingar insultos, deliciando-se na ostentação, na ação e na luta” (MEAD, 2011 [1935]: 219). Já entre os Tchambuli, a personalidade social de homens e mulheres é bastante diferente, em verdade oposta e, conseqüentemente, complementar. Nesta sociedade, os comportamentos esperados de mulheres e homens são em grande medida contrastantes com os da sociedade ocidental: as mulheres tomam a iniciativa sexual, são responsáveis pela pesca e pelos trabalhos manuais, ao passo que os homens ocupam posições mais passivas e são responsáveis pelas danças e atividades cerimoniais.

No contexto em que Mead escreve *Sexo e Temperamento*, a discussão que gira em torno da natureza *versus* criação/educação era bastante forte nos Estados Unidos e sua grande contribuição é começar a desconstruir o determinismo biológico (que explicava comportamentos sociais através da genética). A antropóloga chega a dizer, na introdução do livro, que até realizar essa pesquisa “compartilhava a crença geral da nossa sociedade de que havia um temperamento ligado ao sexo natural, que no máximo poderia ser destorcido ou afastado da expressão normal” (MEAD, 2011 [1935]: 26). Sua conclusão, no entanto, é de que os temperamentos que acreditamos naturais são meras variações do temperamento humano e que os membros de ambos os sexos podiam ter seus comportamentos bastante aproximados através da educação. O trabalho de Mead foi pioneiro em problematizar comportamentos tidos como universais, biológicos e naturais em homens e mulheres e apontar a cultura como principal fator constitutivo do temperamento dos sexos⁹. É importante salientar que Mead usa o termo “sexo” porque nesta época ainda não existia o conceito de gênero. O termo gênero só começou a ser usado no sentido de uma construção social em cima do sexo biológico a partir da década de 1960¹⁰, ainda que a ideia já tivesse sido plantada no fim da década de 1940 por Beauvoir em *O Segundo Sexo*.

O antropólogo Gregory Bateson também trouxe contribuições importantes para a discussão de gênero dentro e fora da antropologia. Bateson realizou trabalho de campo em Nova Guiné e Bali, escrevendo posteriormente o livro *Naven* (1936), cujo tema principal é o ritual de mesmo nome, praticado pelos Iatmul. Durante o Naven (ritual bastante complexo e diverso) homens se vestem de (ou tornam-se) mulheres para honrar

⁹ Uso “sexos” ao invés de “gêneros” para ser fiel ao termo utilizado no livro

¹⁰ O psicanalista Robert Stoller foi quem primeiro fez a distinção entre os termos sexo e gênero, em 1968.

o feito de um jovem (*laua*). Em algumas poucas ocasiões, meninas também são honradas, mas em geral o ritual se destina a celebrar atos notáveis de meninos. O homem em questão é o irmão da mãe (*wau*), que além de se vestir de mulher, fazendo uma caricatura exagerada das mesmas, simula investidas sexuais, trazendo uma espécie de humilhação para seu *laua*. As mulheres, por sua vez, também se vestem de homens, de forma igualmente caricatural. A grande contribuição do livro é a interpretação não binária e não essencialista que Bateson faz do ritual. A discussão que o antropólogo traz diz respeito à fluidez da masculinidade entre os Iatmul, uma vez que esta, nas palavras de David Lipset, não é

subscrita, ou fundada pela natureza, isto é, em distinções físicas. Ele descobriu, ou encontrou, ao contrário, uma masculinidade que era definida e depois redefinida no interior e no âmbito de campos culturais mais amplos, constituídos de perfis, papéis e acessórios que eram auto-evidentemente apropriados a certas apresentações em certas circunstâncias por ambos os sexos. (LIPSET, 2009: 63)

Enquanto Mead trouxe a contribuição muito importante de desnaturalizar os comportamentos e de mostrar a enorme gama de possibilidades de temperamentos que possuem homens e mulheres, Bateson levou mais a diante a negação da essencialização, chamando atenção para a dimensão relacional dos gêneros. Dessa forma, na visão de Lipset, Bateson abre caminho, em *Naven*, para o que seria discutido posteriormente por Marylin Strathern em *O Gênero da Dádiva* (2006 [1988]):

A própria Strathern cita *Naven* de Bateson como metade “do início” do construtivismo de gênero nos estudos melanésios (Strathern, 1988:70), a outra metade sendo *Sexo e Temperamento* de Mead (1963 [1935]). Mas, além disso, vai adiante e admite uma dívida maior com o livro de Bateson. (LIPSET, 2009:71).

Marylin Strathern tornou-se outra grande referência contemporânea na antropologia do gênero ao se debruçar sobre as relações de gênero entre o povo Hagen, na Melanésia. Em linhas gerais, a autora explicita que as pessoas Hagen têm uma

identidade composta, ou seja, o gênero das pessoas emergiria de acordo com a situação e com quem se relacionam, é como se cada indivíduo possuísse uma sociedade inteira dentro de si e a masculinidade e a feminilidade fossem então definidas no ato de destacar ou englobar as partes do outro. Seu argumento é de que, na sociedade Hagen, o gênero não está preso dentro de um corpo. Também feminista, Strathern critica uma certa perspectiva feminista – que identifica como politicamente radical, mas conceitualmente conservadora – que exporta e cristaliza conceitos e dicotomias ocidentais para falar de uma opressão universal das mulheres (STRATHERN, 2006: 60), como aprofundo no próximo tópico.

1.4 Natureza e Cultura

O par *natureza-cultura* é um tema clássico da Antropologia, sendo objeto principal de importantes obras. A relação entre elas por vezes aparece como oposição, por vezes como complementariedade, por vezes como continuidade, ou ainda descontinuidade. Uma das pessoas que se debruçaram especifica e declaradamente sobre tal tema foi Claude Lévi-Strauss em *Estruturas Elementares do Parentesco* (1982). Ele começa a obra se perguntando onde acaba a natureza e onde começa a cultura, ressaltando que todas as respostas dadas até o momento se mostraram decepcionantes, especialmente por não existir nenhum grupo em “estado de natureza” ou com comportamento “pré-cultural”. O antropólogo defende que a passagem de uma à outra se dá através da proibição do incesto, que possui ao mesmo tempo o caráter universal da natureza e o caráter particular da cultura, uma vez que é uma regra que aparece sem exceção em todos os grupos sociais, mas que toma uma forma cultural específica em cada contexto. Natureza e cultura para Lévi-Strauss não teriam então uma relação de oposição, mas sim de descontinuidade, sendo o incesto o salto de uma a outra. O autor ressalta, no entanto, que o contraste entre natureza e cultura deve ser visto, antes de qualquer coisa, como uma criação artificial da cultura.

No que diz respeito especificamente à discussão de gênero, Sherry Ortner é uma referência importante. Em “Está a mulher para o homem assim como a natureza

para a cultura?” (1979), a antropóloga parte da idéia de que “o status secundário feminino na sociedade é uma das verdades universais, um fato pan cultural” (ORTNER: 1979: 95), argumentando a partir de exemplos etnográficos que tal status se explica pela associação da mulher à natureza e do homem à cultura (que dominaria a natureza):

Minha posição é simplesmente que cada cultura reconhece e mantém implicitamente uma distinção entre a atuação da natureza e a atuação da cultura (a consciência humana e seus produtos), e mais, que a diferença da cultura, se apoia precisamente no fato de poder na maioria das circunstâncias transcender as condições naturais e transformá-las para seus propósitos. Portanto, a cultura (isto é, cada cultura) em algum nível de percepção demonstra não ser somente distinta da natureza mas superior a ela (...). Voltando agora ao problema das mulheres, seu status pan-cultural secundário poderia ser considerado, simplesmente, postulando-se que as mulheres são identificadas ou simbolicamente associadas com a natureza, em oposição aos homens que são identificados com a cultura. (ORTNER, 1979: 101)

Podemos ver a partir deste trecho que, para Ortner, natureza e cultura não somente existem como entes separados, mas estão em uma relação hierárquica, uma subordinada à outra. Segundo a autora, é à “função de procriação” que se deve a maior proximidade das mulheres com a esfera da natureza, fazendo a ressalva de que não está totalmente associada à natureza, mas “por sua consciência e participação no diálogo social, ela é reconhecida como uma participante da cultura. Portanto, ela surge como intermediária entre a cultura e a natureza numa escala de transcendência inferior à do homem” (ORTNER: 1979: 106).

A perspectiva de Strathern se contrapõe à de Ortner, primeiramente pelo fato de Ortner aplicar noções ocidentais a contextos culturais e universos simbólicos totalmente diferentes:

Ao universalizar questões sobre a subordinação das mulheres, portanto, o pensamento feminista compartilha com a antropologia clássica a idéia de que são comparáveis entre si as imensamente numerosas formas de organização social passíveis de ser encontradas através do mundo. Sua comparabilidade é um artifício específico do ocidente com vistas à organização da experiência e do conhecimento. (STRATHERN, 2006:66)

Carol MacCormack argumenta no mesmo sentido de Strathern em *Nature, Culture and Gender* (1980), desconstruindo a associação *natureza-selvagem-feminino* em oposição à associação *cultura-domesticado-masculino* como uma metáfora universal da estrutura humana, mostrando como homens também são associados à natureza e ao selvagem e as mulheres à cultura e ao domesticado (afinal de contas, é justamente ao âmbito doméstico que elas aparecem normalmente conectadas). Em um certo sentido, sua argumentação se aproxima da afirmação de Sherry Ortner (de que mulheres são intermediárias entre a natureza e a cultura), na medida em que afirma que a literatura etnográfica sugere que mulheres são mediadoras entre a natureza e a cultura. No entanto, essa posição de mediação não aparece, segundo MacCormack, como negativa, nem como exclusividade das mulheres.

Strathern, no mesmo livro, traz uma discussão próxima à de MacCormack e parte de sua experiência de campo na sociedade Hagen para discutir os pares de oposição acima citados. É relevante começar com as considerações que Strathern faz no texto “Self-interest and the social good: some implications of Hagen gender imagery”, por trazer este vários elementos etnográficos que embasarão suas formulações teóricas. O acontecimento central que organiza o texto é um episódio do qual ela participou durante seu trabalho de campo e que é, para ela, emblemático de como certos conceitos são operados na sociedade Hagen. Trata-se de uma pequena viagem que ela fez de carro com mais duas mulheres Hagen para visitar uma amiga, sendo que ela era a motorista. Como lá mulheres não devem andar sozinhas nos carros e como se tratava de um carro coletivo, elas sofreram ataques de um homem que havia contribuído financeiramente com o carro. O caso gerou uma grande controvérsia, já que as mulheres também haviam dado dinheiro para comprar o carro, e o que se mostrou posteriormente foi que o episódio teve menos a ver com uma violência às mulheres do que com um questionamento de um certo grupo sobre o tipo de uso que outro grupo estava fazendo do carro coletivo (que deveria ser usado para investimento e não para fins particulares). O homem teve seu dinheiro de volta, mas ficou sendo malvisto pela comunidade por não estar pensando no bem coletivo, enquanto sua esposa e sua mãe, que haviam também contribuído para o carro, tiveram sua autonomia respeitada ao escolherem não receber devolução e continuar usando o carro.

A questão que Strathern levanta a partir desse caso é que, simbolicamente, as características e os afazeres associados às mulheres são desvalorizados (considerados “rubbish“ e egoístas) em favor das características e afazeres masculinos (considerados altruístas), mas que essa associação simbólica não necessariamente define mulheres e homens na prática. Ou seja, trata-se de uma relação metafórica, mais do que metonímica: mulheres são associadas ao desprestígio e homens ao prestígio, mas um não é o outro necessariamente. No episódio do carro, o homem que quis seu dinheiro de volta ficou sendo visto como “rubbish“, por não pensar no bem da comunidade, enquanto sua esposa e sua mãe, que optaram por continuar usando o carro, foram valorizadas por sua postura nobre. O gênero entre os Hagen opera então com um mecanismo classificatório, não necessariamente se traduzindo, segundo a antropóloga, em uma opressão de indivíduos de um gênero sobre indivíduos de outro.

No texto “No nature, no culture: the Hagen case“, Strathern faz uma análise mais ampla do gênero entre os Hagen. Ela discute a significação simbólica da associação entre dois pares de contraste: “wild-domestic“ (selvagem-domesticado) e “male-female“ (masculino/macho-feminino/fêmea). Segundo a autora, não é possível associar a dicotomia Hagen *wild-domestic* com a dicotomia ocidental *natureza-cultura*. E problematiza mais: para ela, nem no ocidente é possível tomar este par como uma dicotomia, já que isso implicaria que um âmbito pode ser colonizado pelo outro. Ela também opera uma importante desconstrução da associação ocidental entre mulheres-homens e natureza-cultura, evidenciando que muitas vezes, no ocidente, a mulher está sim associada à cultura (no caso da mulher que cozinha e domestica em oposição ao homem selvagem que caça).

Ela discorre então sobre os conceitos de “romi“, que pode aparentemente ser associado à nossa idéia de natureza, e “mbo“, que pode aparentemente ser associado à nossa idéia de cultura. Ela ressalta, no entanto, que essas associações automáticas são errôneas – assim como toda suposição de que determinados conceitos que são nossos irão existir ou operar da mesma forma em outros contextos. “Romi“, diferentemente do nosso conceito de natureza, não é inato, o que é inato para os Hagen é justamente a sociabilidade, que tomamos no ocidente como construída. “Mbo“ tem a ver com a idéia de cultivo e de humanidade, mas “romi“ não é “pré-humano“, ou seja, a relação entre “mbo“ e “romi“ é muito diferente da relação que estabelecemos entre natureza e cultura,

já que, na nossa lógica, a primeira seria a base natural para que a segunda fosse artificialmente criada. “Mbo” tem simultaneamente a ver com cultura e natureza, uma vez que está associado às pessoas e também ao cultivo. A idéia por trás desse conceito é a de que “as pessoas são plantadas em um território” (STRATHERN, 1980: 200). Como ela ressalta, a noção de cultura no ocidente está associada tanto ao que é cultivado quanto ao que é domesticado e os significados dessas duas ações são bastante ambíguos. Para exemplificar essa ambiguidade, ela demonstra como Barth associa o doméstico com a cultura, enquanto Ortner associa o doméstico com a natureza (STRATHERN, 1980, 202).

Em resumo, a autora chama atenção para o fato de que o par “male-female” não pode ser usado de forma essencialista para explicar a visão de mundo Hagen (e é muito possível fazer um paralelo com as relações de gênero ocidentais, que também não podem ser interpretadas de forma essencializada). Uma das contribuições que o entendimento da lógica Hagen traz para as nossas discussões acerca do gênero é que a associação mulheres-doméstico-natureza não é universalizável e, portanto, não é natural.

A visão crítica que Strathern traz das idéias ocidentais de natureza e cultura se assemelha à teoria de Bruno Latour, um dos autores centrais para a análise que realizarei dos dados de campo. Segundo ele, nós ocidentais trabalhamos com a idéia de que a modernidade surgiu a partir de uma grande divisão – que diz respeito à divisão entre os ocidentais e todos os outros – que surge de outra grande divisão – entre os humanos e os não-humanos. Dessa forma, nós nos distinguiríamos dos outros por que somos os únicos a separar natureza e sociedade, esferas estas que são sobrepostas por todos os outros grupos. Seu argumento principal em *Jamais fomos modernos* (2009 [1994]) é o de que, por mais que gostemos de acreditar nesses grandes divisores (entre nós e eles; política e ciência; natureza e cultura), essas divisões não acontecem na prática e são separações puramente artificiais. Com base nessas idéias, ele afirma que a própria noção de cultura é um artefato criado por nosso afastamento da idéia de natureza. Para ele, então, não existiriam culturas, mas sim o que ele chama de “naturezas-culturas”.

Na mesma linha argumentativa de Latour, Donna Haraway também aponta uma ruptura da dicotomia *natureza-cultura*, agora por uma hibridação do pós-humano

(corpo e máquina) que forma um ciborgue. Em suas palavras:

Com o ciborgue, a natureza e a cultura são reestruturadas: uma não pode mais ser o objeto de apropriação ou de incorporação pela outra. Em um mundo de ciborgues, as relações para se construir totalidades a partir das respectivas partes, incluindo as da polaridade e dominação hierárquica, são questionadas. (...) O ciborgue aparece como mito precisamente onde a fronteira entre o humano e o animal é transgredida. (HARAWAY, 2009: 38; 41)

1.5 Igualdade e diferença

O debate a respeito do par *igualdade-diferença* está intimamente relacionado à discussão sobre natureza e cultura. O cerne do debate é justamente saber se a diferença entre homens e mulheres é naturalmente dada ou culturalmente construída. E caso seja naturalmente dada, a desigualdade está justificada ou há mecanismos de compensação que podem ser adotados para neutralizar essa diferença natural na sociedade? E caso seja culturalmente construída, será possível desconstruí-la a ponto de extinguirmos as diferenças de gênero? O caminho da igualdade está no reconhecimento da diferença ou na desconstrução da mesma?

Essas questões orientam de alguma forma todos os discursos e perspectivas sobre as relações de gênero. Tais discursos não são necessariamente feministas, como é o caso do discurso científico. Connell argumenta que, apesar de sua pretensa neutralidade, a ciência natural também tem um viés de gênero, já que “a ciência ocidental e a tecnologia são culturalmente masculinizadas. Isso não é apenas uma questão de opinião pessoal, é um fato que a maioria dos cientistas e tecnólogos é de homens¹¹ (CONNELL, 1995: 6). Fox Keller, em “Qual o impacto do feminismo na ciência?”, também fala da predominância masculina na ciência, mostrando no entanto como essa situação vem mudando e como isso vem tendo impactos nas teorias produzidas:

¹¹ Tradução minha

Enquanto que, em 1970, apenas 8% dos doutorados outorgados nas ciências naturais iam para mulheres, hoje essa cifra atinge 35%.² Ainda mais impressionante é o sucesso subsequente dessas mulheres, especialmente daquelas que obtiveram seus títulos nos últimos dez anos. Por exemplo: em 1970 era difícil encontrar mulheres como professoras titulares em qualquer das disciplinas científicas (a maioria dos departamentos não tinha nenhuma).. Hoje, em contraste, entre os professores titulares nas ciências naturais que obtiveram seus títulos nos últimos dez anos, as mulheres são impressionantes 46%. (...) Quero fazer a afirmação provocadora de que há algumas maneiras em que mudamos a ciência, mesmo que, uma vez mais, não exatamente da maneira ampla que algumas de nós imagináramos. (KELLER, 2006: 16, 17)

No caso específico do feminismo, há várias perspectivas que defendem posições diferentes no que tange à noção de igualdade entre homens e mulheres e como ela poderá ser alcançada. A chamada primeira onda do feminismo, que ocorreu no final do século XVIII, correspondeu à luta por direitos políticos (sufrágio universal, direito à educação, trabalho e cidadania), mas foram as feministas da chamada segunda onda, na metade do século XX, que enfrentaram as questões do determinismo biológico, da autonomia do próprio corpo e da opressão na vida privada e familiar. Enquanto o foco da primeira onda era a igualdade, a segunda onda passou a ressaltar a questão da diferença – se o cerne da opressão estava na diferença, era por meio da diferença que ela deveria ser enfrentada, as mulheres deveriam então se unir para enfrentar o poder dos homens.

Simone de Beauvoir é uma das principais referências teóricas desse momento e na sua extensa obra *O Segundo Sexo* (1949) apresenta a tese de que a mulher é histórica e culturalmente construída como diferença, como alteridade, como “o outro” em relação ao homem, universal e padrão. Na primeira parte do livro, Beauvoir enfrenta de forma detalhada e crítica três grandes mitos: o biológico, o psicanalítico e o materialista histórico. Na segunda parte do livro, ela mostra os mecanismos – sutis ou não – pelos quais as mulheres são colocadas na posição de – e muitas vezes acreditam ser – inferiores aos homens. A diferença que gera a desigualdade, para Beauvoir, é portanto culturalmente construída, e ela oferece vários exemplos que contrariam a tese comum na época de que as mulheres eram inferiores e passivas por uma questão natural constitutiva, que se expressava inclusive no papel passivo do óvulo na fecundação. Para

desconstruir esse discurso, Beauvoir mostra que a narrativa biológica da fecundação pode ser apresentada de diversas formas: o óvulo pode ser representado como passivo e o espermatozoide como conquistador e ativo, da mesma forma que o óvulo (muito maior que o espermatozoide) pode ser representado como superior, engolindo o minúsculo espermatozoide atraído por ele. Para a autora, no entanto, ambos têm papel igualmente importante na fecundação, não sendo nenhum superior ao outro, visão que só recentemente começou a fazer parte do discurso científico, como mostra Fox Keller:

Até bem recentemente o espermatozóide era descrito como “ativo”, “vigoroso” e “auto-impelido”, o que lhe permitia “atravessar a capa do óvulo” e “penetrar” o óvulo, ao qual “entregava seus genes” e onde “ativava o programa de desenvolvimento”. Por contraste, o óvulo seria passivamente “transportado” ou “varrido” através da trompa de falópio até que “assaltado”, “penetrado” e fertilizado pelo espermatozóide. (...) O ponto a ressaltar não é que se trata de uma descrição sexista (é claro que é), mas que os detalhes técnicos que elaboram essa descrição foram, pelo menos até os últimos anos, impressionantemente consistentes. (...) Só recentemente esse quadro mudou, e com essa mudança também mudou nosso entendimento técnico da dinâmica molecular da fertilização. (...) Essas referências igualitárias não são retóricas – estão baseadas numa descrição que está agora firmemente apoiada por um rico acervo de mecanismos que os pesquisadores identificaram em anos recentes – pode-se dizer que os pesquisadores os encontraram porque procuraram por eles. (KELLER, 2006: 17,18,19)

Através de uma argumentação biologicamente minuciosa, já na década de 1940, Beauvoir mostrava que não há nenhuma razão genética ou natural para que as mulheres (ou fêmeas em geral) sejam mais “passivas” ou “escravas da natureza” do que homens. Ambos são formados de óvulo e espermatozoide, ambos servem igualmente à perpetuação da espécie e ambos deveriam ter igual possibilidade de escolha de não servir a esta perpetuação. Essa igualdade de escolha, portanto, só não existiria porque mulheres seriam culturalmente condenadas ao privado, ao casamento e à maternidade.

A chamada terceira onda feminista surgiu no final do século XX e trouxe muitos questionamentos ao feminismo da segunda onda, principalmente ao seu caráter universal e essencialista. A ideia que feministas como Simone de Beauvoir trouxeram de uma opressão universal da mulher gerou perguntas importantes, tais quais: de que universo cultural estamos falando? De que mulher estamos falando? Está se falando das

mulheres negras e de baixa renda ou apenas das brancas de classe média? Ou ainda, existe de fato um ente “mulher”?

Essas indagações, com forte influência do feminismo negro e de teorias pós-modernas e pós-estruturalistas, chamaram a atenção das feministas para a necessidade da interseccionalidade (pensar o feminismo junto com questões de raça, classe, etnia, orientação sexual, etc.) e para os perigos do essencialismo. Judith Butler é uma das principais representantes deste terceiro momento do feminismo e critica a necessidade de se estabelecer uma identidade fixa “mulher” à qual o feminismo estaria a serviço, já que para ela “homem” e “mulher” não estão necessariamente em um corpo masculino e em um corpo feminino e operar com esses conceitos fixos de “homem”, “mulher”, “universal” é operar justamente pela lógica conservadora que deveríamos desconstruir.¹² A crítica de Butler ao pensamento de Beauvoir diz respeito à ideia de que o sexo estaria para a natureza assim como o gênero para a cultura, ou seja, que haveria uma base natural dada (portanto binária), sobre a qual os gêneros (feminino e masculino) se construiriam. Para Butler, no entanto, essa “base natural” também é discursivamente construída, como explica nesta passagem:

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo que "a natureza sexuada" ou ainda "um sexo natural" é produzido e estabelecido como "pré-discursivo", anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura [...] Na conjuntura atual, já está claro que colocar a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas. (BUTLER, 2003: 25)

O objetivo de Butler com essa advertência é mostrar que partir da ideia de um sexo “pré-discursivo” perpetua o binarismo de gênero, e de forma nenhuma significa

¹² É essa crítica que Strathern elucida quando identifica um feminismo radical na política, mas conservador nos conceitos: “a política radical, por sua vez, tem que ser conceitualmente conservadora, ou seja, sua tarefa é a de operacionalizar conceitos ou categorias já conhecidos, tais como ‘igualdade’ ou ‘homem’”. (STRATHERN, 2006: 60)

que ela defenda uma espécie de niilismo no qual tudo, inclusive o gênero, pode ser construído e desconstruído discursivamente em um passo de mágica, como bem elucida a filósofa Elvira Díaz:

A partir dessa revisão butleriana da noção de matéria se explica que o gênero não pode mais ser afirmado como aquela construção que se elabora a partir de uma materialidade, do corpo, do sexo, anterior ao ato construtor artificial. Contudo, tampouco se conclui da ideia da elaboração performativa do sexo que ele seja uma enganosa ficção linguística que podemos suprimir, posto que, ainda que seja um produto, isso não elimina que seja um âmbito de nossa vida, que seja um espaço de nossa inteligibilidade cultural. (DÍAZ, 2013: 443)

Butler aprofunda essa discussão em *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'* (1993), respondendo às acusações que recebeu de ter sido demasiadamente desconstrucionista e ter ignorado a materialidade do corpo em sua obra anterior, *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade* (1990):

A relação entre cultura e natureza, pressuposta por alguns modelos do gênero como construção, supõe uma cultura ou uma agência do social que age sobre uma natureza, a qual é, ela própria pressuposta como uma superfície passiva, fora do social, mas sua necessária contraparte. Uma questão que as feministas têm levantado é, pois, a de saber se o discurso que descreve a ação da construção como uma espécie de impressão ou imposição não seria taticamente masculinista, enquanto a figura da superfície passiva esperando aquele ato de penetração pelo qual o significado é atribuído não seria, taticamente, ou — talvez — bastante obviamente feminino. (...) De fato, embora a radical distinção entre sexo e gênero tenha sido crucial à versão beauvoiriana do feminismo, ela tem sido criticada, mais recentemente, por degradar o natural como aquilo que existe "antes" da inteligibilidade, como aquilo que precisa da marca do social, quando não da sua ferida, para significar, para ser conhecido, para adquirir valor. (BUTLER, 2000 [1993] : 156)

Junto com Butler, podemos identificar a supracitada Donna Haraway e a Beatriz Preciado neste movimento teórico que também é chamado de “pós-feminismo”, por falar em termos de uma superação do gênero e defender a necessidade da

desconstrução das identidades – especialmente porque estas seriam facilmente capturadas pelo Estado, servindo então a um propósito conservador e não de ruptura da ordem vigente. Preciado, neste trecho, defende uma ruptura radical com a gramática da diferença e da identidade, mesmo quando estratégica:

Temos de abandonar por completo a linguagem da diferença de gênero e a identidade (inclusive a linguagem da identidade estratégica de Spivak, ou a identidade nômade de Rosi Braidotti). O gênero ou a sexualidade não são uma propriedade essencial da matéria, senão o produto de diversas tecnologias sociais e discursivas, de práticas políticas de gestão da verdade e da vida. O produto de sua coragem. (PRECIADO, 2014)¹³

Entre a posição da ruptura completa com a linguagem da diferença (como única forma de abalar as estruturas por trás da concepção conservadora do binarismo de gênero) e a posição da reificação da ideia de mulher (como única forma destruir o patriarcado), há uma posição intermediária, que é a que mais me interessa neste trabalho. As autoras que identifico nessa posição intermediária, apesar de estarem mais próximas da posição pós-estruturalista, são Joan Scott e Marilyn Strathern.

Scott fala explicitamente de como ela acredita que as teorias pós-estruturalistas (a exemplo das teorias de Michel Foucault e Jacques Derrida) têm muito a contribuir para a prática feminista (SCOTT, 1988: 33), sem no entanto abandonar a lógica da diferença, como faz Preciado. Para Scott, a grande contribuição dessas teorias está no rompimento com a tradição filosófica ocidental que constrói o mundo binária e hierarquicamente em termos de universais masculinos e especificidades femininas, ou seja, na sua visão é preciso contextualizar e criticar conceitos tidos como dados, naturais e absolutos para se romper com a lógica hegemônica. Segundo argumenta, o foco que as teorias pós-estruturalistas dão na *linguagem* se justifica porque é por meio da linguagem que as pessoas representam e compreendem o mundo e é importante perceber porque alguns significados viram normativos em detrimento de outros e o que isso revela sobre como o poder é constituído. As oposições binárias segundo as quais o pensamento ocidental hegemônico opera são não só interdependentes, como hierárquicas, e devem ser desconstruídas, como ela explicita:

¹³ Em texto disponível em: <http://uninomade.net/tenda/a-coragem-de-ser-si-mesma/>

De acordo com Jacques Derrida, a interdependência é hierárquica com um termo dominante ou primário e o termo oposto subordinado e secundário. A tradição filosófica ocidental, ele diz, se apoia em oposições binárias: unidade/diversidade, identidade/diferença, presença/ausência e universalidade/especificidade. (...) Se oposições binárias nos possibilitam compreender a forma pela qual o significado é construído e se elas operam como Derrida sugere, então a análise dos significados não pode tomar oposições binárias literalmente, mas sim deve desconstruí-las¹⁴ (SCOTT, 1988: 37)

E se – como defendem Butler, Haraway e Preciado – devemos desconstruir a oposição binária conservadora mulher-homem, também devemos, segundo Scott, desconstruir a oposição *igualdade-diferença*, que aparece como uma falsa escolha para feministas. Não se trata, portanto, de escolher um dos polos e abandonar o outro, mas de entender que são interdependentes e complementares. Se, por um lado, focar na diferença traz o perigo do essencialismo (que é justamente a raiz da noção de superioridade inata de homens, ou do masculino, sobre mulheres, ou feminino), por outro, ignorar a diferença ao se falar de grupos minoritários traz o risco de apagar relações de poder e inviabilizar ações afirmativas importantes para a garantia de direitos (como cotas para mulheres na política, cotas para transsexuais no serviço público ou sistemas específicos de combate à violência de gênero). Para ilustrar o que Scott chama de “dilema da diferença”, ela analisa o famoso caso da empresa norte-americana Sears que, em 1979, foi processada pela Equal Employment Opportunities Commission (Comissão de Oportunidades Iguais no Emprego) por praticar discriminação sexista contra as mulheres, empregando homens em maior proporção nas seções mais bem remuneradas. Tanto na acusação quanto na defesa, havia historiadoras especializadas em divisão sexual do trabalho: Rosalind Rosenberg do lado da Sears, e Alice Kessler-Harris do lado da EEOC. Enquanto Alice Kessler-Harris argumentava com base na igualdade entre homens e mulheres, Rosalind Rosenberg argumentava com base na diferença (ainda que socialmente construída) de interesses profissionais de mulheres e homens, tentando provar que mais homens eram empregados em determinados setores porque havia mais interesse e procura por parte deles do que das

¹⁴ Tradução minha

mulheres. Rosenberg também apontou incoerência na posição de Kessler-Harris, uma vez que ela havia escrito anos antes que a sociedade moldava interesses distintos em homens e mulheres, de forma que a relação entre as mulheres e o mercado de trabalho poderia ser diferente da dos homens. Venceu a Sears. A respeito da posição das duas historiadoras, Pierucci afirma:

Há muitas ironias da vida em todo esse episódio, muitas conseqüências não desejadas, muitos efeitos perversos. “Ironicamente — escreve Milkman — Rosenberg não se considera uma defensora do conceito de ‘cultura feminina’ tal como desenvolvido na literatura sobre a história das mulheres”, e se diz “cética quanto à utilidade de conceber homens e mulheres vivendo em mundos culturais separados” (Milkman, 1986, p. 394). E no entanto, sua participação no caso Sears trouxe muita água para o moinho das “irredutíveis” diferenças culturais de gênero. Alice Kessler-Harris, por sua vez, sempre foi simpática à noção de ‘cultura feminina’ e continua investigando em seus trabalhos a influência da diferença cultural nas lutas, das mulheres trabalhadoras. Ironicamente, contudo, suas convicções e seu verdadeiro interesse intelectual não podiam ajudá-la na hora de testemunhar. Acabariam (como de fato ocorreu, quando, à sua revelia, compareceram à cena do tribunal trazidos pela astúcia de sua adversária) postos a serviço de uma causa que, declarou ela numa entrevista, é politicamente destrutiva para o movimento das mulheres. (PIERUCCI, 1990: 8)

O dilema da diferença vs. igualdade se baseia, portanto, justamente no fato de que tanto enfocar quanto ignorar a diferença arrisca recriá-la. Eis a síntese de Scott:

A resolução do “dilema da diferença” não virá nem de ignorar nem de adotar a diferença como ela é normativamente constituída. Ao invés disso, me parece que a posição feminista crítica deve sempre envolver *dois* movimentos. (SCOTT, 1988: 48)

E é nesse lugar de feminista crítica que alterna constantemente entre dois tipos de movimento que se encontra Marilyn Strathern. Encontrando-se entre uma posição de antropóloga, que deve se abrir radicalmente para novos conceitos e realidades culturais não ocidentais, e uma posição de feminista, que quer enfrentar as relações de poder que existem no ocidente entre homens e mulheres, ela explica brilhantemente os riscos de se adotar uma posição fixa em “Um lugar no debate feminista”:

Dessa forma, surgem dois radicalismos: (1) uma política radical – preocupados em transformar nossas próprias condições, observamos o mesmo na condição de outros e buscamos a mudança onde é que encontremos pessoas como nós; e (2) um pensamento acadêmico radical, que questiona os fundamentos sobre os quais se constrói a identidade ou que determinam as condições compartilhadas. Transformar a maneira de pensar pode ou não ser visto como uma ação prática, mas o radicalismo acadêmico, por outro lado, parece frequentemente resultar em uma ação conservadora ou inação. A política radical, por sua vez, tem que ser conceitualmente conservadora, ou seja, sua tarefa é a de operacionalizar conceitos ou categorias já conhecidos, tais como “igualdade” ou “homens”. (STRATHERN, 2006: 60)

Dada essa contradição inerente entre uma prática radical associada a um conservadorismo teórico ou uma produção acadêmica radical associada a uma ação conservadora, Strathern assume então seu entre-lugar “entre uma melanesianista e uma feminista”:

Seria confortador pensar que este trabalho é uma tentativa de existir entre discursos, feminista e antropológico, uma nova autoridade que não é uma autoridade. Por outro lado, se a desconstrução é "confessadamente parasita dos discursos metafísicos que pretende subverter", então talvez o mesmo seja verdade da produção feminista - e nessas circunstâncias, talvez alguém prefira ser parasita em vez de hóspede. Mas nem tudo está aberto à preferência. Sou levada à confrontar a possibilidade de que diferenças negociáveis de uma perspectiva surjam como inegociáveis de qualquer outro ponto de vista. (STRATHERN, 1997: 8-9)

E é também nesse entre-lugar que me encontro, simultaneamente antropóloga e feminista, como explicitado na introdução deste trabalho e de onde faço a análise dos dados do trabalho de campo entre as policiais militares da Polícia Militar de Minas Gerais que apresento nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2

CONHECENDO O UNIVERSO DAS “POLICIAIS FEMININAS”

Neste capítulo, apresento uma visão geral de aspectos que me chamaram a atenção no universo das policiais militares que entrevistei, a fim de situar leitoras e leitores. Faço isso ao mesmo tempo que apresento o processo do trabalho de campo e as metodologias utilizadas na pesquisa. Junto com os dados de campo, trago também já as primeiras análises teóricas, para iniciar o diálogo entre as falas das minhas entrevistadas e a literatura, tanto sobre antropologia, quanto sobre gênero e instituições militares. As principais controvérsias, no entanto, serão abordadas mais a fundo no terceiro capítulo.

2.1 Adentrando – e sendo adentrada pelo – campo

Foi em um debate sobre militarização, na Faculdade de Direito da UFMG, que se abriu a primeira porta para o meu trabalho de campo entre as Policiais Militares da PMMG. Uma das pessoas convidadas para o debate foi um Tenente que, discordando de estudantes que atribuíam à militarização a violência e o abuso policiais, fez um convite para quem quisesse conhecer a instituição de perto. Tal convite foi mais do que providencial para minha pesquisa - que na época era apenas um projeto. Procurei o policial ao fim do debate e falei da pesquisa e do meu interesse em conhecer a corporação pelo lado de dentro, ao que ele se colocou prontamente à disposição para intermediar meu acesso às futuras entrevistadas.

Como bem observou Piero Leirner ao etnografar a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, a Universidade é uma das instituições geralmente bem-vindas no mundo militar, já que se acredita que ela poderá propagar uma visão “correta” ou “verdadeira” dessas instituições consideradas, pela ótica nativa, frequentemente injustiçadas (LEIRNER, 1997: 27). No caso de Piero Leirner, foi sua orientadora, que já havia dado cursos na Escola de Comando e Estado-Maior, quem contactou previamente um dos oficiais que conhecia, viabilizando sua presença no campo. Eu, como não tinha nenhum contato dentro da Polícia Militar de Minas Gerais, dependia da ajuda desse Tenente, uma vez que, ainda que se tenha uma visão positiva da Universidade, a Polícia, por ser militar, carrega a característica de “fechamento” comum às instituições totais (GOFFMAN, 1974: 16) e, portanto, não tem portas tão abertas às pessoas civis.

De fato, esse Tenente abriu as portas para que eu conseguisse uma entrevista com a Coronel que estava, na época, no Comando do Policiamento da Capital - a primeira mulher a ocupar tal posto. Marquei um horário com a Coronel, que me recebeu bem e facilitou meu acesso a várias outras policiais femininas, ou “P Fem”, para acionar a terminologia nativa – o universo militar me era tão desconhecido quando comecei a pesquisa, que eu sequer sabia que era esse o termo utilizado para as mulheres na Polícia¹⁵.

O meu campo foi então se delineando na prática. No início, eu não sabia bem que tipo de acesso me seria possibilitado, em que medida eu poderia fazer observações cotidianas ou apenas entrevistas. Já nesse primeiro dia, conversando com a Coronel, fui informada de que eu não poderia acompanhar as policiais em serviço por ser muito perigoso. Lembrando do relato de Jacqueline de Oliveira Muniz em sua tese “*Ser Policial é, sobretudo, uma razão de ser*” (1999) sobre o trabalho de campo em equipe na PMERJ¹⁶, me questionei se esta interdição também aconteceria se o pesquisador fosse homem. Eis suas observações sobre as diferenças no tratamento recebido por ela e pelo seu colega homem, que integrava o grupo de pesquisa:

Durante os onze meses da pesquisa de monitoramento, nenhum dos sessenta PMs que compunham a Companhia de Policiamento Comunitário chegou a explicitar o desconforto de ter “moças à paisana”

¹⁵ Discutirei, no próximo tópico, as implicações de gênero do termo nativo “policial feminina”, que gerou a abreviação “P Fem”

¹⁶ Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

como "parceiros de rua". Entretanto, podia se ler nos subtextos das nossas primeiras interações o receio que uma companhia feminina parecia causar entre eles. Apesar da suspeita coletiva de que a pesquisa consistia, à primeira vista, em uma outra forma de vigilância e fiscalização concebida pelo alto comando da PM, o pesquisador de nossa equipe não encontrou maiores dificuldades para elaborar uma agenda de rondas com os "rapazes do policiamento comunitário". Mesmo que não "entendesse nada de polícia" e necessitasse passar por alguns rituais de batismo, a condição de representante do ethos masculino garantia, ao menos em parte, o seu passaporte para a entrada no "duro meio policial". Inversamente, eu e minha companheira de equipe - que, aliás, "mais parecia uma menina" - não encontramos o mesmo grau de facilidade. A despeito da autorização vinda de cima, foi preciso conquistar a confiança e o consentimento do pessoal da base. Os diversos pedágios introduzidos para possibilitar o acesso "das moças do Viva Rio" às atividades de ronda incluíam longas homilias quase sempre recheadas por "sinceras advertências" sobre os inúmeros riscos de se caminhar par e passo com PMs pelas ruas do bairro, incluindo aí a assimilação da desprestigiada pecha de "amigas de PM". (...) As preocupações mais comuns diziam respeito à crença no possível "comprometimento do bom andamento do trabalho de patrulha": O que fazer com essas moças quando acontecer um chamado emergencial? Como assumir uma ocorrência perigosa com elas ao lado? Como garantir sua integridade física? (...) O resultado da queda de braço entre a nossa inabalável persistência e as resistências iniciais dos policiais, foi a típica saída masculina e cavalheira de não recusar um pedido feminino mas de cumpri-lo com as devidas reservas e restrições: por fim, os policiais comunitários decidiram levar as pesquisadoras somente para "conhecer e passear" nos seus subsetores. Já nas ruas com os PMs, nós, as "meninas" da pesquisa, logo aprendemos que ante a menor suspeição de que algum episódio muito arriscado ou "impróprio para mulheres" poderia vir a acontecer, deveríamos sempre guardar uma significativa distância de nossos parceiros e, na oportunidade de situações extremas, esquecer nossas curiosidades, abandonando definitivamente a patrulha a pé.
(MUNIZ, 1999: 238, 239)

É importante observar como o sexo e/ou o gênero da pessoa que realiza a pesquisa antropológica pode abrir ou fechar portas durante o trabalho de campo e como isso já é em si um dado sobre como os estereótipos e as relações de gênero operam no universo estudado. Diferentemente da experiência da autora supracitada, não consegui perceber em que medida o fato de eu ser mulher interferiu na negação do pedido de acompanhar o trabalho policial, mas o desconforto que senti das vezes que tive que me relacionar com os policiais homens, principalmente enquanto fardados, me forneceu indícios de

que se minhas interlocutoras fossem todas as pessoas que integram a PMMG, e não apenas as mulheres, meu campo teria sido muito mais difícil. Tais indícios vão ao encontro das ponderações da antropóloga feminista Aline Bonetti, que chama atenção para o fato de que “há uma distribuição diferencial dos recursos de poder entre pesquisador(a)/pesquisados(as) que emerge da combinação entre distintos eixos produtores de diferenças e de desigualdades” (BONETTI, 2011: 59). Como minhas entrevistadas eram todas mulheres, o fato de eu ser também uma mulher facilitou o compartilhamento de informações, tanto porque eu me senti à vontade para fazer perguntas que eu não faria com a mesma facilidade a homens, quanto porque elas se sentiam mais à vontade para responder. A sensação de pertença ao mesmo grupo – de mulheres –, ainda que não compartilhássemos do universo militar, nos aproximava e, apesar de a diferença entre civil e militar ser também um eixo produtor de desigualdade – para usar os termos de Bonetti –, a posição de pesquisadora mulher dá acesso privilegiado ao universo dessas policiais, na mesma medida em que dificulta o acesso ao universo dos policiais homens.

Sendo-me negada a possibilidade de observação direta do trabalho das policiais, a observação indireta através das entrevistas semi-estruturadas em profundidade se tornou, então, minha principal ferramenta metodológica, aliada às anotações no caderno de campo – descrevendo minhas impressões sobre o antes-durante-depois das entrevistas – além das notícias e reportagens que reuni sobre a presença das mulheres no mundo militar, duas entrevistas com assistentes sociais e a observação participante em um curso, o qual será detalhado a seguir.

Em uma dessas entrevistas, uma “P Fem” me falou sobre a AFAS (Associação Feminina de Assistência Social), organização ligada à Polícia Militar que tinha como público – dentre outros – as esposas de policiais e policiais femininas grávidas. A informação muito me interessou e fui então à associação, criada em 1970 – ou seja, antes do ingresso das mulheres na PMMG – por esposas de policiais. Lendo as revistas comemorativas de vários Batalhões da PMMG que se encontravam disponíveis na sala de espera da AFAS, encontrei, inclusive, dados de campo interessantes, como uma breve reportagem sobre a comemoração do dia da mulher no 12º Batalhão, em Itaú de Minas¹⁷.

¹⁷ Ver ANEXO III

Entrevistei as duas assistentes sociais que trabalham na AFAS e elas me informaram que iria ocorrer o Curso de Gestantes, ministrado por policiais militares do quadro médico para policiais ou familiares de policiais grávidas, mas também aberto para mulheres de baixa renda e para os eventuais companheiros das grávidas. Elas me autorizaram, então, a assistir ao curso como parte da minha pesquisa. A observação do curso, que ocorreu na Academia de Polícia Militar, foi assim uma parte relevante da pesquisa junto às entrevistas. O curso foi importante também para que eu estabelecesse contatos com possíveis entrevistadas e uma das entrevistas decorrentes desse dia de campo foi com uma das pessoas que ministraram o curso, uma psicóloga da PM. Além dos contatos que o Curso de Gestantes e que a Comandante da Capital me possibilitaram, várias outras entrevistas surgiram de conversas informais com pessoas conhecidas e amigas, que ao saberem do meu tema de pesquisa, me passavam o contato de alguma parente ou amiga da corporação. Consegui entrevistas importantes por meio dessa ajuda espontânea da minha rede de contatos, inclusive com a mãe de uma policial – que me deu informações que dificilmente me seriam dadas por sua filha. E foi dessa forma relativamente fluida que o campo, no início totalmente obscuro, foi se clareando e adentrando minha pesquisa.

Neste ponto, faz-se necessário uma observação sobre as mudanças pelas quais têm passado o fazer etnográfico na antropologia desde o fim do século XX, principalmente a partir da emergência das perspectivas pós-modernas. George Marcus faz apontamentos importantes sobre essa discussão, ressaltando que os complexos objetos de estudo da antropologia nas sociedades ocidentais contemporâneas estão cada vez mais interdisciplinares, como o nomadismo da área dos estudos feministas e de gênero comprova (MARCUS, 1995: 97). Dessa forma, as clássicas práticas etnográficas – nas quais um longo trabalho de observação ocorre em um só lugar, em uma comunidade específica – não são mais compatíveis com objetos de estudo interdisciplinares e multi-situados, que pedem agora etnografias também multi-situadas. Compartilho desse novo olhar metodológico, que combina observação etnográfica, pesquisa em arquivos, pesquisa teórica e interlocução com vários grupos, de modo a cartografar controvérsias que envolvem humanos e não-humanos, identificando diferentes perspectivas de uma mesma questão, como propõe a Teoria Ator-Rede de Bruno Latour (2000).

A fim de conhecer melhor esse complexo mundo policial do qual eu sabia tão pouco, dividi as entrevistas em duas etapas¹⁸: a primeira sobre o contexto familiar da policial, as motivações para entrada na corporação e trajetória profissional dentro da mesma; e a segunda com perguntas mais específicas sobre as questões de gênero no universo da PM. Essa divisão em duas etapas, além de me dar uma visão inicial geral sobre o universo que eu queria pesquisar, me possibilitou criar um laço de confiança e familiaridade com essas mulheres que nada sabiam sobre mim, além do fato de que eu era uma estudante da Universidade.

Em vários momentos da pesquisa, percebi o receio das policiais em falar certas coisas, em conceder entrevista fora do local de trabalho, em autorizar entrevistas gravadas, em conceder entrevista sem autorização expressa do Comando (depois que a Coronel saiu do Comando, tive que pedir autorização novamente ao novo Comandante – bem menos acessível – para poder continuar a pesquisa). A mesma dificuldade de acesso foi relatada nas outras etnografias sobre o mundo militar (LEIRNER, 1997; MUNIZ, 1999; SILVA, 2011), meio este no qual a desconfiança intrínseca ao trabalho antropológico se torna mais pronunciada por se tratar de uma instituição que lida com segurança.

Pude observar também que o receio de falar algo que pudesse comprometer elas mesmas ou a corporação era maior, quanto maior fosse a patente da entrevistada. Essa observação contrariou o meu pressuposto inicial de que as praças¹⁹ teriam mais receio do que as oficiais de falar dos problemas da instituição, pela possibilidade maior de sanção. Pude então verificar, em campo, o apontamento dos trabalhos tanto de Jacqueline Muniz (1999), quanto de Piero Leirner (1997) e Gilvan Gomes da Silva (2011) sobre a grande distância existente entre as pessoas que ocupam cargos oficiais e cargos de praças dentro da corporação militar:

O termo exato para designar uma mistura entre círculos hierárquicos é *promiscuidade*, o que demonstra como esse tipo de segmentação está arraigado na tropa. Em conversa com um oficial, fiquei sabendo que um oficial superior conversar com praças sem a presença dos escalões intermediários constitui um “escândalo”. (LEIRNER, 1997: 76)

¹⁸ Os roteiros das entrevistas se encontram no ANEXO II

¹⁹ “Praça” é o termo militar para designar as patentes militares mais baixas

[No horário de folga] policiais praças se divertem com praças e policiais oficiais se divertem com oficiais. Entretanto, nada impede que um oficial se reúna com praças, mas o oficial perde a confiança dos oficiais e, mesmo assim, não será recebido como um igual perante as praças. Este fato acontece porque a identidade militar prevalece sobre a identidade policial (SILVA, 2011: 76)

Por outro lado, não se pode menosprezar o fato de que a manutenção nas PMs de uma estrutura hierarquizada com mais de dez níveis de graduação (patentes) (...) propicia um excesso de verticalização pouco adequado às necessidades e dinâmicas de pronto-emprego que caracterizam as agências policiais. O distanciamento entre aqueles policiais que estão alocados nas atividades-meio (tarefas internas à força) e as mais baixas patentes lotadas nas atividades-fim, compromete o fluxo de comunicação, sobretudo da base para o topo (MUNIZ, 1999: 124)

Pelo que pude perceber, essa distância gerada pela hierarquia tem como consequência uma “fidelidade” menor das praças à corporação, praças estas que, por não obterem os benefícios de ser oficial, se sentem ainda pouco pertencentes a esse “todo” militar do qual falam Piero Leirner (1997: 106) e Celso Castro (1990: 44). A hierarquia funciona como um “princípio segmentador que, para quem é ‘de dentro’, não confere unidade alguma” (LEIRNER, 1997: 103). Há também uma diferença relativa ao nível de naturalização de algumas regras tácitas de corporação, pois enquanto as policiais mais antigas já estão acostumadas com certas práticas, as mais modernas mostram mais revolta com o que lhes parece incorreto. Isso explicaria a frase emblemática que ouvi de um soldado²⁰ quando perguntei sobre a existência de assédio sexual: “acho importante você colocar isso no seu trabalho, a Academia de Polícia é um lugar muito padre”²¹, frase que jamais seria proferida por um Coronel, por exemplo.

Essa frase também é emblemática da visão que se tem da Universidade: se por um lado, como coloca Leirner (1997: 27), ela é vista por oficiais como um meio de propagar uma visão “correta” das instituições militares, parece ser vista, por praças, como um canal de visibilidade e denúncia das irregularidades das mesmas instituições. Mas o próprio autor faz a ressalva de que apesar de a Universidade abrir portas no

²⁰ Mesmo no caso de mulheres, os nomes das patentes são falados no masculino, como desenvolvo no próximo item

²¹ A fala diz respeito às irregularidades que acontecem durante o curso de formação de soldados, como se pode ver na citação completa no tópico 2.4

mundo militar, essa abertura se dá de forma restrita (LEIRNER, 1997: 24), o que explica os já mencionados receios de muitas das minhas interlocutoras. Pude perceber que, enquanto para algumas, eu era apenas aquela “estudante que veio fazer um trabalho de faculdade”, para as policiais que haviam estudado em cursos da área de humanas (Filosofia e Psicologia), a minha pesquisa era levada a sério (talvez até a sério demais) e me faziam muitas perguntas sobre meu tema, minhas motivações e objetivos, não sei se por pura curiosidade ou por uma forma de vigilância – se é que uma coisa se separa da outra.

De minha parte, devo dizer, também havia receio. Receio de que, por eu participar de movimentos sociais que já estiveram em situação de confronto com a Polícia, minha pesquisa fosse alvo de ainda mais desconfiança. Dados os receios de ambos os lados, percebi desde o início: o campo que escolhi não seria um campo fácil.

Das mulheres com as quais tentei entrevistas, tive algumas recusas (a principal justificativa era falta de tempo) e um número considerável sequer me respondeu. Ao final, consegui conversar com menos mulheres do que eu gostaria, mas me resignei que o tempo reservado ao trabalho de campo em um mestrado de dois anos não me permitiria muito mais. Este trabalho não se pretende então uma etnografia exaustiva do universo das policiais militares, mas como explicitado na introdução, é um mapeamento das controvérsias de gênero que emergiram no discurso das policiais que entrevistei. Acabei por fazer 17 entrevistas com 12 mulheres²², das quais 9 eram policiais militares, duas eram assistentes sociais da AFAS e uma era mãe de uma policial. Todos os nomes aqui mencionados são nomes fictícios. Nos trechos das entrevistas citadas, optei por explicitar a patente e o tempo de corporação da entrevistada, uma vez que percebi que estes são fatores muito relevantes na perspectiva adotada a respeito das questões de gênero na PMMG, corporação que, nas últimas duas décadas, passou – e ainda passa – por mudanças significativas, especialmente no que diz respeito à presença das mulheres. O mesmo pode ser dito sobre a sociedade brasileira em geral que, nos últimos anos (especialmente em razão da internet), tem lidado cada vez mais com discussões feministas e de gênero.

²² Com cinco delas, realizei duas entrevistas, por isso foram 17 encontros, e com as que foi possível apenas um encontro, realizei as duas etapas da entrevista em um só dia.

2.2 O primeiro contato – desvendando as dicotomias do mundo policial militar

Depois de passar um longo tempo escolhendo uma roupa que me desse a aparência mais de uma pesquisadora séria do que de uma estudante hippie, fiquei presa no trânsito e cheguei 20 minutos atrasada para a entrevista com a Comandante do Policiamento da Capital. A entrevista foi marcada no RISP (Região Integrada de Segurança Pública), que se localiza na praça Rio Branco e reúne no mesmo espaço físico as polícias civil e militar de Minas Gerais. Entrando pelo estacionamento, vi que o porteiro, dentro da guarita, estava lendo um jornal e apenas passei sem me identificar. Ao que ele me viu passando e gritou “pois não, moça!, com um tom de “você não pode ir entrando assim aqui, não”. Expliquei que eu tinha um horário com a Comandante do Policiamento da Capital e ele disse para eu me apresentar para a secretária que, por sua vez, disse que eu podia ir ao segundo andar, onde tive que me identificar novamente. Chegando na sala da Coronel, ela demonstrou insatisfação com meu atraso, mas não de forma explícita. Me senti mal por não conseguir cumprir as “regras” rígidas da instituição militar, que não admite atrasos de quem é da corporação. A sala da Coronel era bem grande e a porta se manteve aberta durante a entrevista. A policial estava fardada, com o cabelo obviamente preso (as policiais não podem ficar de cabelo solto), lápis no olho e um batom rosa (aquele do qual falou a revista *Veja*²³...). Ao longo da entrevista, ela foi se tornando mais simpática, apesar de que não de forma muito efusiva, já que a firmeza e a seriedade eram constantes. Ela se mostrou, ao final, muito prestativa, e prontamente me encaminhou para outras policiais para fazer mais entrevistas. Eu, que havia ido preparada para uma só entrevista, realizei cinco no mesmo dia e saí satisfeita de ter tido um contato mais intenso com esse universo do qual eu sabia tão pouco. (TRECHO EXTRAÍDO DO CADERNO DE CAMPO)

Nesse intenso primeiro dia de campo, já pude perceber algumas particularidades do universo da Polícia Militar e três pares de oposição em especial me chamaram a atenção. Estes grandes divisores, para utilizar um termo Latouriano, organizam e norteiam a experiência dentro do mundo policial e dizem respeito às dicotomias *militares x civis*, *trabalho operacional x trabalho administrativo* e, a mais importante para essa pesquisa, *policial x policial feminina*. Assim como o grande divisor ocidental

²³

Em reportagem sobre a Coronel que será analisada no próximo capítulo

*natureza x cultura*²⁴, do qual fala Latour (2009), essas dicotomias também são mais dicotômicas na teoria do que na prática, mas ainda assim têm importância expressiva no ordenamento simbólico do universo militar.

A primeira dicotomia, referente à fronteira entre militares e civis, organiza a experiência dessas pessoas inclusive fora da instituição, já que, como enfatizaram todas as minhas entrevistadas, a carreira militar exige “dedicação total”. A formação da identidade militar em contraste com a identidade civil já foi tematizada por Celso Castro, no que foi o primeiro trabalho antropológico fruto de uma etnografia de militares, *O Espírito Militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*:

Ficou claro que um dos objetivos principais do intenso processo de socialização profissional a que são submetidos os cadetes é a construção de fronteiras simbólicas entre o mundo ‘de dentro’ e o mundo ‘de fora’ — entre militares e civis. O curso da academia pode ser visto como um ritual de passagem que tem por objetivo desenvolver nos indivíduos o “espírito militar”. (CASTRO, 1990: 230)

Nas entrevistas, essa fronteira ficou muito nítida quando o assunto abordado era relacionamentos afetivos. Não houve consenso sobre o assunto, mas várias das policiais afirmaram que, depois que se entra para a Polícia Militar, é muito difícil se relacionar com civis²⁵ – dificuldade que se estende, às vezes, às amizades:

Você vai ver muito casais de policiais, porque um entende o outro, porque você namorar com um civil que não tem noção nenhuma de polícia é complicado. (SARGENTO SUSANA, HÁ 21 ANOS²⁶ NA PM)

Desde que eu entrei pra PM, namorado e meu esposo, é tudo militar... porque assim, a gente não consegue mesmo. Eu, pelo menos. Não me imagino tendo relacionamento com civil hoje, por N motivos, porque não

²⁴ Tema clássico tanto na antropologia quanto nos estudos de gênero, longamente abordado por Lévi Strauss e por Strathern, como explorado no tópico “Natureza e Cultura” do primeiro capítulo desta dissertação.

²⁵ Os vários motivos enumerados para explicar essa dificuldade são apresentados e discutidos no próximo capítulo.

²⁶ Optei por evidenciar sempre há quanto tempo as entrevistadas citadas estão na corporação pelo fato de todas elas – tanto as mais antigas quanto as mais novas – terem enfatizado que a época de entrada faz muita diferença, dadas as muitas mudanças pelas quais a PM têm passado nas últimas décadas. Acho que o acesso rápido a esse dado é, portanto, relevante durante a leitura.

vai entender essa escala louca da gente, horário, que não é nada certo. E assim, hoje eu tô aqui, assim, até 13h que hoje é o expediente, mas pode chegar uma mensagem falando que eu estou escalada pra amanhã de meia-noite até sei lá que horas... entendeu? Então se a pessoa não souber que isso realmente acontece aqui no meio... acho que um civil teria dificuldade de entender. (SARGENTO PAULA, HÁ 6 ANOS NA PM)

Foi um mundo surpreendente, né? Tem seus lados meio... meio assim... pra mim que vim completamente do mundo civil mesmo, não tinha nem noção de militarismo, parente nenhum era militar pra me orientar, pra me dar uns toques. Então pra mim foi um choque muito grande de cultura. Na verdade, é uma outra cultura, é um outro meio de vida, é um outro meio de lidar com as pessoas. (...) O pessoal [civil] tem muito preconceito [com militar], demais... tanto pra amizade, quanto pra relacionamento, principalmente pra relacionamento. Eu sinto essa questão. Às vezes, eu tô num grupo assim... igual, eu gosto muito de viajar, sou meio... aliás, sou não, agora sou meio calma pra isso, mas eu era muito mochileira, sabe? Ia, ficava em albergue e tal. O dia que eu resolvia falar que eu era policial militar, ninguém queria nem ficar perto. As pessoas têm muito preconceito... (SARGENTO MARIA, HÁ 10 ANOS NA PM)

Amigos assim de sair eu não tinha militar [antes de entrar pra PM], só tinha civil, aí eles estranharam. Querendo ou não você acaba perdendo um pouco daquele círculo seu. São mundos completamente diferentes. A gente não mistura... é lógico, se eu ver alguém cometendo um crime eu não vou passar a mão na cabeça. (...) Não tem como você sair com a pessoa e correr o risco, o maior problema é esse: estamos nós duas de carro, aí o pessoal vem, dá geral, e acha um cigarro de maconha com você. Poxa, eu sou polícia! Vai acontecer? Vai, vai acontecer. É um risco que eu corro todos os dias que eu saio com civil. (SARGENTO SUSANA, HÁ 21 ANOS NA PM)

Os depoimentos mostram como a relação com civis, a partir do momento que se entra para a instituição militar, fica mais difícil, pois como coloca uma das policiais, se trata de “dois mundos completamente diferentes”. A força com que esta divisão foi evocada durante as entrevistas me chamou a atenção, já que percebi que a relação das pessoas da corporação com o militarismo, ao contrário do que eu imaginava, não se limitava ao trabalho, mas acompanhava a identidade das pessoas em todas as esferas da vida. Várias delas disseram que quando se trabalha na polícia, se é policial 24 horas por dia, inclusive nas férias, como esse relato evidencia:

Eu tava de férias, aí fui vítima de um sequestro relâmpago, em 2002. Tava eu e uma amiga minha dentro do carro, estaria voltando de férias no dia seguinte. Aí eu baleei os dois caras que me sequestraram, e um morreu, o outro ficou com problema na perna, ficou 2 anos internado. (SARGENTO SUSANA, HÁ 21 ANOS NA PM)²⁷

O trabalho de Gilvan Gomes da Silva sobre o sofrimento policial militar já mostrou como a vida familiar e privada de militares é completamente diferente, sendo quase inexistente a fronteira entre trabalho e sociabilidade:

São raros os casos de profissões que redundam tanto na modificação da sociabilidade de um indivíduo. (...)Principalmente os familiares mais próximos como, por exemplo, cônjuges e filhos(as) se adaptam à realidade do trabalho. A flexibilidade do horário do trabalho e as consequências sociais do trabalho policial (redução da rede de sociabilidade, estigmatização por ser policial e etc.) contaminam todo este núcleo. (...) (SILVA, 2011: 73; 75; 78)

Outra dicotomia que organiza o mundo policial militar é a separação entre trabalho operacional (na rua) e trabalho administrativo (no escritório). A fronteira, no entanto, é fluida: todas as entrevistadas (com exceção da psicóloga, que entrou como oficial de saúde) já haviam trabalhado tanto no operacional, quanto no administrativo, e, mesmo as que trabalham atualmente no escritório, podem ser chamadas a qualquer hora a ir para a rua, especialmente nos momentos em que o contingente de policiais na cidade tem que ser maior (como em dias de jogos de futebol clássicos e na Copa do Mundo). O trabalho operacional é tido como mais interessante e estimulante, ao passo que o administrativo é considerado mais repetitivo e seguro. Não houve consenso entre as entrevistadas, no entanto, sobre qual seria o melhor. Enquanto algumas consideram o primeiro melhor, outras não hesitam em dizer que preferem o segundo. Tentei, mas não consegui obter as estatísticas da Polícia Militar sobre o número de mulheres trabalhando em cada setor²⁸, mas, com base nas entrevistas, tive a impressão de que, dentre as mulheres que trabalham na corporação, a maior parte faz serviço administrativo, que

²⁷ A consequência deste episódio foi uma transferência da policial, mais uma forma de proteção a ela do que de punição, segundo suas palavras.

²⁸ Esses dados são internos e só são divulgados com autorização, que não obtive.

seria considerado mais “feminino”, ainda que haja muitas mulheres também no serviço operacional. Apesar de várias policiais dizerem que o número é equilibrado, algumas falas corroboraram essa hipótese de que há uma questão de gênero por trás da dicotomia *administrativo-operacional*:

Houve uma pressão pra Polícia inserir a mulher, aí inseriu, mas dando serviços específicos pra elas: mais administração, mais cuidado com criança, palestra em escola... E ainda tem alguns resquícios, alguns batalhões mesmo de policiamento, digamos, mais repressivo, não têm quase a presença de mulheres. No GAT [Grupo de Ações Táticas], que seria o nosso BOPE, né, e na ROTAM [Ronda Ostensiva Tática Metropolitana] mesmo... Tem uma mulher no GAT e duas na ROTAM. E eles são muito machistas lá, muito machistas. Infelizmente tem mais mulher no administrativo do que no operacional. (SOLDADO LYDIA, HÁ 7 ANOS NA PM)

Ainda tem uma minoria que ainda acha que é serviço de homem. Eles vêm assim... “Ah, vai correr no mato, se tiver mulher, não vai”. Vai. Se ela for uma boa profissional, ela vai sim, igual eu já fui várias vezes. (...) Foram 12 anos na rua correndo atrás de bandido, dando tiro. (...) Agora, a demora de ter entrado [mulheres na Polícia] é pela sociedade mesmo, sociedade machista da época, né? (...) Não só na rua, até mesmo no serviço administrativo, tem certo tipo de coisa que “ah, isso é serviço de mulher”, mas as vezes você vai falar, o cara não aceita. (SARGENTO SUSANA, HÁ 21 ANOS NA PM)

Antigamente tinha uma coisa assim: “ah, a mulher tá entrando na Polícia pra trabalhar na área administrativa, ela vai levar papel, vai desembolar esses documentos que tem que ser feitos”, hoje o que eu estou vendo é a mulher na área operacional, em serviços cada vez mais de operacionalidade, de combate à violência. Eu acho que existe um tempo de mudança acontecendo. (TENENTE-CORONEL ARMINDA, PSICÓLOGA DA PM HÁ 20 ANOS)

O que essas falas indicam é que há um processo de transição na forma pela qual o serviço operacional é visto e também no tipo de trabalho que as mulheres estão realizando dentro da instituição. A Tenente-coronel e psicóloga Arminda, assim como a Sargento Susana, têm uma visão mais otimista, de que as mulheres estão cada vez mais inseridas e aceitas no serviço operacional, enquanto a Soldado Lydia enfatiza o

baixíssimo número de mulheres no policiamento “mais repressivo”²⁹, como o GAT e a ROTAM, vendo ainda um longo caminho pela frente até a igualdade. Independentemente dessas discordâncias, todas admitem a existência de uma visão hegemônica de que o serviço administrativo é mais apropriado para as mulheres do que o operacional. Essa discussão faz referência, inclusive, às circunstâncias de entrada das mulheres na PMMG em 1981, entrada esta que se deu, excepcionalmente, já em uma turma de terceiros sargentos (e não de soldados, como acontecia com os homens), ainda que recebessem salários correspondentes ao de cabo e que, para fins de subordinação, fossem equiparadas a soldados³⁰ (ALVES, 2011: 54):

Ao contrário do que ocorria com os homens, que chegavam à Corporação pelas graduações iniciais de Soldado, no caso das Praças, e de Tenente, no caso daqueles que acessavam diretamente ao Oficialato, as primeiras policiais femininas da PMMG galgaram, diretamente, à graduação de Sargentos. Somente em 1983 as mulheres foram admitidas no Curso de Formação de Oficiais (MINAS GERAIS, 1983). E somente em 1986, a PMMG incorporou as primeiras mulheres aprovadas, em concurso público, para o Curso de Formação de Soldados Femininos – MINAS GERAIS, 1986. (ALVES, 2011: 18)

Uma turma de sargentos atrairia moças mais bem preparadas, as exigências poderiam ser maiores, finalmente, porque eu entendia que, no momento devido, as circunstâncias seriam melhores para a Corporação. (FALA DO COMANDANTE-GERAL NA ÉPOCA, apud ALVES, 2011: 54)

Pode-se considerar avançado, para a época, que as mulheres entrassem na corporação já como sargentos. Certamente, isso teve lados positivos, como uma diminuição do tempo necessário para que as mulheres chegassem aos postos mais altos da Polícia (ainda que, até hoje, nenhuma mulher tenha chegado ao cargo mais alto, que é o de Comandante Geral da PM). Há indícios, no entanto, de que essa drástica alteração na estrutura da instituição, não tenha tido motivações progressistas, mas antes tenha

²⁹ GAT e ROTAM fazem o policiamento ostensivo nas vilas e favelas, se envolvendo com frequência em confrontos armados com traficantes e, por isso, é considerado um trabalho impróprio para mulheres, que no estereótipo cultural não seriam tão corajosas, agressivas ou resistentes como os homens.

³⁰ Na hierarquia militar, a patente mais baixa é a de Soldado, imediatamente superior é a de Cabo e só depois vêm as graduações de terceiro, segundo e primeiro Sargento.

sido uma forma de incorporar as mulheres nos serviços considerados mais “adequados” a elas, já que as atribuições de Sargento são mais burocráticas:

O que acontecia: tem essa coisa mesmo dos condicionamentos das mulheres, que a gente acaba sendo mais habilidosa em algumas atividades que são úteis para administração. A gente fazia muita coisa na mão. Quem tem a letra melhor, pelos condicionamentos, a mulher ou o homem? A mulher. É a administração que organiza as solenidades, quem é mais talhada para organizar mesa, receber autoridades? (...) Tudo dentro dessa lógica de habilidades ditas femininas. (...) Essa entrada das mulheres parece que atendeu muito mais a um interesse político externo do que a um interesse da instituição, pelo que eu ouço dizer. (...) Parece que elas tinham uma restrição muito grande. Tipo assim, uma ocorrência comum, dessas que a gente atende hoje, não ia acontecer naquele espaço, porque ela tava ali quase que pra enfeitar o lugar. Elas trabalhavam de salto... Aí você vê que tinha um negócio muito enquadrado de qual seria a função daquelas mulheres. (SARGENTO AMANDA, HÁ 23 ANOS NA PM)

No caso das Forças Armadas Brasileiras, a situação é ainda pior, já que, segundo Cristina Rodrigues da Silva, embora a participação feminina “venha aumentando na medida dos anos, as mulheres ainda são limitadas às funções administrativas e, portanto, deslocadas de funções de combate” (SILVA, 2006).

Desde a década de 1980, as atividades que as mulheres desempenham dentro da PMMG mudaram muito e a situação hoje é, segundo as entrevistadas, muito mais igualitária. O contexto dessa entrada, ainda recente, de mulheres na instituição permanece, no entanto, tendo um peso grande no imaginário de homens e mulheres da corporação – e na sociedade em geral – de forma que a separação entre trabalho administrativo e operacional ainda é envolta por questões de gênero.³¹

A terceira dicotomia que organiza esse universo é a distinção feita entre “policiais” e “policiais femininas”. Este é o termo oficial (e também o usado pelas entrevistadas, muitas vezes na forma da abreviação “P fem”) para se referir às mulheres que são policiais militares. Essa nomenclatura possibilita várias reflexões no que tange à

³¹ A grande presença das mulheres no serviço administrativo também se deve à maior escolaridade das mulheres que fazem parte da corporação, tanto porque, as mulheres são atualmente mais escolarizadas do que os homens (segundo dados da pesquisa Retrato da Desigualdade do IBGE.), tanto pela entrada das mulheres na PMMG já em uma turma de Sargentos, como salientado acima. Esse fator é também indica, no entanto, diferenças de gênero.

discussão de gênero. A primeira delas é o marcador “feminino” como uma diferença, um adjetivo, o que é um indicativo de uma assimetria de tratamento entre homens e mulheres na instituição, uma vez que não se usa o termo “policial masculino” para se referir a um homem. Existe, portanto, o padrão, a referência, que é “o policial”, e existe o desvio, a exceção, a “policial feminina”. O argumento mais mobilizado para explicar essa diferença é que isso se deve à entrada tardia das mulheres na instituição, mas evidencia, também, que essa entrada se deu em condições bastante diferentes – inclusive porque as primeiras mulheres a ingressarem na PM se formavam em turmas exclusivas para mulheres, diferentemente do que ocorre agora:

Isso já tem mais tempo, uns 25, 30 anos, que existia um treinamento específico, uma formação específica só pra mulheres, separado dos homens, (...) era a Cia P Fem. E tinha uma série de regras, uma série de restrições – pelo que eu ouço hoje, né? – não podia ficar um homem e uma mulher juntos, tinha todo um preparo específico pra manter separados homens e mulheres. (...) Pelo que eu ouço falar, era horrível. (SARGENTO AMANDA, HÁ 23 ANOS NA PM)

Acho melhor agora que a gente tem que passar pelo mesmo treinamento que os homens. Porque a gente vai enfrentar na rua ou no administrativo tudo que eles enfrentam, é o mesmo serviço, não tem diferenciação. Porque antigamente, quando começou a entrar policiais femininas, era focado em um aspecto, que era lidar com crianças e idosos. Agora não tem isso mais, antes tinha essa distinção. (SOLDADO MAIANA, HÁ 2 ANOS NA PM)

A segunda reflexão possível diz respeito à equivalência ou relação direta que o termo “policial feminina” supõe existir entre “mulher” e “feminina”. Segundo as concepções³² de Butler (2003: 24, 25) e Segato (1998: 4), não há nenhuma relação essencial entre um corpo com uma vagina e a feminilidade ou um corpo com um pênis e a masculinidade. Uma mulher pode, portanto, não ser feminina e um homem pode não ser masculino – e uma pessoa com vagina pode não se identificar como mulher, assim como uma pessoa com pênis pode não se identificar como homem:

³² Citadas no capítulo 1

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. (BUTLER, 2013: 24)

Apesar de não haver uma relação intrínseca de continuidade entre o dito sexo biológico e o gênero, como evidencia Butler, a sociedade naturaliza essa continuidade no que Gayle Rubin chama de “sistema de sexo/gênero”, que “é uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana” (RUBIN, 1993 [1975]: 3, 4). Em uma instituição militar, onde se encontra exacerbado o “histórico ethos masculino da força” (MUNIZ, 1999: 241), esta continuidade compulsória socialmente construída entre genitália e expressão de gênero se mostra ainda mais presente. Ainda que o termo “feminina” seja utilizado na corporação como um simples adjetivo, é um termo também curioso, na medida em que todas as mulheres, inclusive as que tem uma performance de gênero que é considerada masculina, sejam designadas com o termo “femininas”, pelo simples fato de se identificarem como mulheres. Nesse sentido, o termo parece funcionar sutilmente como uma prescrição: já que conseguiram adentrar esse mundo tradicionalmente masculino, que ao menos não deixem de ser femininas. A hipótese dessa prescrição de feminilidade às mulheres da corporação é corroborada pelos relatos sobre a celebração do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, na PMMG:

Esse ano foi no Clube dos Oficiais, aí teve aula de zumba, teve momento maquiagem, palestra sobre beleza (...) Ano passado teve um teatro de um cara, um monólogo, depois disso teve sorteio de brinde, palestra... então foi muito interessante.

E a palestra foi sobre o que?

Normalmente é sempre voltado pra mulher mesmo, mais essas questões de beleza... de... como é um público que nem todo mundo ali é mãe, então eles nem direcionam tanto pra isso, é mais uma coisa que todas ali se interessam, igual, no caso, uma aula de zumba...

E tem alguma discussão voltada pro que é ser mulher dentro da Polícia, alguma discussão mais séria sobre direitos das mulheres na Polícia?

Não, é bem assim, bem pra relaxar. A gente não fala tanto de serviço não.
(SARGENTO PAULA, HÁ 6 ANOS NA PM)

Nunca fui [na comemoração do 8 de março], por não concordar com o conceito, porque é muito “mulherzinha” mesmo. É “dia da beleza”, é “como aumentar o prazer no casamento”. Até onde eu sei (pelo que eu ouço dizer, porque eu nunca fui) é sempre muito reforçando esses estereótipos que colocam a gente muito nesse lugar da mulherzinha.
(SARGENTO AMANDA, HÁ 23 ANOS NA PM)

Parece haver algo de ameaçador em uma mulher não feminina, uma vez que a docilidade e passividade associadas à feminilidade, e conseqüentemente ensinadas às mulheres, facilita a manutenção dos homens em um lugar de poder. É possível pensar que mulheres que agem “como homens” operam como híbridos, no sentido Latouriano, pois ao articularem masculino e feminino, borram também as fronteiras entre natureza e cultura, e se tornam perigosas à ordem dual moderna ocidental – que separa idealmente esses domínios – e, por conseguinte, a várias outras ordens normativas. É fato que a associação entre o par “mulheres-homens” e “natureza-cultura” é controversa e já gerou bastante debate entre as teóricas feministas. Se, por um lado, temos Sherry Ortner (1979) dando vários exemplos de como as mulheres são universalmente relegadas ao plano da natureza (que é desvalorizado em benefício do plano da cultura), temos também Strathern (1980) problematizando essa afirmação e mostrando, a partir de sua etnografia entre os Hagen³³, que ela certamente não pode ser universalizada.

As críticas de Strathern a Ortner são indubitavelmente relevantes, uma vez que, para a autora, nem mesmo o par “natureza-cultura” se resolve de fato em uma simples dicotomia no ocidente (STRATHERN, 1980: 178). É preciso reconhecer, no entanto, que ainda que a teoria de Ortner não seja universal como ela pretendia, ela tem alguma pertinência no que diz respeito ao ocidente. As associações entre “mulher”, “corpo” e “reprodução”, e entre “homem”, “racionalidade” e “produção” são de fato muito fortes e recorrentes na sociedade ocidental moderna, como mostram os muitos exemplos da autora. A menção ao conceito de “híbrido” de Bruno Latour (1994) faz sentido na medida em que não se trata de tomar “natureza-cultura” e “feminino-masculino” como dicotomias de fato, mas de reconhecer que elas são socialmente retratadas como tais. Mulheres que exercem funções tipicamente masculinas e apresentam características de

³³ Como evidenciado no primeiro capítulo

personalidade associadas aos homens são perigosas, portanto, justamente porque evidenciam a fragilidade dessas “dicotomias”.

Apesar de quase todas as policiais falarem “policia feminina”, o termo correto e original é “policia feminino”, como me informou a Sargento Amanda – informação que Livia Alves confirma em seu trabalho sobre o histórico da polícia feminina na PMMG (ALVES, 2011: 21). O “feminino”, portanto, além de ser reduzido a um adjetivo, é também “disciplinado” pela adjetivação no masculino. O nome das patentes também é sempre falado no masculino, mesmo quando se tratam de mulheres, sendo acrescentado apenas o artigo feminino: a Soldado, a Cabo, a Capitão, a Sargento, a Tenente, a Coronel. Isso me causou muito espanto no início do trabalho de campo, mas essas nomenclaturas no masculino são tão naturalizadas nesse universo, que a maioria das policiais com as quais eu conversei estranharam a minha surpresa, e algumas nem entenderam a minha pergunta sobre o porquê disto acontecer. Isso reforça ainda mais a idéia de que as mulheres policiais são híbridos e essa ambiguidade de gênero nas nomenclaturas – que traz certa confusão às pessoas que fazem uso das mesmas, sejam militares ou civis – evidencia um esfumaçamento das fronteiras de gênero. Para evocar a teoria de Donna Haraway, é como se essas mulheres fossem duplamente ciborgues, uma vez que a farda e os itens de segurança obrigatórios ao trabalho policial geram uma espécie de humano-máquina, somado ao fato de que se trata de mulheres designadas pelo nome de “policia feminino” ou de “sargento”:

Meu mito do ciborgue significa fronteiras transgredidas, potentes fusões e perigosas possibilidades – elementos que as pessoas progressistas podem explorar como um dos componentes de um necessário trabalho político. (HARAWAY, 2009: 45)

Também podemos analisar esse potencial transgressor sob a ótica de Mary Douglas, uma vez que a entrada de mulheres na Polícia Militar significa em alguma medida uma “contaminação” da instituição pelo *feminino* (até certo ponto disciplinada pela adjetivação no *masculino*) e, para as mulheres, certamente uma “contaminação” pelo *masculino*. Em tais contaminações, há uma grande potência transgressora, como já evidenciou a autora em *Pureza e Perigo* (1966), já que a contaminação ocorre sempre que há algo no lugar “errado”. A preocupação com a pureza é então a preocupação com

a comunidade e seus limites. A contaminação é transgressora, portanto, na medida em que contribui para reorganizar velhas lógicas sociais e dissolver dualismos. Essa dinâmica também pode ser vista através da visão butleriana do fenômeno da “abjeção”, que diz respeito ao perigo que certos corpos parecem trazer a certas comunidades, a ponto de sua presença ameaçar a visão estável que a mesma tem de si. Considerando essa idéia, parece que tanto as mulheres ameaçam e mudam a visão estável que a Polícia Militar tem dela mesma, como a Polícia Militar, a partir do momento em que aceita mulheres, muda a visão estável que elas têm delas mesmas e de todo o gênero “mulheres”.

Enxergar nessas ciborgues um potencial transgressor é uma forma otimista de olhar para a questão. Uma perspectiva menos otimista seria a versão que fornece uma das próprias policiais, que atribui ao sexismo da língua portuguesa e da sociedade brasileira a permanência do gênero masculino nas patentes, mesmo quando designam mulheres:

[Falar as patentes no masculino] tem a ver com essa língua machista que a gente tem mesmo. (...) Isso inclusive teve um destaque maior com a eleição da Dilma, porque até então... como ela virou “presidenta”, atentou para um tanto de gente que era “a Sargento”, “a Cabo”. Mas ficou só na conversa mesmo, mas nada que provocou nenhum tipo de.. “ah, vamos rever”. (SARGENTO AMANDA, HÁ 23 ANOS NA PM)

Apesar de serem visões bem diferentes, as duas traduzem aspectos da realidade e uma não tira a validade da outra: transgressão e controle coexistem e, na relação, se reinventam no cotidiano de trabalho e nos corpos dessas mulheres. Ainda que a hibridação de gêneros trazida por essas mulheres policiais tenha um potencial transgressor, a permanência dos nomes no masculino parece ser motivada por uma assimetria de poder entre homens e mulheres na sociedade e especialmente na instituição, assimetria esta que coloca a mulher como “o outro”, como evidencia Beauvoir (1960).

2.3 Conhecendo as motivações para entrar na PM

Uma das questões que me suscitavam curiosidade, antes do início do trabalho de campo, era a motivação dessas mulheres para ingressar em uma profissão majoritariamente masculina, eu queria entender como surge em uma mulher o desejo de ser militar em uma sociedade que desencoraja o envolvimento de mulheres nesse tipo de atividade, então essa foi a primeira pergunta que fiz nas entrevistas.

No que tange à intenção de ingressar na Polícia Militar, as dez³⁴ policiais se dividiram em dois grupos: as que entraram por influência familiar (principalmente do pai) e as que entraram por uma questão de oportunidade e/ou necessidade. Metade delas citou o pai como um fator importante (com exceção de um caso, todos os pais citados eram militares) e mais da metade atribuiu a uma “questão de oportunidade”, aliada à busca ou necessidade de estabilidade e de um bom salário. Duas delas, no entanto, afirmaram ser um sonho ou desejo já desde novas.

Há histórias bastante singulares que evidenciam os caminhos pelos quais foi possível que essas mulheres ingressassem em uma profissão tão atípica para mulheres e, por isso, optei por transcrever aqui trechos dessas histórias, como forma também de apresentar as entrevistadas. Seguem então as histórias da entrada e da adaptação de cada uma das policiais femininas participantes da pesquisa, Coronel Maria Clara, Tenente-coronel Arminda, Sargento Susana, Sargento Paula, Sargento Maria, Sargento Amanda, Cabo Eliana, Soldado Maiana, Soldado Lívia:

De alguma forma, o fato do meu pai ser policial militar teve grande influência nisso, porque meu pai pra mim é uma grande referência. (...) Mas assim, eu consigo me lembrar do exato dia que eu tomei a decisão de entrar pra polícia, isso aconteceu eu tinha 12 anos. Foi num dia em que as integrantes da primeira turma de mulheres a ingressar na polícia (...) faziam uma aula que a gente chama de “ordem unida”. (...) Ao lado da academia, nós temos o clube dos oficiais e eu estava fazendo uma atividade física no clube dos oficiais, quando eu ouvi a música... eu fecho os olhos e consigo enxergar o dia com clareza... eu saí correndo de onde eu estava na quadra (...), eu consegui subir no muro e quando eu subi no muro que eu olhei, aí eu vi aquele pelotão enorme, aí na hora que eu olhei eu falei assim “é exatamente isso que eu quero ser”, com 12 anos. (...) Pelo que eu me recordo, eu tive

³⁴ Nove entrevistadas por mim e uma cujo relato da entrada foi feito por sua mãe, Dirce.

extrema facilidade de me adaptar aos rigores da disciplina militar.
(CORONEL MARIA CLARA, HÁ 30 ANOS NA PM)

Na verdade, na minha época.. eu entrei pra polícia eu já tinha mais de 10 anos de psicóloga e eu entrei pra área de saúde especificamente, pra psicologia. Foi uma oportunidade, eu conhecia algumas pessoas que já estavam na Polícia. (...) Hoje eu me sinto realmente, enquanto psicóloga que trabalha na área de segurança, uma pessoa completa (...) Foi na busca de uma estabilidade que eu entrei pra polícia. (...) Quando entrei, teve um choque, A cultura da PM exige um equilíbrio físico e psicológico muito grande. (TENENTE CORONEL ARMINDA, HÁ 20 ANOS NA PM)

Bem, eu sou de família de militar, né? Então eu fui criada no meio militar, meu pai era militar, meus avós, então já vem de família já. Minha avó mexia na área, não Polícia Militar, mas na área de segurança... A gente quando é criada no meio, já nasce polícia, né? (...) Então desde criança, mesmo (...) eu resolvi estudar mesmo pra ser policial militar. (...) Eu fiz o concurso duas vezes. (...) [O rigor], na época, me surpreendeu demais, eu já sabia, mas não com tanto rigor, que realmente era tão rigoroso como era. E tem a falta de tempo, né? Você não tem tempo pra nada, se você escolheu a profissão militar, você vive pra Polícia. (SARGENTO SUSANA, HÁ 21 ANOS NA PM)

A Polícia Militar foi na verdade uma oportunidade, eu estava saindo no Ensino Médio e apareceu o concurso e por orientação do meu pai... ele falou assim “acho que é uma boa, né? Você ter uma estabilidade, nova...”. Aí eu optei por fazer o concurso e da primeira vez que eu fiz, já passei. Meu pai não tem ligação com a Polícia, ele é eletricitista. (...) Antes do concurso eu nunca tinha pensado nessa possibilidade, a minha vontade era fazer uma faculdade de Educação Física. Só que aí, como veio, né? (...) Durante o curso, foi mais divertido do que ruim. (...) E as dificuldades são que eram muitas matérias, (...) muita coisa assim que era novidade pra mim e aí você tem que ir aprendendo meio que na marra. E foi difícil também, e é até hoje, o fato de... vamos supor, Natal, Ano Novo, você tá de serviço (...) Não tive dificuldade nenhuma de me adaptar à rigidez e disciplina. (SARGENTO PAULA, HÁ 6 ANOS NA PM)

Olha, a minha história é muito específica. Eu lecionava no interior pro ensino infantil, então foi um momento de crise, porque eu estudava filosofia à noite, lecionava de manhã e à tarde e estudava ainda à

noite. Só que foi um momento de muita crise, eu recebia menos que um salário mínimo (...) Então chegou a ponto, olha pra você ver... eu cheguei a passar fome. (...) Eu lembro que eu passei numa feira e não dava pra comprar nem uma maçã (...). E assim, esse dia eu chorei. Aí minha colega também passando as raivas dela, nós choramos juntas. E ela falando que o sonho da vida dela era entrar pra PM, que ela achava lindo, aquelas mulheres fardadas. Eu falei assim, “você é louca”. (...) Nunca imaginei, nem tinha noção do que era a Polícia Militar. Eu fiz o concurso junto com ela, nesse rompante de tristeza e revolta, e consegui passar. (...) Foi um mundo surpreendente, né? Pra mim que vim completamente do mundo civil mesmo, não tinha nem noção de militarismo. Então pra mim foi um choque muito grande de cultura. (SARGENTO MARIA, HÁ 10 ANOS NA PM)

Eu estava terminando o Ensino Médio e a notícia de concurso chegou na sala de aula, pra você ter uma ideia eu nem sabia que tinham duas polícias – civil e militar – , era um universo totalmente distante pra mim. Aí eu tava naquele processo de procurar emprego... Foi uma questão de oportunidade mesmo. (...) Claro que o impacto pra mim foi extremamente grande. (...) Eu pensei em desistir o tempo todo, eu pensava “é só hoje, não volto aqui mais”, todos os dias. Eu sou de uma família extremamente pobre, eu era arrimo de família, então estar no Estado, isso era fundamental. (...) Então isso era uma questão forte, óbvio, mas não é só isso, (...) porque querendo ou não você vai construindo uma relação de amizade (...). Então eu fui vivendo isso tudo lá também, e tô até hoje... (...) E tinha essa rotina militar que era um negócio, pra mim, de outro mundo. Alguém fala comigo, é “sim, senhor”, “não, senhor”, e rápido. “Como assim?” (SARGENTO AMANDA, HÁ 23 ANOS NA PM)

Na verdade, pelo fato do meu pai ser militar, eu estudava em um colégio militar, no Colégio Tiradentes, aí acho que amizades, assim... foi influência familiar e de amigos. Eu não pensei em entrar na Polícia, alguém chegou e falou assim “vai lá”. Alguém, assim... meu pai... “abriu inscrição, vai lá e faz”. Aí eu fui lá e fiz. Eu tava com 18 anos e já passei nesse primeiro concurso. (...) Pra mim foi extremamente chocante... talvez pelo meu estilo de vida assim muito caseiro, casa, família e não conhecia quase que nada da vida, digamos, do mundo... entendeu? (...) Quando você entra no mundo de cara, você vai conhecer a violência frente a frente é muito complicado para quem nunca vivenciou essas coisas, né? Então essa é... até convívio com outras pessoas, eu não tinha muito esse convívio social. A disciplina não foi tão difícil porque eu já vivia no colégio, né? Pai muito rígido... então não foi tão difícil. (CABO ELIANA, HÁ 19 ANOS NA PM)

É porque eu trabalhava no Olho Vivo, que é integrado com a Polícia Militar e lá tive contato com muitos militares. Aí saiu o concurso e eu falei “ah, vou fazer”, até pela questão do salário, da estabilidade mesmo. Antes nunca tinha pensado em ser PM. Meu pai é bem tranquilo, tudo que eu quiser fazer... ele é aposentado ele era mecânico industrial. (...) Agora minha mãe ficou um pouco mais preocupada, assim como quando meu irmão entrou, porque mãe é diferente, né? Ele falou "ah, não faz isso não, faz outro concurso". (...) Como eu já trabalhava no Olho Vivo há dois anos, lá eu conheci um povo do serviço policial, então eu já tinha uma noção de como era. A disciplina foi tranquila, porque eu sabia que no curso era mais pesado, que depois que formava ficava mais tranquilo, porque no curso eles tem que pegar pesado pra descobrir quem é quem. (SOLDADO MAIANA, HÁ 2 ANOS NA PM)

Eu sempre tive... não foi coisa de família, geralmente eu reparo lá que policial é coisa de família, “ah, meu pai era, meu avô era”... mas eu não, não tenho ninguém na família, mas eu sempre achei muito bonito. E eu queria ter ido para a Aeronáutica. Não fui, por causa de problema de vista, né? Aí eu tava trabalhando, aí vi um anúncio do concurso da Polícia, falei “vou fazer”. E foi assim. Eu sempre achei muito bonito área militar e tudo, mas não sabia nada, entrei e foi um universo totalmente novo. (...) Você chegando lá você tem aquele baque, questão de disciplina, horário, exigências... Difícil foi mais – como vou dizer? – a maneira de se expressar na polícia é diferente de uma empresa privada. Você não pode dizer as coisas tão abertamente (...). Porque eu sou muito questionadora, e isso às vezes não é muito bem visto. Então esse foi o maior choque que eu tive. (SOLDADO LYDIA, HÁ 7 ANOS NA PM)

Apesar de haver histórias de vida bem diferentes, é possível perceber por estes relatos que a questão familiar (e principalmente paterna), assim como a estabilidade financeira proporcionada pela profissão, foram dois fatores recorrentes e que influenciaram fortemente a decisão destas mulheres de prestar o concurso da PMMG.

A importância da figura do pai na decisão de várias delas em prestar o concurso é um fator que chama a atenção. Muitas delas descrevem como um caminho quase natural a entrada na Polícia, sendo filhas de militar, como relatado pela Sargento Suzana: “A gente quando é criada no meio, já nasce polícia, né? Já nasce com sangue de Polícia, não tem como”. E mesmo no caso da Sargento Paula e da Cabo Eliana, cujos pais não eram militares, partiu deles o incentivo para que elas entrassem na corporação.

É sintomático que o denominador comum na história de metade dessas mulheres sobre o ingresso em uma corporação tão tipicamente masculina seja justamente essa figura masculina e paterna. Esse fator aparece, muitas vezes, combinado com outro, como um forte desejo, no caso da Coronel Maria Clara, ou a necessidade financeira, no caso da Sargento Paula. Apenas a Soldado Lívia elencou o desejo e a admiração pela profissão como único fator motivacional.

É muito interessante contrastar essas motivações com as motivações elencadas pelos policiais homens na escolha da profissão, apresentadas por Jaqueline Muniz. A autora afirma que eles “reportam à sua vocação, à sua escolha profissional - em verdade, uma escolha de vida - e às suas atribuições como servidores que receberam a missão de 'proteger e servir' ” (MUNIZ, 1999: 100). A noção de “vocação” ou de “missão” não apareceu hora nenhuma na narrativa dessas mulheres, não necessariamente porque não enxerguem assim, mas possivelmente pelo estranhamento que causa nas pessoas ouvir uma mulher dizendo que tenha a missão ou “vocação natural” – uma noção que, como bem coloca Muniz, está “muito próxima dos testemunhos de vida que informam as conversões religiosas” (1999:100) por dizer de uma predestinação – de exercer uma profissão tão distante do que é considerado “natural” das mulheres.

Entre as dificuldades de adaptação ao mundo militar citadas pelas policiais, a mais recorrente foi o choque cultural, decorrente da existência de uma efetiva *cultura militar*, como ressalta Leirner (1997: 26), cultura esta que teria na hierarquia, na disciplina e na diferenciação do universo civil seus pilares básicos. A segunda dificuldade mais mencionada foi não poder dizer tudo o que se pensa e não poder questionar os superiores³⁵. A rigidez, a alta exigência do curso e a falta de tempo também apareceram como pontos desafiadores na entrada para a PM. Dificuldades que se relacionam especificamente com a discussão de gênero, como o assédio sexual, a dificuldade de conciliar maternidade e profissão, o preconceito e a discriminação por serem mulheres, só apareceram na segunda etapa das entrevistas, principalmente quando perguntadas diretamente sobre o assunto, indiciando o costume, talvez por receio, de não falar sobre a desigualdade de gênero na corporação. Esses temas serão, portanto, apresentados e discutidos nos próximos tópicos.

³⁵ O que se relaciona com o tema da hierarquia e do assédio tratados no próximo tópico

2.4 Entendendo a disciplina e a hierarquia militares e suas implicações nas relações de gênero

Fui ao 16º Batalhão da PMMG entrevistar uma psicóloga aposentada da PM. Quando cheguei, errei a entrada. Cheguei na portaria do Colégio Militar, acreditando ser a portaria do 16º Batalhão. Lá o porteiro pediu meu nome, RG e perguntou onde eu estava indo. Falei que ia ver a Major Jaqueline (a psicóloga não trabalha mais lá e falou pra eu dizer isso na portaria), ao que o porteiro respondeu sério “a Coronel Jaqueline você quer dizer, né?”, com um tom repreensivo por eu ter supostamente errado a patente da Jaqueline. Então eu expliquei que ia ver a Arminda na verdade, mas que ela estava na sala da Major Jaqueline, e então o porteiro percebeu que eu estava no lugar errado e que eu deveria ir ao 16º Batalhão (logo ao lado). Mas foi interessante observar como até o porteiro, que é civil, percebe como é ofensivo errar a patente de uma militar, prova da força da hierarquia nessa instituição. (TRECHO EXTRAÍDO DO CADERNO DE CAMPO)

A Sargento falou que eu podia me sentar, mas havia mais duas pessoas na sala, incluindo um homem, então eu perguntei se não havia um lugar onde pudéssemos ficar a sós para fazer a entrevista, ela titubeou, disse que achava que não, mas o policial presente na sala sugeriu que fôssemos para a sala do Coronel X, já que ele não estava lá. Então fomos. A entrevista transcorreu tranquila. Depois pedi para ela chamar a Sargento Paula, que inclusive está grávida. Durante essa entrevista ocorreu um fato que me chamou a atenção: em um dado momento, o tal Coronel entrou na sala, ao que a Sargento levantou imediatamente assustada, tensa e um pouco amedrontada por estar na sala dele e perguntou se ele queria que a gente saísse. Ele, muito tranquilo e educado, disse: “Por quê? Não precisa sair não. Mas vou atrapalhar vocês um pouquinho porque tenho que fazer uma coisa aqui”. Ao que ela sentou, mais relaxada. Fiquei um pouco contrariada nesse momento pois pensei “pronto, agora ela não vai me falar mais nada”, mas felizmente ele ficou pouco tempo e saiu de novo. O súbito temor dela quando o Coronel entrou na sala, no entanto, me impressionou e percebi como a hierarquia é um fator de constante tensão para as pessoas subordinadas. (TRECHO EXTRAÍDO DO CADERNO DE CAMPO)

Comecei o trabalho de campo mal sabendo qual a ordem das patentes militares. Sabia, pela literatura acessada, que havia uma clara separação entre praças e oficiais, que soldado era a patente mais baixa e coronel a mais alta, mas não sabia muito bem o

que havia no meio. Algumas situações do campo, como as citadas acima, me mostraram o quão importante era a hierarquia neste universo. Nas palavras da Coronel:

Aqui na Polícia Militar nós temos dois pilares básicos, que são a hierarquia e a disciplina. Então aqui tem muito rigor, rigor com horário, com cumprimento de normas, as leis e os regulamentos que norteiam nossas ações. Aqui há um respeito com superiores, pares e subordinados. (CORONEL MARIA CLARA, HÁ 30 ANOS NA PM)

Apesar da hierarquia e a disciplina serem evocadas como traços positivos das instituições militares, quem ocupa os postos mais inferiores vê nestes dois pilares um foco constante de tensão, como a situação descrita acima pela Sargento Paula demonstrou. A reação imediata à entrada do Coronel na sala se explica por esta passagem de *Vigiar e Punir*:

Do mestre de disciplina àquele que lhe é sujeito, a relação é de sinalização: o que importa não é compreender a injunção, mas perceber o sinal, reagir logo a ele, de acordo com um código mais ou menos artificial estabelecido previamente. (FOUCAULT, 2007: 140).

A resposta do Coronel dá a entender, no entanto, que não havia necessidade de tensão, mas certamente seria inadmissível a Sargento simplesmente ignorar sua entrada e permanecer sentada conversando comigo, o que corrobora a teoria de Foucault de que “o poder disciplinar (...) se exerce tornando-se invisível”, usufruindo “de um poder que só se manifesta pelo olhar” (FOUCAULT, 2007: 156). A fala da mãe da Soldado Ana evidencia como funciona na prática da PMMG a noção de *panóptico*³⁶ apresentada por Foucault, que se integra à hierarquia e à disciplina e gera constante tensão nas pessoas subordinadas:

Lá dentro tem pessoas (não sei se é P4 ou P5 que chama) que ficam vigiando o que os colegas estão fazendo e dão informação de tudo que

³⁶ Apesar de ter ficado conhecido através das reflexões de Foucault, “panóptico” é um termo que designa uma “penitenciária ideal”, concebida pelo filósofo inglês Jeremy Bentham no século XVIII, cujo projeto arquitetônico permitia a observação de todas as pessoas presas, sem que essas soubessem se estavam sendo observadas, de modo a criar uma atmosfera de vigilância constante.

eles fazem para os superiores. E tem as câmeras... Mas mais é questão dos informantes mesmo, então normalmente as pessoas não falam nada [no serviço]. Não falam mesmo. Porque as pessoas às vezes recebem castigo sem nem saber porque. (DIRCE, MÃE DA SOLDADO ANA, HÁ 2 ANOS NA CORPORACÃO)

O *panóptico*, aqui, não se dá pela clássica forma arquitetônica circular, mas pela tecnologia das câmeras, é a “maquinaria de controle” que funciona como um “microscópio do comportamento” (FOUCAULT, 2007: 145). As “pessoas que ficam vigiando o que os colegas estão fazendo” integram essa rede de controle e das “pequenas técnicas das vigilâncias múltiplas e entrecruzadas, dos olhares que devem ver sem ser vistos” (FOUCAULT, 2007: 144). Segundo Foucault, as penalidades das pequenas condutas são parte da manutenção desse sistema disciplinar e servem como forma de adestramento, como essa fala de Dirce bem ilustra:

No curso dela tinha uma coisa que chamava CAC, nem sei o que significa, mas quem ficava de castigo ia pro CAC. Uma vez ela foi porque não prestou continência, e outra vez porque na primeira semana tinha que andar correndo no pátio e ela não tava correndo e recebeu castigo. E uma terceira vez porque deu castigo pras todas as mulheres, porque alguma fez alguma coisa errada no vestiário feminino, esqueceu alguma coisa lá, aí puniram todas. (DIRCE, MÃE DA SOLDADO ANA, HÁ 2 ANOS NA PM)

O relato mostra uma desproporcionalidade das punições aos desvios, mostrando a maneira específica de punir do poder disciplinar, que castiga tudo que está minimamente inadequado à regra, como bem descreve esta passagem:

Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora. (FOUCAULT, 2007: 149)

Hierarquia e disciplina, os dois pilares básicos da instituição militar, como afirma a Coronel Maria Clara na citação acima, também aparecem como centrais no

trabalho de Piero Leirner. Para o autor, a hierarquia pode ser pensada como um “fato social total” no mundo militar, pois “é nela, e a partir dela, que os militares elaboram suas respostas ao mundo externo, codificam o *cosmos*, enfim, constroem sua identidade” (LEIRNER, 1997: 110). Como seus entrevistados enfatizaram, disciplina e hierarquia andam lado a lado sendo uma a condição de existência da outra. Em suas palavras, “se, por um lado, a disciplina significa o controle coletivo sobre os indivíduos, a hierarquia é o próprio coletivo situado e situando os indivíduos” (LEIRNER, 1997: 111).

Sendo a hierarquia um elemento tão importante no universo militar, é preciso dar um passo a mais na análise que faz Leirner, que não diz nada em seu trabalho sobre presença de mulheres neste universo³⁷. Que implicações teria essa hierarquia nas relações de gênero dentro da Polícia Militar?

O trabalho de Maria Rosa Lombardi sobre mulheres nas Forças Armadas e na Marinha traz uma dimensão interessante dessa questão, ao evidenciar os conflitos existentes entre as praças homens – que estão na corporação há muito tempo – e as mulheres oficiais – que entraram há menos tempo, mas que por terem maior escolaridade, ocupam postos de comando:

Outra foco de tensão que a pesquisa permitiu identificar reside na relação entre praças e suas superiores, em geral oficiais mais jovens e mais escolarizadas. Não é incomum haver resistência ao comando feminino da parte deles e, da parte delas, um mal-estar em dar ordens para pessoas mais velhas. (LOMBARDI, 2009: 236)

Essa passagem mostra como os homens militares têm dificuldade de se submeter ao comando das mulheres, fato também enfatizado pelas policiais que entrevistei. Além disso, mostra como a hierarquia militar se mescla a outras formas de hierarquia – seja de gênero, idade ou tempo na corporação –, complexificando esse sistema classificatório. Isso é evidenciado também na fala de uma Capitão entrevistada por Cristina Rodrigues da Silva:

³⁷ Talvez porque de fato não as houvesse na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, fato que no entanto é naturalizado e não mencionado pelo autor.

O militar quando entra no elevador, o mais antigo é que vai na frente. Só que se o mais moderno for um homem isso não causa nenhum problema, se for uma mulher aí ele não sabe se ele entra na frente ou não. Então ele passa a gente na frente, mas não passa o outro. E isso causa algumas arestas entre os pares porque aí vira um tenente colega e fala: “mas porque você pode e eu não posso? Se nós somos tenentes, temos a mesma patente, ganhamos o mesmo salário. (Apud SILVA, 2006: 12)

Como podemos perceber, a presença de mulheres no meio militar – independente de estarem no topo ou na base da hierarquia – traz um grau de desordem a tão ordenado sistema, o que faz com que sejam vistas por muitos como “um problema institucional” (D’Araújo, 2004: 455).

No caso da PMMG, há um número muito pequeno de mulheres de alta patente, como mostra a tabela³⁸ abaixo:

Efetivo de Policiais Femininos da PMMG¹⁶

Posto/Graduação	Total
Coronel	3
Tenente Coronel	17
Major	50
Capitão	189
Primeiro Tenente	72
Segundo Tenente	185
Aspirante-a-oficial	0
Cadete/Aluno	37
Subtenente	40
Primeiro Sargento	191
Segundo Sargento	294
Terceiro Sargento	464
Cabo	888
Soldado de Primeira Classe	1252
Soldado de Segunda Classe	186
Total na PMMG	3867

Fonte: CAP

Do efetivo de 48.050³⁹ oficiais e praças da PMMG, apenas 3.867, ou seja, 8%, é formado por mulheres. Dessas mulheres, 1,8% ocupam as três graduações mais altas

³⁸ Retirada da Monografia de Livia Alves (2011: 120)

(major, tenente-coronel e coronel) e impressionantes 0,07% ocupam o cargo de coronel, enquanto 60% são soldados e cabos. Isso significa que a enorme maioria de postos de comando é ocupada por homens, o que acaba gerando uma dupla relação de poder. Em uma sociedade na qual mulheres são desprivilegiadas e sofrem muito mais violências de gênero, estar subordinada a homens que ocupam postos de comando de uma instituição tão tipicamente masculina as faz ainda mais vulneráveis a abusos físicos e morais. Uma das formas de violência de gênero que mais veio à tona durante a pesquisa foi o assédio sexual por parte de superiores.

No início do trabalho de campo, eu já tinha indícios da presença desse tipo de abuso no mundo policial, como notícias de casos isolados e principalmente os resultados da pesquisa “Mulheres nas Instituições Policiais”⁴⁰ do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que mostra que 62,9% das mulheres que responderam a pesquisa “já experienciaram comentários inapropriados ou sexuais no ambiente de trabalho” e que 39% das mulheres já experimentaram algum tipo de assédio, moral ou sexual (físico), dentro da sua instituição de trabalho, sentindo-se desrespeitada ou coagida a dar consentimento”. Apenas 11,8% dessas mulheres, no entanto, registram queixa. Em 74,1% dos casos, o assédio veio de um superior hierárquico, dado que é bastante significativo.

Apesar de conhecer esses dados, eu não imaginava que as mulheres com as quais eu conversei me falassem sobre os assédios sexuais que acontecem dentro da PM, por ser este um tema tabu. De fato, a maioria afirmou não ter conhecimento de casos de assédio ou citou apenas algum caso isolado que apareceu na imprensa. As duas soldados que entrevistei e a mãe de um soldado, no entanto, falaram abertamente sobre o assunto:

Lá dentro tem muito assédio, mas ela fica indiferente, né? Pra eles lá, ela fala que tem namorado firme, pra ninguém... pra evitar o assédio. Nem tanto dos colegas, mais dos superiores. Isso é fato. (...) Ela relatou casos com o próprio coordenador do curso dela. Claro que eles não divulgam, né? (...) Esse foi o lado pior, que ela mais sofreu, porque ela achava que fosse assim tudo muito certo, muito ético e ela disse que a maioria não é. Foi difícil pra ela também não poder fazer nenhum questionamento,

³⁹ Número fixado pela lei Nº 14.445, de 26 de novembro de 2002

⁴⁰ Pesquisa divulgada em 2015, realizada com 13.055 homens e mulheres de várias instituições policiais. Respondentes da Polícia Militar correspondem a 44% das pessoas entrevistadas.

porque se ela questionasse alguma coisa, recebia castigo. (DIRCE, MÃE DE UMA SOLDADO)

Eu tive colegas que sofreram. (...) Eu nunca sofri. Assim, depende muito de como a pessoa vê. Quando eu entrei no curso, meu primo e meu irmão [que são militares] falaram assim “não fica rindo muito, não fica sorrindo muito pra outro homem, principalmente superior, porque ele pode achar que você está dando uma chance pra ele.” O que acontece: a gente podia ter algum tipo de receio de falar alguma coisa e o superior tentar prejudicar a gente, porque o superior pode prejudicar a gente. O par talvez não, mas o superior tem uma facilidade maior de prejudicar. Você não pode dar qualquer resposta pra ele, você tem que pensar no que você vai falar, porque dependendo do que você falar, ele pode te punir. Não te punir por aquilo, mas arrumar outro motivo. (SOLDADO MAIANA, HÁ 2 ANOS NA PM)

O fato das soldados estarem na ponta mais baixa da hierarquia, recém chegadas à instituição, parece contribuir para sua vulnerabilidade a esse tipo de violência, e a ainda frágil sensação de pertencimento à instituição – com uma relação muito distante das pessoas de patente alta – parece deixá-las mais à vontade para expor os problemas que enfrentam na corporação do que as mulheres que ocupam postos mais altos.

Apesar de assédios também acontecerem em outros setores da corporação, a Academia de Polícia, onde ocorre a formação, se mostrou ser o lugar onde esse tipo de violência é mais recorrente. Durante o curso, a dupla posição de poder de homem e superior hierárquico se potencializa no posto de professor, que pode decidir que nota atribuir a cada soldado e se ela irá ou não ser aprovada no curso para que possa de fato exercer a profissão, o que faz com que seja ainda mais difícil que essas mulheres se posicionem contra investidas sexuais ou denunciem qualquer abuso sofrido. Decorre daí a afirmação desta Soldado de que “A Academia de Polícia é um lugar podre”:

Assédio acontece, infelizmente. Acho importante você colocar isso no seu trabalho, a Academia de Polícia é um lugar muito podre, é muito podre lá. Eu gosto de falar o lado positivo, né? É uma Academia boa, valoriza realmente o estudo policial, a parte humanística... mas as pessoas ali... tem algumas pessoas com alguns vícios lá, e por pegar algumas pessoas novas, que estão chegando, que estão mais bobas (...) acho que ali tem muito assédio, muita coisa que deveria ser realmente investigada. Porque você está naquela situação... Polícia é um dos poucos

empregos públicos que você toma posse do cargo sem ter certeza que você vai ficar. (...) Nos outros lugares tem [assédio] também, só que você já tem mais coragem, mais força pra estirpar isso aí. No meu caso, quando eu precisei, ou só pedi pra ser transferida. Não quis entrar em detalhes, ficou subentendido o que era, porque essa pessoa já tinha tido problema com outras policiais. (...) Uma outra amiga minha de companhia foi assediada por outro soldado e ele foi transferido, (...) ele fez uma montagem dela, com o rosto dela, sentando no colo dele, aí ele foi transferido pro interior. Mas falar que a pessoa sofreu uma grande sanção assim, não sofreu... No meu caso foi um superior, que aí é mais complicado. Eu só queria sair da presença dele, aí eu consegui. Eu mesma não quis levar adiante, não sei se eu levasse adiante, se ia resolver, mas saí da presença dele. Foram duas vezes que eu fui assediada. Uma vez chegou a tentar me beijar a força, na época que eu estava como aluna na Academia, que foi a pior das vezes assim. Aí eu cheguei a contar a história toda pra psicóloga da polícia, que era capitã. (...) Porque pra um subordinado fazer uma queixa do superior, ele precisa de duas testemunhas, e quando ele fez isso comigo, eu não tinha testemunha nenhuma. Então fica complicado... Aí essa capitã falou comigo que se eu quisesse, ela ia falar que ela tinha visto – e ela era superior dele – e ela ia fazer a queixa por mim. Acabou que eu não quis, eu estava na faculdade, cheia de problemas, então eu simplesmente quis sair desse convívio dele. E a outra vez foi em um batalhão, foi só pela questão de eu já saber que esse cara tinha um histórico de assediar e tudo e começou com uma conversa muito estranha pro meu lado. (...) Aí eu simplesmente pedi pra não trabalhar com ele, antes que qualquer coisa mais grave acontecesse. (SOLDADO LYDIA, HÁ 6 ANOS NA PM)

Em concordância com a estatística produzida pela pesquisa “As Mulheres nas Instituições Policiais” sobre o baixo número (11,8%) de denúncias, esse relato mostra como é difícil que as policiais tenham coragem e persistência suficiente para prestar queixa sobre assédios de superiores, uma vez que isso pode prejudicá-las de várias formas e, na melhor das hipóteses, não vai acarretar grandes consequências para o assediador. A seguinte notícia, apesar de ser referente à Polícia Militar do Rio de Janeiro, traz outros elementos interessantes para analisar o tema do assédio na instituição:

Um dia após o EXTRA revelar que um sargento da UPP Santa Marta, comunidade na Zona Sul do Rio, é alvo de uma averiguação da Corregedoria da PM para apurar assédio a policiais femininas, a comandante da unidade, tenente Tatiana Lima, afirmou que não vai admitir a prática. O sargento, que foi citado numa denúncia anônima

enviada à 8ª Delegacia de Polícia Judiciária Militar (DPJM), foi afastado de suas funções. Até o final das investigações, ele vai realizar atividades administrativas e não supervisionará mais os demais policiais. O policial, entretanto, continuará trabalhando na UPP.

— Vou tomar todas as medidas cabíveis, pois sou mulher e não admito esse tipo de comportamento. A figura da policial feminina na UPP é essencial. Exijo respeito — afirmou a oficial, que está fazendo um curso em El Salvador e volta ao Brasil na próxima semana.

A presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa (Alerj), deputada Martha Rocha (PSD), afirmou que vai convocar a PM para uma audiência pública sobre o tema. Ao EXTRA, uma PM da unidade afirmou que o sargento tentou beijá-la à força. Segundo a policial, que pediu para não ser identificada, as mulheres da unidade têm medo de denunciar o sargento, por ele ser superior hierarquicamente. (JORNAL EXTRA – 27/10/2015)

Esse caso reforça o temor das policiais com relação à formalização da denúncia contra superiores hierárquicos, mas também demonstra a importância da existência de mulheres em postos de comando na corporação para que esse tipo de situação seja enfrentado, o que também foi evidenciado no apoio oferecido pela capitã e psicóloga da PM no relato da Soldado Lydia. Apesar de várias entrevistadas terem reclamado da falta de união das policiais femininas, a questão do assédio, por atingir a todas, parece gerar laços de solidariedade:

No curso, as policiais femininas mais antigas, que estavam lá no cotidiano com a gente, falaram que qualquer problema que a gente tivesse, que podia ser com o Coronel, que elas iam dar um jeito de ver a situação, entendeu? Então, as policiais femininas têm que se unir mesmo, porque são poucas, né? E essas mais antigas, elas falavam: “qualquer tipo de assédio, qualquer tipo de investida que você não gostou, mesmo que seja superior” que podia ir até elas, que elas iam tentar resolver. (SOLDADO MAIANA, HÁ 2 ANOS NA PM)

Se, como mostraram as falas citadas, as mulheres no topo da hierarquia ajudam as policiais subordinadas a lidar com o assédio, é bastante problemático que apenas 1,8% das mulheres policiais ocupem as três graduações mais altas da PMMG, e que os homens ocupem cerca de 86%⁴¹ dos postos de major, tenente-coronel e coronel.

⁴¹ Cálculo baseado nas informações da lei 14.445 que fixa o número de policiais de cada

Há outras controvérsias em torno da questão do assédio sexual que serão tratadas no próximo capítulo, mas já foi possível perceber como a rígida hierarquia militar dificulta o enfrentamento a este problema, que certamente não ocorre apenas na Polícia Militar – como muitas policiais enfatizaram durante as entrevistas –, mas que encontra nesse contexto, fortemente masculino e hierárquico, condições propícias para sua proliferação e silenciamento. Além do assédio sexual, outros tipos de opressão a minorias políticas encontram espaço para acontecer livremente, como evidencia esse relato sobre homofobia na corporação:

Ambiente militar tem muito daquela coisa de aproveitar da hierarquia pra tomar conta da sua vida, aproveitando que você não vai poder falar nada. Fazem uma brincadeira que te expõe, que você não vai poder cortar porque é um superior. Enquanto tá brincando não tem hierarquia, mas na hora que eu vou responder a essa agressão injusta “opa, eu sou sargento, você está me desrespeitando”, então isso é uma coisa bem negativa, é um distúrbio da hierarquia, começar a usar a hierarquia pra coisas que fogem ao trabalho. E lá na Polícia eles tem muita mania, né? “Ai, fulano é gay, fulano é veado, fulana é sapatão” (SOLDADO LYDIA, HÁ 7 ANOS NA POLÍCIA)

Cristina Rodrigues da Silva ressalta que a assimilação da homossexualidade assumida no mundo militar é ainda mais difícil do que a assimilação da presença de mulheres, já que homossexuais “são restringidos por valores de ordem moral e religiosa, vistos como desvio ou depravação moral”. A questão racial⁴² também aparece como um fator de discriminação, e muitas vezes esses fatores se combinam, gerando posições bastante fragilizadas dentro desse sistema de relações tão rigidamente hierárquico. Hierarquia e disciplina – dois pilares que se complementam – são tidas, por um lado, como benéficas, já que, segundo fala da Soldado Maiana, a Polícia Militar “conseguiu chegar até hoje forte como ela é (...) pela militarização, pela hierarquia, pela disciplina”. Por outro lado, essas características se mostram problemáticas, já que blindam (e punem) o questionamento das pessoas socialmente discriminadas que sofrem com as violências – físicas e simbólicas – perpetuadas por superiores dentro da corporação.

graduação.

⁴²

Que é tratada no próximo tópico

2.5 Regras de aparência e o controle da feminilidade

Então, agora tá regulamentado. Assim, no período de curso, tem a regulamentação, que é esmalte branco, rosa, maquiagem em tons também claros, cabelo sempre bem preso, brinco pequeno, não era permitido ficar usando pulseira, essas coisas, principalmente durante o período do curso. Aí agora já normatizaram as cores de esmalte, agora a gente pode usar tons terrosos, vermelho, branco.... mas azul, laranja, amarelo, essas coisas não. É tons, assim, mais tradicionais, né? E brinco é no máximo um centímetro do lóbulo da orelha, tem o diâmetro da pulseira, o cordão, a gente pode usar um cordão, uma pulseira, três anéis, somando as duas mãos, no máximo três anéis. Foi o Comando Geral que regulamentou. E essa regulamentação acho que saiu em 2012. Antes tinha no período de formação, depois do período de formação, a gente já ficava liberada. Como não tinha restrição de esmalte, a gente via muita P Fem aí com esmalte verde, azul... porque não tinha nada proibindo. Aí agora já tem. (SARGENTO PAULA, HÁ 6 ANOS NA PM)

Como a Sargento Paula explica, desde 2012 todas as policiais têm que se adequar às regras de estética e aparência da instituição, regras estas bastante específicas e que estão dispostas no Regulamento de Uniformes e Insígnias da Polícia Militar de Minas Gerais⁴³, escrito por uma Major e por um Segundo Sargento:

- I - A maquiagem deve ser usada com moderação e em tons discretos, sempre em conformidade com as condições e exigências do ambiente (baile, representação, formatura, instrução, serviço).
- II - as unhas devem ser tratadas, com comprimento máximo limitado pelo alinhamento da ponta dos dedos e podem ser pintadas com esmalte nas seguintes cores:
 - a) incolor (base);
 - b) branco (transparentes, cremosos e cintilantes);
 - c) tons claros de rosa;
 - d) tons de vermelho e vinho (cintilantes e cremosos);
 - e) “francesinha” com esmalte branco e unha com esmalte transparente;
 - f) tons de marrom, bege e creme.

⁴³

Ver ANEXO IV

Parágrafo único. A pintura das unhas deve ser feita em uma única cor, sendo vedado o uso de adornos como adesivos, desenhos, *strass* e esmaltes com *glitter*.

Art. 26. A militar uniformizada poderá fazer uso somente dos seguintes adornos:

I – brincos: um em cada orelha, em tamanho que não ultrapasse, em mais de um centímetro, o final

do lóbulo da orelha;

II – anel: até três, incluindo a aliança e anel de formatura, nas cores dourada e prateada;

III – relógio: um, de pulso, com pulseira metálica prateada ou dourada, de couro ou de plástico nas cores marrom ou preta;

IV - um cordão no pescoço e uma pulseira no pulso, metálicos, cor dourada e/ou prateada, de fina espessura e formados por uma única volta e com diâmetro máximo de três milímetros para os aros.

(REGULAMENTO DE UNIFORMES E INSÍGNIAS DA PMMG – 2012)

O nível de detalhamento das regras de aparência chega a causar estranhamento ao olhar civil: cores e tipos de esmalte, tamanho exato do brinco, diâmetro das pulseiras, acabamento do penteado, material do relógio, presença ou não de *strass*; todas essas prescrições minuciosas apontam para um rígido controle da aparência e portanto dos corpos e comportamentos dessas mulheres. Trata-se da *microfísica do poder* da qual fala Foucault, que afirma que “a disciplina é uma anatomia política do detalhe” (2007: 120):

Técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, mas que têm sua importância: porque definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova “microfísica” do poder; e porque não cessaram, desde o século XVII, de ganhar campos cada vez mais vastos, como se tendessem a cobrir o corpo social inteiro. (FOUCAULT, 2007: 120)

A questão do controle detalhado da aparência merece atenção especial no atual contexto de mudança dentro das instituições militares – que reflete as mudanças que estão ocorrendo na sociedade. A fala da Sargento Paula mostra quão recente é esta regulamentação e como antes as mulheres podiam escolher de forma mais livre sua apresentação estética. A literatura indica que houve um momento no qual a aparência

masculina era incentivada⁴⁴ para mulheres, e estas eram valorizadas pelos colegas por “se parecerem com um homem” (SILVA, 2006: 14). A necessidade dessa regulamentação recente, no entanto, indica que algo mudou, que algo estava demasiadamente fora do controle. Ainda que o detalhamento rígido também se aplique à aparência dos homens, que devem ter cabelos sempre curtos e barbas sempre bem-feitas, o nível de controle da aparência das mulheres trazido por essa regulamentação é ainda maior. Regras como “as unhas devem ser tratadas” e “fica proibido à militar raspar a cabeça com máquina inferior a n° 5”⁴⁵, assim como a existência de uma farda administrativa⁴⁶ feminina com a opção de saia, apontam para uma prescrição de uma feminilidade muito específica. Feminilidade esta que não deve, no entanto, se exacerbar, como indica a prescrição do cabelo sempre preso e da maquiagem “moderada”, “discreta” e “adequada”. Mulheres muito femininas parecem trazer algo de perigoso ou ameaçador à instituição policial, tão tradicionalmente masculina. A feminilidade aparece, novamente, como um fator de *contaminação* à *pureza* militar, no sentido de Mary Douglas (1966), como exemplifica essa fala:

O que é muito feio na Polícia, digamos assim, é ser uma mulher fresca, fresquinha, “ai, não bebo água da torneira, sou toda cheia de frescura”, isso aí dá uma desacreditada. Mulher na Polícia não pode ter aquele tanto de frescura. (SOLDADO LYDIA, HÁ 7 ANOS NA PM)

Mas se, por um lado, mulheres consideradas muito femininas trazem perigo para a masculinidade da corporação, mulheres muito masculinas também são ameaçadoras e subvertem a ordem dual da sociedade, “revelando a fragilidade da codificação de gênero”⁴⁷, nas palavras de Halberstam (2008: 237). A exigência de não ser nem feminina demais, nem masculina demais – ou de ser simultaneamente feminina e masculina, cria um ideal impossível de alcançar, como evidencia a fala dessa entrevistada de Cristina Rodrigues da Silva: “Enfim, se você é mulher e feminina é ruim

⁴⁴ Quando as mulheres começaram a entrar nas instituições militares, o cabelo curto era obrigatório.

⁴⁵ Os homens não só podem como devem raspar o cabelo com máquina inferior a número 5.

⁴⁶ Apenas as fardas administrativas possuem a opção feminina. A farda operacional é a mesma para homens e mulheres e todas as minhas entrevistadas reclamaram do incômodo causado por ela nos seios e no quadril.

⁴⁷ Tradução minha

porque você é fraca, se você é forte e parece com um menino é ruim porque você é macho.” (SILVA, 2006: 15). Essas mulheres militares têm, portanto, que transitar constantemente entre mundos, estando sempre com algum nível de desajuste.

O que percebi foi que essa dupla prescrição de gênero aponta para a existência do que chamei de *feminilidade controlada* dentro da instituição militar. A prescrição – que vem antes da sociedade do que da própria instituição – de cuidar das unhas e de não ter o cabelo raspado ressalta a importância de alguma feminilidade, mas as provocações dos colegas e superiores homens, que subestimam as capacidades das mulheres, pressionam na direção do abandono das características socialmente construídas como femininas:

Tem a parte negativa de alguns colegas nossos que não acreditam na nossa capacidade. (...) A gente percebe mais nas entrelinhas, nas chamadas brincadeiras, brincadeiras sem graça, né? (...) “Nossa, você deu gritinho igual Fem”, (...) “Ah, P Fem tá junta, tá fofocando”, acha que tem duas mulheres juntas, a gente vai estar fofocando. (SOLDADO LYDIA, HÁ 7 ANOS NA PM)

E a gente lá no curso tinha esse desafio, a gente tinha que mostrar que a gente era capaz. Igual, muitas vezes eles falavam que chorar pra conseguir o que queria não ia amolecer o coração deles, porque se você tava ali é porque você queria estar ali e as mesmas coisas que os homens passavam a gente tinha que passar. Pra mim foi até tranquilo, mas tinha muita mulher que as vezes era um pouco mais sensível. Porque tem muita gente que faz o concurso às cegas, porque o salário é bom, só que chega lá, as vezes a pessoa faz o concurso sem nem saber que tem o curso pra formar soldado. (SOLDADO MAIANA, HÁ 2 ANOS NA PM)

Ao mesmo tempo em que há esta pressão para que adotem uma postura considerada mais masculina, que seria “mais condizente” com o trabalho policial militar, há também um constante esforço em recolocar as mulheres no lugar de fragilidade e sensibilidade associado ao *feminino*:

A gente percebe uma superproteção, eles não querem que a gente se machuque, eles não querem que a gente seja humilhada. (...) Quando fala que a gente está sofrendo alguma coisa, eles protegem. É aquela coisa da

cortesia, fica tentando te ajudar, te auxiliar, te mimar, digamos assim. (SARGENTO MARIA, HÁ 10 ANOS NA PM)

Eu não sei se é um cuidado, um tratamento diferenciado... incomoda muitas vezes, tipo assim, eles sempre acham que as mulheres não vão atirar tão bem quanto os homens. Se você conseguir executar um serviço... se você atira bem, você vira um destaque só porque você é mulher, entendeu? (CABO ELIANA, HÁ 19 ANOS NA PM)

As unidades têm um cuidado com esse “tratar a mulher” em vários momentos. (...) No âmbito individual, eu acho que existe um carinho e um cuidado, todos tem irmãs, mães, mulheres, filhas. Então existe esse cuidado. (TENENTE-CORONEL ARMINDA, PSICÓLOGA DA PM HÁ 20 ANOS)

Esses trechos mostram quão complexa é a feminilidade que se espera que as mulheres policiais performatem – para usar um termo butleriano – dentro da Polícia, uma feminilidade que não pode ser tão feminina a ponto de impedir que elas desempenhem bem as funções militares tradicionalmente masculinas, sob pena de serem ridicularizadas e desacreditadas, mas que deve ser feminina o suficiente para aceitarem ser “cuidadas e protegidas” pelos colegas e superiores. Essa ambiguidade se reflete então nas regras de aparência que controlam a feminilidade nos mínimos detalhes, a partir de uma perspectiva tradicionalista – como a admissão apenas de cores clássicas de esmalte deixa subentendido.

Outra forma de controle muito relevante que surge por meio dessa regulamentação diz respeito à questão racial. Há – de forma, ora tácita, ora explícita – uma prescrição de embranquecimento tanto de homens quanto de mulheres negras. A fala da Sargento Amanda, também negra, sobre uma colega que desistiu do curso por sofrer constante racismo mostra a violência desse processo de controle da aparência:

Tem uma questão racial muito forte nesse caso específico, ela era uma menina negra e que usava trança nagô, e na época... eu acho que hoje em dia já está regulamentado, não sei, eu teria que consultar... acho que hoje em dia é um pouco mais possível. Ah! Acho que sim porque tem uma colega que usa. Mas na época não tinha regulamentação pra isso. E isso era um grande argumento pra muita gente pegar no pé dela. E ela já era

uma pessoa que tinha uma consciência racial muito bem definida, ela tinha clareza sobre a pertença racial dela, coisa que ninguém mais tinha na época. E ela se posicionava de uma maneira muito firme e viu que naquele momento era impossível ela continuar ali, porque ela ia ser alvo de todo mundo. Aí ela pediu baixa e saiu. (SARGENTO AMANDA, HÁ 23 ANOS NA PM)

Essa fala ressalta a importância da interseccionalidade, conceito nomeado pela jurista feminista negra Kimberlé Crenshaw (1989) que tematiza o acúmulo das discriminações de gênero e de raça, chamando atenção para a invisibilidade do tipo específico de preconceito sofrido pelas mulheres negras tanto nos discursos feministas, quanto nos antiracistas. Podemos verificar, a partir da fala da Sargento Amanda, como é muito mais difícil ser uma mulher negra que uma mulher branca no mundo militar. A situação, no entanto, na visão da Sargento, está melhor atualmente do que há 20 anos, o que está em concordância com as mudanças que vêm acontecendo em toda a sociedade no que diz respeito ao reconhecimento e combate ao racismo no Brasil, que até a emergência recente do debate sobre as cotas raciais nas universidades públicas era invisibilizado pelo discurso hegemônico da “democracia racial”, construído no início do século XX (MUNANGA, 2004).

Na regulamentação de 2012, a trança aparece, junto com o coque, como um dos penteados permitidos, mas o regulamento prescreve uma única trança, não especificando a permissão para cabelo trançado em estilo nagô. Na regulamentação da aparência dos homens, no entanto, a prescrição de embranquecimento aparece de forma explícita:

§1o. Entende-se como “aparado curto” o corte de cabelo apresentado nas imagens constantes no Anexo D, em que se usa para a parte inferior (nuca) e lateral do crânio a máquina nº 2 e, para a parte superior do crânio, a máquina nº 3; o “pé do cabelo” deverá ser aparado com tesoura ou com navalha. §2o. *Para os militares que possuem o cabelo crespo, será utilizada a máquina nº 1 na nuca e na lateral e máquina n.o 2 ou n.o 3 na parte superior, ou, em sua integralidade, a máquina nº1.* [grifos meus]

A distinção de prescrição entre cabelos lisos e crespos já é, em si, um indicativo de discriminação, discriminação esta que fica mais clara com a exigência de que

homens com cabelo crespo raspem o cabelo na nuca e lateral ou sua integralidade com máquina nº 1, de forma que não se possa perceber que o cabelo é crespo. Essa regra deixa explícito como há por trás de regras aparentemente neutras e universais, marcadores sociais, sejam raciais ou de gênero, reajustando as relações e as hierarquias.

2.6 Associação Feminina de Assistência Social

Uma parte do trabalho de campo se deu no âmbito da AFAS (Associação Feminina de Assistência Social), que é ligada à Polícia Militar de Minas Gerais. A AFAS começou em 1970, antes da entrada das mulheres na PMMG, por iniciativa de esposas de militares. Segundo as assistentes sociais que entrevistei, a associação tinha caráter assistencialista e tinha como objetivo ajudar as famílias de policiais militares em situação de vulnerabilidade. Depois da Constituição de 1988, a associação foi se legalizando e hoje em dia é uma Organização Não Governamental (ONG) separada da PM, mas que, segundo seu estatuto, é sempre presidida pela esposa do Comandante Geral da PMMG, independentemente de esta ser militar ou civil. Quando muda o Comandante Geral, obrigatoriamente outra mulher passa a presidir a AFAS, o que mostra como o trabalho dessas mulheres está totalmente condicionado ao cargo dos maridos.

Agora, excepcionalmente, não é a esposa do Comandante Geral que está presidindo a AFAS, mas sim a esposa do Chefe de Gabinete Militar como explica a assistente social:

Rege o estatuto que a presidente da associação tem que ser a esposa do Comandante Geral da Polícia Militar, tá no estatuto. Por a esposa do atual comandante ser professora universitária e estar envolvida em outras atividades, ele especificou a esposa do Chefe de Gabinete Militar, coincidentemente ela é militar também, mas não tem que ser militar pra assumir não. (ASSISTENTE SOCIAL DA AFAS)

O fato de haver esta regra no estatuto da associação traz elementos significativos para pensar as relações de gênero dentro da corporação, uma vez que mostra,

primeiramente, que é tomado como óbvio o fato de que o comandante será casado e que será heterossexual. Além disso, o estatuto retira a agência dessas esposas, partindo do pressuposto que elas, mesmo sendo civis, devem exercer determinado tipo de trabalho porque são casadas com militares e que o trabalho durará apenas o tempo em que o marido permanecer no cargo de comando ou chefia.

Segundo as assistentes sociais, o termo “feminina” no nome da associação remete à época da criação e não faz muita referência às atividades que são realizadas atualmente, que não são voltadas apenas para mulheres (cursos de geração de renda, inclusão digital, artesanato, terapias, etc). Uma das atividades mais relevantes da AFAS, no entanto, está sim ligada ao universo das mulheres: o curso de gestantes.

Tive a oportunidade de observar este curso, que é voltado ao público militar (e a familiares de militares), mas é aberto às demais pessoas que levarem um quilo de alimento não perecível. O curso ocorreu na Escola de Formação de Soldados e foi ministrado por militares do quadro de saúde. Ainda que muitas das observações que pude fazer sob a ótica do gênero extrapolem o universo das “policiais femininas”, o discurso ali proferido revela, em parte, como são as relações de gênero dentro da polícia, especialmente porque várias policiais grávidas estavam assistindo ao curso. Segue trecho do caderno de campo:

O curso teve uma solenidade de abertura, como parece ser comum nos eventos da Polícia Militar. Um ex-músico da banda da PM e sua filha fizeram uma rápida apresentação musical, seguido de um discurso de engrandecimento da maternidade, que naturalizava o amor e o sacrifício maternos. Já no início, uma militar, que está grávida, e que parecia coordenar o curso, falou que as militares poderiam ir à paisana (sem farda). O curso não era só pra mulheres, e alguns companheiros também estavam presentes. Estimei em torno de 10% de homens.

A primeira convidada a falar foi uma Tenente Coronel, que é psicóloga aposentada da PMMG. Sua fala foi no sentido de preparar psicologicamente as mães e pais presentes para a gravidez e a criação. Alguns momentos de sua fala me chamaram a atenção, por fazer referência explícita ao mundo militar. Depois de dizer que é o casal que está grávido, ela falou: “Dizer isso aqui na polícia é difícil, os homens olham pra você e perguntam: ‘você tá doida? Eu não tô grávido não’”. Sobre as mulheres PMs que ficam grávidas, ela disse que ao contrário dos filhos serem um fator que afasta do trabalho, ela afirmou que “é justamente com o filho que você ganha mais coragem pra fazer do mundo um mundo melhor”.

Na próxima etapa do curso, veio um homem, Coronel e obstetra do quadro de saúde da Polícia Militar, falar sobre a parte “científica”, e tirar todas as dúvidas das grávidas sobre a gestação e o parto. Achei sintomático como a mulher foi falar de amor e cuidado e o homem veio com a parte racional e pretensamente neutra, no lugar de poder de quem esclarece as dúvidas. O fato de ser um homem colabora para essa aparente neutralidade, já que ele não experienciou uma gravidez, portanto teria mais propriedade pra falar em termos gerais. Registrei algumas falas dele que me chamaram a atenção por enfatizarem aspectos de gênero. Houve vários momentos em que se comparava a força ou o privilégio natural dos homens com a força e o privilégio natural das mulheres. A primeira fala nesse sentido foi que a “mulher é bem mais forte que o homem, por isso o óvulo é bem maior que o espermatozoide... vocês já viram homem gripado? Parece que tá morrendo”, ao que um homem da plateia concordou enfaticamente. Depois perguntou se as mulheres ficavam com raiva do homem conseguir ter filho mais velho e elas não, ao que as mulheres todas responderam que sim. Um pouco depois ele disse: “vocês estavam reclamando da natureza porque o homem pode ter filho mais velho, agora nós que reclamamos, olha como o cromossomo X é bem maior que o Y.”

Um homem da platéia fez uma pergunta pela segunda vez, o palestrante então falou: “só o barrigudo que está falando, as barrigudas nada”, ao que o homem respondeu “Eu também tenho que pensar na minha situação, uai”, e o palestrante, “tá certo, só de você estar aqui você não sabe como é bacana”, elogiando a participação do homem na gravidez ao invés de naturalizar o papel de pai, como foi feito com as mães. Em um momento posterior, o Coronel reiterou seu lugar de poder, fazendo uma afirmação claramente generificada: “quem tem que falar é o obstetra, com todo respeito à sogra, à mãe, à tia, mas não são elas que sabem”. Vê-se que o lugar da experiência é desqualificado, e que quem tem a última palavra é o obstetra. Posteriormente, o palestrante falou do tipo de calcinha e sutiã e demais vestimentas que as grávidas deveriam usar, mas sempre criando um distanciamento para não parecer entendido demais do assunto “é salto Anabela que cês chamam, né?” ou “eu aprendi que o nome desse sutiã é meia-taça”. Ainda falando de estética, ele fez a seguinte afirmação: “Grávida tem que ficar bonita, não pode descuidar! Eu falo porque eu fui pai duas vezes e eu que ficava atrás da minha mulher pra ela se arrumar”. E quando uma mulher da platéia fez uma pergunta sobre depilação e ele respondeu que não podia cera quente, as mulheres falaram “mas tem que usar calcinha de vó e não pode depilar? Aí fica difícil”, ao que o próprio palestrante brincou, “pois é, e aí eu ainda falo pra vocês que tem que ficar bonita, né?”. (TRECHO EXTRAÍDO DO CADERNO DE CAMPO)

A partir desse fragmento, podemos problematizar o fato de que o curso, feito por e para militares, orienta concepções tradicionais e binárias de gênero: Mãe tem que

amar incondicionalmente e se sacrificar, mas se o pai vai ao curso, recebe elogio por ser bom pai; Mulheres, mesmo grávidas, devem estar sempre arrumadas – não para si mesmas, mas para agradar seus maridos. “Com todo respeito às mães e sogras”, é a obstetra quem sabe das coisas; Psicologia é feita por mulheres, ciência dura é feita por homens.

A prática da cesariana – muito combatida por ativistas feministas da saúde – foi incentivada pelo Coronel, que afirmou que os dois filhos dele nasceram por meio da cirurgia, “que é bem melhor”, segundo suas palavras. Nenhuma voz dissonante trouxe a questão do parto normal, natural e humanizado. Sobre o tratamento que recebem as policiais femininas que ficam grávidas, as entrevistadas afirmaram que passam a usar uma farda especial (que dá espaço para a barriga) e que a corporação as libera das atividades operacionais e das aulas de educação física, mas elas têm que trabalhar até quase o dia do parto, a menos que tenham férias para tirar. Situação que foi relatada também pelas militares das Forças Armadas entrevistadas por Maria Rosa Lombardi (2009). Há, portanto, simultânea e contraditoriamente, uma valorização e uma desvalorização da condição de gestante.

Se por um lado, elas recebem na PMMG cuidados especiais, por outro lado não há, no curso oferecido pela corporação, informações e discussão sobre violência obstétrica, o que acaba sendo um reflexo desse lugar ambíguo das mulheres militares: entre o excesso de cuidado e a depreciação, entre o empoderamento e a opressão, entre o masculino e o feminino.

E, apesar de toda essa ambiguidade que desestabiliza as categorias de gênero, em momentos como o Dia da Mulher e o Curso de Gestantes, o binarismo de gênero na Corporação é enfaticamente reforçado, gerando as controvérsias que serão tratadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

ABRINDO A CAIXA-PRETA DAS CONTROVÉRSIAS DE GÊNERO

Após sistematizar a discussão teórica no primeiro capítulo e apresentar o campo com análises preliminares no segundo, analiso aqui três grandes controvérsias que perpassaram toda a pesquisa e que se fizeram muito presentes durante o trabalho de campo. Antes de apresentá-las, no entanto, é importante falar sobre a própria concepção de controvérsia e explicar minhas escolhas teóricas. As teorias de Donna Haraway, Joan Scott, Marilyn Strathern e Bruno Latour se apresentaram para mim como importantes ferramentas de análise dos dados reunidos na pesquisa e todas elas se relacionam com a noção de *controvérsia*, termo consagrado por Bruno Latour.

Controvérsias dizem respeito a questões polêmicas sobre as quais não se chegou a um consenso, constituem portanto uma disputa de perspectivas que divergem entre si. O foco da teoria de Bruno Latour são as controvérsias socio-técnicas, que dizem respeito a diferentes versões do que são considerados fatos científicos, a exemplo dos alimentos transgênicos e suas implicações. Sua metodologia de cartografia de controvérsias – parte da Teoria Ator-Rede – pode, porém, ser utilizada na descrição de quaisquer controvérsias. Descrever controvérsias significa considerar simétricas as vozes dissonantes em torno de um tema, tomando como positiva a diversidade de pontos de vista em um debate polêmico, buscando evidenciar a falsidade da oposição entre as polêmicas e as verdades consagradas, já que os fatos são construídos a partir de – e não apesar de – discussões (ABRAMOVAY, 2007: 130). Latour defende a exposição do processo de construção de fatos, construção que costuma desaparecer através de um processo deliberado de purificação⁴⁸. Este capítulo é, então, uma tentativa de contribuir com a abertura da *caixa-preta* que envolve as mulheres na Polícia Militar, para usar um termo de Latour (2000):

⁴⁸ A ideia latouriana de purificação diz respeito ao processo de esquecimento do processo através do qual um fenômeno dito “natural” é cuidadosamente fabricado.

A expressão caixa-preta é usada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais. Em seu lugar, é desenhada uma caixinha preta, a respeito da qual não é preciso saber nada, senão o que nela entra e o que dela sai. (...) Ou seja, por mais controversa que seja sua história, por mais complexo que seja seu funcionamento interno, por maior que seja a rede comercial ou acadêmica para a sua implementação, a única coisa que conta é o que se põe nela e o que dela se tira. (LATOURET, 2000: 14)

O conteúdo da caixa-preta é tão confuso e ininteligível que em geral optamos por não abri-la, por preferirmos as certezas purificadas que dela saem, mas é justamente na complexidade proveniente de sua abertura que reside a possibilidade de democratizar a ciência. Segundo Ricardo Abramovay, trata-se de uma forma de orientar a tomada de decisão, já que “recusar a existência de uma verdade estabelecida e unânime à qual se chegaria em algum momento traz consequências práticas quanto aos modos de funcionamento da decisão pública” (ABRAMOVAY, 2007: 130). Não se trata, assim, de uma atitude que “torna frivolamente equivalentes os termos do debate, interessando-se (...) simplesmente por sua retórica” (ABRAMOVAY, 2007: 132).

Na mesma linha, como evidenciado no primeiro capítulo, Joan Scott nos adverte do perigo de legitimar uma perspectiva única nos debates, como se as verdades científicas não fossem fruto de disputas teóricas:

:

Campos discursivos influenciam e competem entre si. Eles apelam às “verdades” uns dos outros por autoridade e legitimação. Essas verdades são presumidas como externas e anteriores à invenção humana, ou como auto-evidentes ou descobertas por pesquisas científicas. (...) Parecem estar além das disputas e, dessa forma, servem a uma poderosa função legitimadora. (...) Teorias biológicas sobre a diferença sexual são um exemplo de verdade legitimadora. O poder dessas “verdades” vem da forma através da qual elas funcionam como dadas (SCOTT, 1988: 35-36).⁴⁹

A teoria de Scott sobre o “dilema da diferença” evidencia que defender apenas o

⁴⁹ Original em inglês. Tradução minha.

discurso da diferença sexual intransponível, que justificaria ações específicas para mulheres, corre o risco de recriar a diferença, enquanto defender apenas o discurso da igualdade, que justificaria tratamento igual para homens e mulheres, ignora as assimetrias de poder, podendo, portanto, perpetuá-las (SCOTT, 1988: 39). A única resposta possível para esse dilema, segundo a autora, seria uma resposta dupla, que consistisse em desmascarar as relações de poder construídas pela falsa dicotomia criada entre igualdade e diferença. Portanto, assim como Latour, Scott aposta na fragilidade das categorias “purificadas”, levando em conta toda a complexidade envolvida no debate de gênero.

Donna Haraway, da mesma forma, identifica a dissolução dos dualismos cristalizados e mistura todas as fronteiras com sua noção de “ciborgue”, “um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção” (HARAWAY, 2009: 36). Essa figura híbrida expressa, segundo a autora, um momento social de “fronteiras transgredidas, potentes fusões e perigosas possibilidades” (HARAWAY, 2009: 45), o ciborgue é, portanto, a corporificação da controvérsia e da ausência de verdades puras e estáveis:

O ciborgue não tem qualquer fascínio por uma totalidade orgânica que pudesse ser obtida por meio da apropriação última de todos os poderes das respectivas partes, as quais se combinariam, então, em uma unidade maior. Em certo sentido, o ciborgue não é parte de qualquer narrativa que faça apelo a um estado original, de uma “narrativa de origem”, no sentido ocidental. (HARAWAY, 2009: 38)

Dessa forma, a figura ciborguiana de Haraway vem questionar todos os fatos tomados como cientificamente comprovados a respeito das diferenças de sexo e gênero, expondo também a complexidade escamoteada pelo processo de purificação que descreve Latour.

Por fim, Marilyn Strathern, na sua posição fronteiriça de feminista e antropóloga, também prefere a situação de controvérsia à adoção de um ponto de vista único e estático. Retomando a discussão do primeiro capítulo, sua postura consiste em recorrer às perspectivas antropológicas sempre que as perspectivas feministas estiverem certas demais de suas certezas e trazer as perspectivas feministas sempre que as perspectivas antropológicas estiverem relativas demais em suas relativizações. Esse

trecho de “Entre uma melanesianista e uma feminista” expõe a complexidade de sua posição:

Seria confortador pensar que este trabalho é uma tentativa de existir entre discursos, feminista e antropológico, uma nova autoridade que não é uma autoridade. (...) Sou levada a confrontar a possibilidade de que diferenças negociáveis de uma perspectiva surjam como inegociáveis de qualquer outro ponto de vista. Enquanto antropóloga, continuo comprometida com a interessante ideia de que há vocabulários que superam os excessos mais engenhosos da língua em que os estudiosos ocidentais escrevem, e enquanto melanesianista, encontro um posicionamento dos sexos que toma seu isomorfismo tão significativo quanto sua diferença. Contudo, como sempre, meu comentário sobre certas posições feministas é igualmente um comentário sobre certas posições das ciências sociais. O sentimento de dívida que tenho em relação à produção feminista talvez indique meu parasitismo eventual em relação a ela. (STRATHERN, 1997: 8-9)

Neste trecho, Strathern faz exatamente o que a teoria de Latour propõe: escancara o que há por trás de sua produção acadêmica, mostra sua condição humana inevitavelmente contraditória e inacabada, ao invés de se apresentar como uma cientista social descobridora de verdades “anteriores à invenção humana” – para usar os termos de Scott. Assume-se incapaz de ser totalmente fiel à perspectiva feminista, assim como à perspectiva antropológica, mas se mostra muito interessada na controvérsia criada por este encontro. Ela identifica que uma postura teórica desconstrucionista muitas vezes leva a uma inação ou a uma postura política conservadora (como pensar políticas específicas para mulheres se estamos justamente lutando contra a essencialização dessas categorias?), enquanto uma prática política transgressora costuma gerar um conservadorismo teórico (como desconstruir a fronteira de gênero que oprime e gera desigualdade reafirmando o tempo inteiro a oposição binária mulher-homem?) e se localiza, portanto, no centro dessa controvérsia, tentando não ter nem uma posição teórica nem uma prática política conservadoras.

Como podemos ver, Marilyn Strathern, Donna Haraway, Joan Scott e Bruno Latour, cada qual à sua maneira, estão interessados em abrir as caixas-pretas, em confrontar visões distintas sobre uma mesma questão, em depurificar – ou em contaminar, no sentido de Mary Douglas – verdades tidas como incontestáveis. Utilizo

suas respectivas teorias, portanto, como ferramentas para abrir as caixas-pretas de três grandes controvérsias que identifiquei no discurso das policiais militares que entrevistei. Pela escolha de realizar um mapeamento, fiz a opção de falar brevemente de todas as controvérsias ao invés de aprofundar em apenas algumas. Por motivos de sistematização, as questões que analisarei foram reduzidas a apenas três, mas trazem em seu interior várias pequenas controvérsias. São elas:

1. Há igualdade entre mulheres e homens na Polícia Militar?;
2. Trabalho policial militar é “coisa de homem”?;
3. Como as mulheres impactam a corporação e como a corporação impacta as mulheres?

Essas controvérsias de gênero relativas à Polícia Militar ressignificam, em um nível local, grandes controvérsias fundamentais à discussão de gênero, quais sejam, as discussões envolvendo os pares *igualdade-diferença*, *natureza-cultura* e *feminino-masculino*, introduzidas no capítulo 1. Esses três pares são constantemente mobilizados nos discursos das policiais a respeito dessas três controvérsias e apresentam uma profunda relação entre si, mas para fins de sistematização, cada tópico deste capítulo traz o foco em um desses pares controversos. O objetivo deste capítulo é, então, expor os vários pontos de vista sobre esses pares e a forma como se relacionam a partir das falas das mulheres policiais, como forma de contribuir para a abertura das caixas-pretas que escondem o processo através do qual esses pares de oposição, aparentemente auto-evidentes, são construídos.

3.1 Igualdade e Diferença: Mulheres e homens são tratados igualmente na Polícia Militar?

A primeira caixa-preta que será aberta diz respeito à existência, ou não, de igualdade entre homens e mulheres na Polícia Militar. A pergunta que dá nome a este tópico já é controversa em si. Qualquer pessoa poderia questionar, com razão, o que é

que se está chamando de igualdade e se é possível generalizar a resposta para todos os batalhões de todas as Polícias Militares do Brasil. Certamente há uma grande diversidade de contextos e relações de unidade para unidade e de corporação para corporação e, mesmo que o trabalho de campo tivesse sido bem mais longo, seria impossível dar uma resposta taxativa e genérica que abarcasse toda essa diversidade. E é justamente nesta impossibilidade que reside a motivação para a escolha da descrição de controvérsias como ferramenta analítica: se parto de falas de um grupo pequeno de policiais, posso falar muito pouco sobre a realidade de todas as mulheres militares, ou mesmo de todas as policiais femininas de Minas Gerais, mas posso, por outro lado, analisar seus relatos, já que é justamente no nível discursivo que estão as controvérsias. E como considero também os discursos trazidos em outras etnografias sobre o mundo militar, assim como em reportagens sobre mulheres policiais, estou falando de uma imagem simbólica que é evocada nesses discursos sobre a vivência de mulher policial, muito mais do que da experiência concreta dessas mulheres na Polícia Militar de Minas Gerais, à qual tive pouco acesso. Não se trata, portanto, de chegar a alguma generalização, mas lidar com esse imaginário discursivo mobilizado por estas mulheres sobre sua experiência como policiais militares. Também não se trata de encontrar respostas taxativas a esta pergunta, uma vez que é justamente na controvérsia, e não em sua resolução, que reside meu interesse.

A questão sobre o que se chama de igualdade é ainda mais complexa, tanto dentro da instituição militar, como fora dela. Maria Rosa Lombardi, em seu trabalho sobre a entrada de mulheres nas Forças Armadas Brasileiras ressalta que esse questionamento foi levantado pela maioria das pessoas que entrevistou, com posições divergentes:

Dagmar, do Corpo de Saúde, coloca, de outro ângulo, uma ambiguidade apontada pela maioria dos/as militares entrevistados/as quanto à posição das mulheres na corporação: a igualdade entre os sexos significa que homens e mulheres devem fazer os mesmos trabalhos, sem distinção, ou igualdade quer dizer levar em conta as especificidades do gênero feminino, em particular as relativas à gestação, à maternidade? Ela se refere à manutenção das exigências do trabalho até o final da sua gravidez. Segundo seu relato, foi-lhe exigido dar plantão até um dia antes do nascimento de sua filha, o que considera levar a máxima “direitos e deveres iguais” ao extremo. (LOMBARDI, 2009: 225)

Essa reflexão remete diretamente à discussão de Joan Scott sobre o dilema da diferença: afinal, não levar em conta as especificidades das mulheres no trabalho militar é gerar igualdade ou desigualdade? A questão apareceu também na fala das minhas entrevistadas, que relataram as dificuldades de trabalhar sentindo cólicas menstruais:

Cada uma de nós tem uma reação diferente, mas eu, por exemplo, quando eu estou na semana pré-menstrual eu incho muito, tem muitas mulheres que incham muito, então você ficar com o peso do cinto, que tem o revólver, o bastão, às vezes põe o rádio, justamente nessa região, é doloroso. (SARGENTO AMANDA, HÁ 23 ANOS NA PM)

É incomum pegar atestado. Eu, por exemplo, passava muito mal [por causa de menstruação], hoje em dia tá um pouco melhor. E nesse tempo todo, se eu peguei dois atestados foi muito. Mas eu passava mal mesmo, de vomitar, de ir pro hospital, tomar injeção, aí não tem jeito de trabalhar. Mas o básico, do dia-a-dia, o pessoal toma remédio e trabalha normal... (SARGENTO SUSANA, HÁ 21 ANOS NA PM)

Na verdade, agora o que ocorre pelo que eu percebi lá, de modo geral há discriminação, eles não gostam muito que as mulheres falem ao serviço por questões de gênero, há um olhar negativo pra essa questão. Eles não gostam que pegue atestado, eles odeiam isso. (DIRCE, MÃE DE SOLDADO)

Nas palavras da Cabo Eliana, lançar mão de atestado médico “é malvisto, tanto pra mulher, quanto pra homem”, ressalva que dá uma impressão de tratamento igualitário. Mas se as mulheres passam mal e sentem dores todo mês, o fato de pegar atestado ser malvisto pesa mais sobre elas, que têm que trabalhar passando mal, ou arcar com o ônus de entregar um atestado e lidar com a desconfiança de superiores e colegas. Esse tipo de situação, como também é o caso da farda do serviço operacional, pensada para corpos masculinos e não para acomodar os seios – reclamação que apareceu em várias entrevistas – pediria, na opinião de algumas militares, uma política de ação

afirmativa⁵⁰ para as mulheres. No nível institucional, a Polícia Militar é ambígua no que diz respeito à discriminação positiva das mulheres. Se, por um lado, o discurso oficial é o da igualdade de tratamento, como afirmam os militares homens entrevistados por Maria Rosa Lombardi, que não identificam “episódios em que tenha havido tratamento diferencial de uma militar, pelo fato de ela ser mulher” (LOMBARDI, 2009: 225), por outro, as metas da educação física, a farda do administrativo e as exigências estéticas, como evidenciado no segundo capítulo, são diferentes para mulheres e homens. O que nos leva à seguinte pergunta: se já há tantas exceções para o tratamento igualitário, por que a farda padrão do serviço operacional continua sendo a masculina apesar de todas as queixas? Uma das entrevistadas explicou que o projeto de fazer uma farda operacional feminina já existiu, mas foi abandonado:

Já aconteceram algumas tentativas, por exemplo, do colete, até onde eu sei, só o colete... fizeram um projeto de um colete que tinha uma cava pra gente colocar o peito, eu lembro de ter visto um, mas parece que não funcionou, tanto que nem produziram em série, acho que foi só alguns pilotos que fizeram pra ver como a coisa funcionava. E depois eu não tive mais notícia de nenhum tipo de investida em relação a uma feminilização da farda. (SARGENTO AMANDA, HÁ 23 ANOS NA PM)

Acredito ser sintomático que não se tenha investido muita energia em projetar uma farda operacional mais adequada à anatomia feminina, enquanto há uma farda feminina para o trabalho administrativo, uma vez que o trabalho operacional é tradicionalmente associado aos homens e o administrativo às mulheres.

Apesar do discurso da igualdade formal, outra espécie de ação afirmativa institucional que diferencia homens e mulheres na PMMG é a cota de 10% das vagas para mulheres nos concursos para ingresso na profissão. Essa cota, que parece ser uma forma de discriminação positiva para garantir a presença de mulheres na profissão, não

⁵⁰ Duas noções principais estão na base das ações afirmativas: a discriminação positiva e a igualdade substantiva. A primeira diz respeito a uma discriminação que, ao contrário das formas correntes de discriminação, visa promover seu objeto. Com base nessa idéia, as ações afirmativas têm como meta gerar igualdades substantivas, ou seja, igualdades concretas, que vão além da igualdade formal. Segundo esta idéia, no momento em que a igualdade formal (segundo a qual todos devem ser tratados da mesma forma) ignora as diferenças de condição dos diversos grupos minoritários, ela deixa de promover a igualdade e passa a perpetuar desigualdades.

é bem vista por 62,7% das mulheres das corporações policiais⁵¹ e tem aceitação consideravelmente maior entre os homens, como mostram as estatísticas da pesquisa “Mulheres na Segurança Pública” do Fórum Brasileiro de Segurança Pública:

Você é favorável ao estabelecimento de cotas para mulheres ingressarem nas instituições de segurança pública?

	HOMEM	MULHER
SIM	51,7%	31,4%
NÃO	43,6%	62,7%
NÃO SEI	4,7%	6,0%
TOTAL	100%	100%

FONTE: Mulheres nas Instituições Policiais – FBSP- 2015

Essa baixa aceitação se deve ao fato de a maioria das mulheres ver a cota como restritiva e não como a ação afirmativa que um dia ela foi. É provavelmente pelo mesmo motivo que a maioria dos homens é favorável a ela. Esta soldado explica que a cota é restritiva porque a escolaridade das mulheres é maior:

O pessoal fala que se pudesse tirar essa porcentagem com certeza iria entrar mais mulher, porque mulher estuda mais e tal. Mas não tem nenhum projeto que fale que vai tirar ou aumentar essa porcentagem. Acho 10% muito pouco. (SOLDADO MAIANA, HÁ 2 ANOS NA PM)

Como podemos ver, a cota para o ingresso das mulheres parece ter passado de uma discriminação positiva, para uma discriminação negativa⁵², ilustrando o que adverte Joan Scott a respeito do dilema da diferença: o discurso da diferença, que em um dado momento contribuiu para o ingresso das mulheres na PM, hoje se solidificou e impede a ampliação do contingente feminino. O problema na corporação parece ser a

⁵¹ Das 2.415 participantes da pesquisa.

⁵² Os motivos dessa mudança serão abordados mais a fundo no próximo tópico

adoção, sem critério aparente, ora da posição extrema da diferença, ora do discurso acríptico da igualdade formal, ao invés de equilibrar as duas posições, como propõe Scott. Isso gera a situação contraditória de uma instituição que estabelece cotas para a entrada de mulheres, ao mesmo tempo em que não fornece fardas operacionais femininas.

É interessante perceber como o discurso institucional da igualdade formal é também perpetuado pelas policiais, que quando perguntadas diretamente, não afirmam sofrer discriminações. Este trecho de reportagem sobre a antiga Comandante do Policiamento de Belo Horizonte é emblemático neste sentido:

Cláudia garante que jamais foi vítima de preconceito dentro da corporação, mas confessa que não consegue se livrar da sensação de estar sendo testada o tempo todo pelo fato de ser mulher. (REVISTA VEJA, 13/03/2013)

A “garantia” de que jamais foi vítima de preconceito expressa o discurso oficial da corporação, corroborado pela maioria das policiais que entrevistei, que também disseram não existir discriminação de gênero na PM. A percepção de uma diferença no tratamento, no entanto, se expressa na frase seguinte, quando ela confessa “não conseguir se livrar da sensação de estar sendo testada o tempo todo”, o que personaliza o problema, que, dessa forma, parece ser dela e não da instituição. A mesma contradição surgiu em todas as entrevistas que realizei, já que quando perguntadas sobre a existência de uma diferença de tratamento, o primeiro impulso das policiais era dizer que hoje em dia não há mais diferença, como essa fala exemplifica:

Na época [da entrada das mulheres], como eram poucas mulheres, eles forçavam muito pra ver se desistiam, porque não era aceito, né? Os homens não queriam perder espaço pra mulher. Hoje é puxado porque a gente faz junto com os homens e tudo que os homens fazem, nós temos que fazer, não tem “isso aqui é para as policiais femininas, isso aqui é para os homens”, não. É igual. (SARGENTO SUZANA, HÁ 23 ANOS NA PM)

Apesar desse discurso inicial sobre a inexistência da desigualdade, ao longo

das entrevistas, as diferenças de tratamento começaram a aparecer:

Não era pra ter, né? Mas os homens, talvez por achar que a gente é mais sensível, eles tem uma proteção maior com a gente. Na hora de trabalhar com homem ele acha que algumas coisas... ele te priva. Me incomoda porque eu acho que por eu ter me formado uma policial militar eu tenho a mesma capacidade que ele. As vezes até um pouco mais de facilidade de aprender. Só que tem essa questão, né, de proteção por achar que a gente é mais sensível, tem mais dificuldade. (SOLDADO MAIANA, HÁ 2 ANOS NA PM)

Existe aquela coisa assim do policial falar “ah, eu prefiro trabalhar só com homem”, não são todos que falam, mas existe. Falam “ah, trabalhar com policial feminina é complicado, porque se você estiver em uma situação que você estiver perdendo, você não vai ter uma força pra poder te ajudar”. É uma coisa ruim, mas ao mesmo tempo, eu entendo. (SARGENTO MARIA, HÁ 10 ANOS NA PM)

Tem alguns pontos positivos e negativos. Positivo eu sinto que quando a gente sofre uma injustiça, de um autor de crime, a gente sente os meninos ficam mais revoltados quando acontece alguma coisa com a gente, e também a parte negativa de alguns colegas nossos que não acreditam na nossa capacidade, acham que se eu tiver em uma situação que eu tiver que atirar ou agredir alguém pra nossa defesa, eu sinto que alguns colegas não confiam que eu, por ser mulher, vou ter a capacidade de fazer isso. Outros conseguem separar totalmente, mas eu ainda percebo isso, que a mulher tem que provar seu valor ali todo dia. (SOLDADO LYDIA, HÁ 7 ANOS NA PM)

Os homens, já é esperado que eles vão se sair bem, mas se a mulher vai bem, aí já vira destaque. Isso acaba incomodando e deixa a gente até mais receosa. Porque sempre existe esse discurso, né? “Vamos ver se as mulheres vão conseguir”, “não, pra vocês é mais difícil, por causa disso, por causa daquilo”. (CABO ELIANA, HÁ 19 ANOS NA PM)

Essas falas demonstram que apesar do discurso inicial negar a existência de práticas discriminatórias, a diferença de tratamento não escapa à percepção dessas policiais. Na literatura, é emblemático um caso relatado por uma entrevistada de Cristina Rodrigues da Silva a esse respeito:

O melhor exemplo dessa situação foi o exercício de campanha (acampamento) relatado pelas cadetes do segundo ano:

“No acampamento só escolheram mulheres para matar bichos. Eles acham que as mulheres não vão conseguir. Só porque a gente é mulher, eles acham que a gente é mais fraca, tem mais sentimentalismo. Eu ia matar tranquilo o coelho, mas na hora de matar deram o coelho pra uma outra menina, que tava com uma cara de desesperada. Eu fiquei andando com o coelho a instrução inteira, ele me machucou toda, o coelho tinha as unhas grandes, me arranhou toda, sangrou, infeccionou. Mas na hora de matar, eu já tava planejando em dar uma porrada só nele com toda a força, mas o instrutor me chamou e pediu para outra menina matar o coelho. Aí me deu uma galinha, mas também não me deixou matar, porque ele falou que eu tava com cara de malvada e que eu ia matar tranquilamente e não deixou eu matar. Daí eu não matei nada.”

De todos os assuntos abordados nas entrevistas, este foi o tema que mais causou revolta nas mulheres. As cadetes não se conformaram em terem sido as únicas a passarem por atividades como matar coelhos e segurar cobras, porque isso parecia, a todo o momento, querer afirmar que elas eram “fracas” e os homens não. O discurso da cadete que não matou o coelho por estar com “cara de malvada”, mostra que a intenção era a de pressionar as mulheres consideradas “desesperadas”. (SILVA, 2006: 13-14)

Esse trecho mostra que, como colocado no capítulo anterior, parece haver um esforço constante dos colegas e superiores em recolocar as policiais no lugar de “mulherzinhas” incapazes e frágeis, ao mesmo tempo em que exigem que elas não tenham essa postura, afirmando que não adianta elas chorarem para conseguirem o que querem, pois isso não vai amolecer o coração deles, como relatou uma Soldado. No entanto, pesquisas mostram que grande parte dos policiais homens – apesar de também reiterarem o discurso institucional de que não há diferenciação por gênero – identificam a existência dessa diferença como uma forma de privilegiar as mulheres. Segundo a pesquisa “Mulheres nas Instituições Policiais”, 49,6% dos homens acreditam que às vezes as mulheres são privilegiadas e 32,2% acreditam que elas sempre são privilegiadas, enquanto 70,5% dos homens afirmam que eles nunca são mais privilegiados. A pesquisa qualitativa de Lombardi confirma essa tendência, como evidencia esse trecho:

Na opinião de Antônio, as mulheres têm mais facilidades que os homens,

pois “tem muito comandante que as protege. Algumas estão sempre fazendo cursos, não viajam (...) Elas são mais difíceis de serem punidas, porque os homens as protegem” (LOMBARDI, 2009: 222-223)

Algumas das minhas entrevistadas, como se pode perceber nas falas supracitadas, concordam com essa visão de que, às vezes, as policiais são beneficiadas por serem mulheres. Essa fala de uma soldado, destacada no relatório “Mulheres na Segurança Pública” da Secretaria Nacional de Segurança Pública explicita essa ambiguidade:

Na cidade onde trabalho alguns homens (colegas de trabalho) ainda se preocupam com o bem estar das mulheres que trabalham com eles. Por exemplo: não nos deixam tomar frente em ocorrências, fazer esforço físico, pegar muito peso... são cordiais. Mas quando aparece alguma oportunidade profissional, dão preferência aos homens por serem MAIS corajosos ou MAIS fortes. Ou seja, em algumas situações somos privilegiadas e em outras não. Não os culpo, pois ainda vivemos em um mundo machista onde muitas das próprias mulheres se comportam como “coitadinhas”, sem saber que podem ser “duronas” sem perder a feminilidade... Mas isso está mudando aos poucos.” (Soldado, RO – Mulheres na Segurança Pública, 2013: 74)

Uma grande controvérsia relacionada a este suposto privilégio das mulheres, diz respeito às relações sexuais mantidas por policiais femininas e seus superiores, ora vistas como assédio, ora vistas como troca de favores, ora vistas como ação deliberada das mulheres para obter benefícios. Nenhuma das policiais que entrevistei negou a existência de assédio sexual em algum nível, como explorado no segundo capítulo, mas várias fizeram a ressalva de que, às vezes, as mulheres se beneficiam por meio dele:

Tem casos de mulheres que não denunciam por medo. E tem casos de mulheres que apreciam também esse tipo de assédio pra conseguir alguma coisa mais fácil. Isso aí é em qualquer lugar, não é só porque é a instituição militar. (SARGENTO MARIA, HÁ 10 ANOS NA PM)

No curso mesmo ela reclamou porque muita gente se deu bem porque foi assediada e aceitou o assédio, ela sofreu pouco porque ela não admite assédio. Ela já relatou um caso do coordenador do curso

dela que se relacionou com colegas dela, é claro que eles não divulgam... esse coordenador por exemplo, pegava várias meninas lá, já foi pego na própria academia com uma menina. As meninas consentiam até por questão de sobrevivência. Lá são duas coisas: ou você estuda muito e é inteligente, ou você cede aos ataques dos superiores pra se dar bem. Existe essa cultura lá, infelizmente. (DIRCE, MÃE DE SOLDADO)

Já ouvi falar de assédio sim, (...) teve até um caso de umas meninas agora que foram parar no Fantástico, no interior de Minas, não vou lembrar a cidade. Eram duas Soldados e o Tenente assediando mesmo, só ia facilitar a vida delas ou parar de pegar no pé se tivesse um relacionamento. Mas para além desse caso... a gente sabe que tem, né? E tem um outro lado também, aí eu vou dizer sem peso, do uso que às vezes gente faz da nossa condição pra também conseguir algumas coisas. Porque não estou a fim mais de ficar com discurso hipócrita de que a gente também não faz isso, porque a gente faz. Em vários níveis. Tem mulher que vai chegar a transar com o Comandante pra conseguir uma folga? Tem. E tem outros, por exemplo, que eu sei que se eu ligar com uma voz macia pra alguém, só isso já... sabe? É em vários níveis. (SARGENTO AMANDA, HÁ 23 ANOS NA PM)

Essa questão dos benefícios que eventualmente advêm de relações sexuais entre superiores e subordinadas talvez possa, em parte, explicar a estatística de que a maioria dos homens acredita que mulheres têm privilégios na instituição. Entre as mulheres, as opiniões são divididas: 59,6% não acham que mulheres usam de favores sexuais para ascender hierarquicamente, enquanto 40,4% acham que sim.⁵³

Neste ponto, é preciso fazer uma ressalva a respeito da minha posição sobre o tema. Ao invés de apresentar uma conclusão científica purificada, usando os termos de Latour, exponho aqui a dificuldade de me posicionar sobre essa questão – partindo do pressuposto de que as ciências sociais (e qualquer outro tipo de ciência, como bem lembra Latour) nunca são neutras –, pois acredito contribuir, dessa forma, para o processo de abertura da caixa-preta dessa controvérsia. Aqui, me identifico muito com o dilema stratherniano, de me encontrar entre uma antropóloga e uma feminista, justamente no ponto em que ela chama atenção para o risco, intrínseco a esse entre-

⁵³ Segundo dados da pesquisa “Mulheres nas Instituições Policiais”, realizada pela Fundação Getúlio Vargas

lugar, “de que diferenças negociáveis de uma perspectiva surjam como inegociáveis de qualquer outro ponto de vista” (STRATHERN, 1997: 8) e é exatamente esse o caso: de uma perspectiva feminista, dar visibilidade para argumentos que culpabilizam as mulheres pelo assédio que sofrem ou minimizam sua gravidade ao pontuar que as mulheres também se beneficiam desse processo seria condenável; de uma perspectiva antropológica, omitir dados de campo e privilegiar meu posicionamento político em detrimento das perspectivas nativas seria impensável. Contradição exposta, sigo a análise lidando com minhas próprias controvérsias e tentando ser fiel às duas posições, acadêmica e política, na medida do possível.

Apesar de cerca de 40% das mulheres nas instituições policiais identificarem a existência da prática de se beneficiar por meio de favores sexuais, pelo que pude perceber nas entrevistas, essa mesma parcela de mulheres não deixa de admitir a existência de assédio e abuso e nem minimiza sua gravidade. Várias das minhas interlocutoras ressaltaram o fato de que muitas mulheres cedem às investidas dos superiores por ingenuidade, medo ou mesmo por questão de “sobrevivência” no meio. A prática de fazer uso deliberado da condição de mulher para conseguir alguma coisa, como ressaltado acima pela Sargento Amanda, não anula ou justifica a desigualdade de gênero, mas sim é produto da mesma. O fato de que mulheres são frequentemente sexualmente objetificadas por homens traz uma série de consequências para suas vidas e, especificamente na Polícia Militar, não ceder a um assédio pode gerar de punições até a reprovação em cursos e concursos. Estando, de partida, em uma posição desvantajosa – especialmente em um meio hierárquico e majoritariamente masculino – a troca de favores por meio das relações sexuais se apresenta como uma forma de minimização de danos e, em alguns casos, como um recurso para se manter no emprego, como ressalta essa Soldado:

Se você não cumprir o curso com sucesso, você é mandada embora. E às vezes quem tá te assediando é um professor seu, ele pode tirar uma nota sua, é um coordenador de curso, é um subcomandante... Então é muita pressão. E é muito difícil você querer ser a heroína quando seu emprego está em risco. Tem pessoas ali que eu via que eram mães, que estavam dependendo do salário e não podiam se dar ao luxo de brigar. (SOLDADO LYDIA, HÁ 6 ANOS NA PM)

Como ressaltou outra interlocutora, o assédio já faz parte da cultura do meio militar, mulheres e homens sabem que ele acontece com frequência e a mensagem que essa prática passa para as mulheres é a de que, muitas vezes, essa é uma forma considerada legítima de contornar a desigualdade: se, por causa da discriminação de gênero, as mulheres têm vários obstáculos para ascender hierarquicamente, o caminho de ascensão que primeiro se apresenta é ceder às investidas dos superiores. Naturalmente, apenas uma parcela das mulheres opta por esse caminho, mas as que optam por não ceder e denunciar os assédios, muitas vezes são expostas, punidas ou transferidas, arcando assim com um grande ônus profissional. O que os relatos das minhas interlocutoras indicam é que, se utilizar da posição subalterna para obter alguns benefícios é uma das formas que as mulheres têm de sobreviver dentro da dinâmica de desigualdade estrutural da corporação militar.

Qualquer afirmação conclusiva sobre essa controvérsia seria precipitada e incongruente com a proposta desta dissertação, uma vez que retratar as policiais como meras vítimas desprovidas de agência seria propriamente objetificá-las e retirar das mesmas a margem de ação e escolha que elas certamente têm; por outro lado, apresentá-las como pessoas totalmente conscientes de suas possibilidades de agência, livres para aceitar ou não um assédio – ou se beneficiar dele – seria ignorar as profundas assimetrias de poder às quais essas mulheres estão submetidas. Trata-se precisamente do tipo de dilema a qual Scott se refere, onde qualquer um dos extremos incorre no alto risco de reificação da assimetria: se elas não têm nenhuma possibilidade de agência, é inútil lutar contra a desigualdade; se elas têm total agência, a desigualdade sequer existe. A solução proposta pela autora para essa controvérsia é justamente a compreensão de que ambas as perspectivas são parcialmente verdadeiras e devem ser simultaneamente consideradas, já que “uma posição feminista crítica precisa sempre envolver dois movimentos” (SCOTT, 1988: 48), artificialmente construídos como contraditórios.

A existência de uma sororidade⁵⁴ entre as mulheres policiais militares é igualmente controversa. Oficialmente não há nenhuma organização entre elas para lidar com questões problemáticas como o assédio sexual e, segundo relatos das minhas interlocutoras, a única pauta política que as uniu explicitamente foi a redução da idade

⁵⁴ Sororidade significa irmandade entre mulheres, sendo o equivalente feminino da “fraternidade” e diz respeito à proteção mútua e à união para lutar por direitos.

para aposentadoria e, mesmo assim, a organização envolveu apenas uma parcela das policiais. Informalmente, no entanto, as policiais recém-chegadas relataram expressivo apoio das policiais mais antigas no que tange ao risco de assédio e abuso sexual⁵⁵, criando uma rede tácita de proteção. Apesar disso, várias policiais com as quais conversei lamentaram a falta de união das mulheres na polícia militar, como evidencia essa fala:

Existe um clima de competição entre as mulheres. É muito complicado isso, muito chato. É uma das maiores dificuldades... nós, enquanto mulheres, não construímos vínculo nenhum. Infelizmente existe muito disso. Nós já somos minoria, já sofremos várias coisas e a gente não consegue se unir. (CABO ELIANA, HÁ 19 ANOS NA PM)

A questão da solidariedade feminina, assim como todas as questões trazidas neste tópico, tem múltiplas facetas e é tão forte em uma dada situação, quanto é fraca em outra. A competição socialmente incentivada entre as mulheres reverbera na Polícia Militar, assim como as práticas sexistas, que não são criadas no interior da corporação – como todas as entrevistadas ressaltaram –, mas que adquirem lá contornos específicos, ou mesmo mais fortes do que no restante da sociedade.

O que podemos perceber é que ao mesmo tempo em que há, na fala das policiais, um discurso formal de igualdade de gênero, há também o discurso da diferença, que só aparece quando elas citam casos específicos, separando os valores da instituição e a prática cotidiana dos colegas e superiores. Elas falam como se a igualdade institucional existisse enquanto regra (ainda que haja diferenças formais no tratamento de homens e mulheres em situações como a aula de educação física), e a diferença aparecesse na forma de exceções em situações específicas e individualizadas, ainda que muito frequentes. Ao mesmo tempo em que esta diferença é vista pela maioria das mulheres como discriminação, é vista por grande parte dos homens como privilégio feminino. A questão da igualdade entre homens e mulheres no meio militar é, portanto, tão controversa quanto em qualquer outro lugar e, como explicitado aqui, muito mais complexa do que o discurso institucional purificado faz parecer.

⁵⁵ Como expressado nas falas sobre assédio no tópico 2.4 do segundo capítulo

3.2 Natureza e Cultura: Trabalho policial militar é “coisa de homem”?

Apesar de recente,⁵⁶ a entrada das mulheres nas Polícias Militares Brasileiras começou a desconstruir a ideia de que o trabalho policial militar era exclusivo para homens, a pequena porcentagem (10% em média) de mulheres nas corporações em todo o Brasil, no entanto, contribui para a manutenção deste imaginário. Abro, neste tópico, a controvérsia sobre em que medida isso já se transformou, com que força esta ideia ainda existe entre dentro da corporação e fora dela e em que medida esse imaginário é sustentado por visões biologicistas e essencialistas de gênero.

A respeito dessa questão, uma das policiais chamou atenção para um fator importante, que é o de que em nem todas as cidades de Minas Gerais há mulheres na Polícia Militar e que isso ainda forma o imaginário de muitas pessoas que vêm do interior para a capital do estado:

As pessoas acham diferente. Eu tenho 23 anos de Polícia, então hoje não acho diferente. Mas para eles é a imagem do Super-Homem, né? Não existe isso. A mulher fardada, por mais que tenha anos que a gente está aí, o povo não acostuma, ainda mais aqui em Belo Horizonte... (...) tem gente que vem do interior aí que nem sabia que existia mulher na Polícia. Tem. cidades muito pequenas, né? Às vezes olham assim, chegam perto pra conversar, perguntam... “Nossa, como é ser mulher na Polícia? A senhora não acha perigoso?” (SARGENTO SUZANA, HÁ 23 ANOS NA PM)

Como bem explicita essa fala, a ideia de Policial Militar ainda é associada à imagem do “Super-Homem”, que é o ápice do imaginário do “masculino”. Para essas pessoas que sequer sabiam que isso existia, ver uma mulher fardada, realizando o mesmo tipo de serviço que os homens é tão confuso quanto transgressor e, por isso, a associação com a noção de ciborgue de Donna Haraway faz tanto sentido. Esse estranhamento também é

⁵⁶ Na PMMG, fundada em 1775, a entrada de mulheres se deu em 1981. Na PMSP, primeira Polícia Militar no Brasil a admitir mulheres, a Polícia Feminina foi criada em 1954.

relatado por outra policial que dirige uma viatura, desempenhando simultaneamente dois papéis tradicionalmente masculinos: policial e motorista. Isso faz com ela seja uma figura ainda mais perturbadora para a ordem binária, que cria uma expectativa de correspondência entre uma determinada anatomia e uma certa performance de gênero (BUTLER, 2003: 24, 25) :

Tem gente que pergunta de tudo, tem que gente que pergunta “essa arma sua aí funciona? Atira mesmo?”, “Nossa, mas você que dirige a viatura?”, porque os Soldados que dirigem a viatura, né? Então pelo fato de eu dirigir e o Sargento ficar do meu lado, as pessoas perguntam “Nossa, mas você que dirige!?”, então tem aquela coisa, né? Achem que mulher está na Polícia só por enfeite, só pra atender telefone, buscar cafezinho, não acham que você vai desenvolver as mesmas atividades. O pessoal pergunta muito. (SOLDADO LYDIA, HÁ 7 ANOS NA PM)

Na produção antropológica existente sobre o universo policial militar, a associação entre trabalho policial e “serviço de homem”, para usar os termos de uma das minhas interlocutoras, é constante na visão dos policiais homens:

Idealizado pelos PMs da ponta da linha como uma espécie de "terra de machos", o mundo das ruas é descrito como um tipo de realidade que não se deixa comover pelas virtudes culturais atribuídas ao signo feminino. Nesse território simbólico interpretado como sórdido, violento, insensível e, por tudo isso, masculino, parece só haver lugar para a disputa entre os destemidos "mocinhos" que integram o "bonde do bem" e os "bandidos" e desregrados, que compõem o "bonde do mal". Esse tipo de gramática dos papéis de gênero, em boa medida conservadora e estereotipada, encontra-se disseminada no interior da tropa. Dela resulta o discurso que pressupõe a inadequação das mulheres para as tarefas de policiamento e prescreve para elas outros tipos de serviços quase sempre burocráticos e muito distantes das atividades de rua. (MUNIZ, 1999: 244)

A fim de tentar entender melhor o que na noção de “feminilidade” seria incompatível com a profissão de policial militar, perguntei às policiais que entrevistei, quais as qualidades ideais para uma ou um policial militar. Nas respostas apareceram as seguintes características: disciplina, respeito à hierarquia, respeito à comunidade,

honestidade, caráter, responsabilidade, preocupação com resultado, resistência, preparação, dedicação, boa vontade, disposição, amor à profissão, destemor, formação em segurança pública, visão crítica, esperteza, atenção, agilidade, pragmatismo, saber cumprir ordens, firmeza, autocontrole e paciência. É interessante perceber que essas características – ou pelo menos a maioria delas – não são características associadas exclusivamente à noção de masculinidade. Dedicação, caráter, disposição, atenção, esperteza, preparação, disciplina, visão crítica, formação em segurança pública, amor à profissão e respeito à comunidade, por exemplo, são características neutras, que poderiam com facilidade ser atribuídas tanto a mulheres quanto homens. Algumas dessas características são inclusive mais associadas às mulheres, como paciência, respeito à hierarquia, honestidade, responsabilidade, boa vontade e saber cumprir ordens, uma vez que a ideia de subordinação ao poder e às regras está ligada a uma posição tradicionalmente feminina, submissa, passiva e prudente, em contraste com o arquétipo masculino do guerreiro rebelde, desenfreado e dominador.

Naturalmente, muitas dessas características são ambivalentes e poderiam ser consideradas masculinas ou femininas dependendo do contexto. Margareth Mead já mostrou, em *Sexo e Temperamento* (1935), como há grupos que tem prescrições de gênero totalmente diferentes das ocidentais⁵⁷, e por vezes até opostas, desessencializando a noção de comportamentos tipicamente femininos e masculinos. É interessante, no entanto, dadas as prescrições de gênero ocidentais, que o ideal de policial militar que reside no imaginário dessas mulheres não coincida com a imagem masculina do guerreiro, do “macho alfa”⁵⁸ ou do “Super-Homem” que está na base da cultura militar de guerra, como evidencia esse trecho de Vigiar e Punir:

Eis como ainda no início do século XVII se descrevia a figura ideal do soldado. O soldado é antes de tudo alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia; e se é verdade que deve aprender aos poucos os ofícios das armas – essencialmente lutando – as manobras como a marcha, as atitudes como o porte da cabeça se originam em boa parte, de uma retórica corporal da

⁵⁷ Como melhor explicado no capítulo 1.

⁵⁸ Termo da zoologia, “o macho alfa” é o líder. O macho alfa tem força, habilidade para caça, facilidade para tomar decisões, personalidade marcante e bravura”, segundo a Wikipedia (Acesso em 21/01/16 às 21h)

honra. (FOUCAULT, 2007: 117)

Como o próprio Foucault evidencia posteriormente, a ideia de soldado foi mudando ao longo da história, mas essa ideia do soldado naturalmente forte, valente e corajoso ainda tem grande lastro no imaginário social contemporâneo sobre a Polícia Militar, como evidencia o fato de que a PMMG tem como padroeiro São Sebastião, que “de acordo com histórias bíblicas, era um soldado que se alistou no exército romano, por volta do ano 283 DC”⁵⁹ e que nas religiões afro-brasileiras é associado aos Orixás Ogum, o guerreiro, e Oxóssi, o caçador. Jacqueline Muniz e Marcos Souza reiteram a permanência desse imaginário:

A estratégia discursiva da Polícia Militar segue em grande parte o percurso utilizado pela outrora Força Pública. Essa semelhança está retratada no filme “A Fôrça Pública de São Paulo”, produzido pelo cineasta e fotógrafo francês Jean Manzon em 1966 e recentemente postado no perfil da Polícia Militar na internet. Esse gesto indica não apenas a ligação história entre as instituições, mas a permanência dos valores retratados no filme para a identidade atual da corporação. Durante quase quatro minutos, a película destaca os aspectos centrais da identidade policial paulista chamando a atenção, entre outros aspectos, para composição do efetivo formado na época por aproximadamente 30 mil agentes, entre policiais e bombeiros, comprometidos com os ideais de “tradição”, “força” e “coragem”. O filme, que inicia com a apresentação das principais datas históricas da extinta corporação, grafadas na forma de manuscrito em papel “antigo”, reforça o sentido militar e técnico da formação, alicerçada na memória de antigas lutas e dos “grandes homens”, desde a fundação pelo brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar até a ação dos soldados constitucionalistas, nas quais São Paulo teria agido em “defesa do Brasil” e assinalado a história nacional com “lealdade e bravura”. (SOUZA, 2014: 144-145)

Normalmente apresentada como um nobre e gratificante empreendimento, a tarefa de “tirar polícia” evoca traços de personalidade muito valorizados entre os PMs como a sagacidade, a coragem, a ousadia, a intuição, a destreza e a obstinação. Essas características

⁵⁹ Trecho retirado de notícia publicada no site da Polícia Militar de Minas Gerais. (Acesso: 21/01/16 às 22h) Íntegra em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/conteudo.action?conteudo=12871&tipoConteudo=noticia>

personais são, de fato, emocionalmente muito fortes e possuem uma importância central na subjetividade policial elaborada nas ruas, sobretudo entre os PMs mais jovens. Elas contribuem para reforçar a valorização extremada do mundo da ação do ambicionado poder de intervenção que esse mesmo mundo possibilita. Note-se que este tipo de apelo é de tal maneira sedutor que as demonstrações individuais de preguiça, medo, “enrolação”, covardia, passividade ou receio, mesmo que prováveis e comuns na rotina de polícia, costumam ser objetos de censura no meio policial e, evidentemente, não fazem parte do elenco de qualificativos idealizados para o romântico - ainda que pouco prestigiado - papel de centurião contemporâneo. (MUNIZ, 1999: 185)

Nesse sentido, seria incontestável a associação existente entre virilidade e trabalho policial militar. Contudo, tal relação direta que se faz entre certas habilidades e a anatomia masculina, na visão de muitas das minhas interlocutoras, não procede, o que reforça as conclusões de Margareth Mead e a teoria não essencialista de Judith Butler de que o gênero "é algo que 'fazemos' e não algo que 'somos'" (SALIH, 2002: 67). Mas, apesar de todas as minhas interlocutoras citarem exemplos que evidenciam que o gênero é fluido e que características consideradas masculinas em vários momentos não coincidem com a anatomia masculina e vice-versa, o discurso da diferença sexual apareceu em vários momentos das entrevistas, muitas vezes de forma contraditória, como mostram estas falas:

Os homens acham, tipo assim, “eu que virei o frágil da história”.

[eu] E você acha que isso é uma coisa biológica ou socialmente construída?

Acho que as duas coisas, as duas coisas. Eles pensam assim que tem que ser a mulher que tem ser o “sexo frágil”. E ao mesmo tempo, a questão biológica, né? O homem tem aquele instinto de dominação, né? Aí ele encontra uma mulher que também tem instinto de dominação, aí ele acha que não casa. (SARGENTO MARIA, HÁ 10 ANOS NA PM)

Hoje não tem como ter polícia sem mulher. (...) Às vezes, a gente precisa ser meio psicóloga, porque se alguém chamou, é porque está em uma situação de fragilidade. (...)

[eu] Mas você acha que as mulheres são mais sensíveis por uma questão de criação social ou que elas já nascem com isso?

É, eu acho que as mulheres já nascem com essa sensibilidade. Não é que

é uma sensibilidade que atrapalha, tem muita mulher que chega na ocorrência, resolve e tal. Mas tem muitas que se sensibilizam com a situação do outro. Então, acho que no geral todas têm essa sensibilidade pela natureza, porque a mulher, querendo ou não, ela nasce pra ser mãe, ela nasce pra cuidar de alguém.

[eu] E você acha que os homens podem desenvolver essa sensibilidade também?

Pode, pode sim. Tem muitos que já melhoraram, né? (...)

[eu] E o contrário? Acontece das mulheres perderem essa sensibilidade?

Aham, com certeza. (...)

(SARGENTO PAULA, HÁ 6 ANOS NA PM)

Como podemos ver, quando perguntadas sobre as causas das diferenças de gênero, elas não abrem mão da explicação biológica, ainda que acreditem também na influência das construções culturais. O interessante é perceber a rapidez com que elas assumem uma perspectiva contraditória: no primeiro caso, a policial fala de um instinto de dominação que seria natural nos homens, mas logo depois fala da existência desse mesmo instinto em mulheres; no segundo caso, a policial afirma que sensibilidade é uma característica natural das mulheres, mas garante que essa característica pode ser desenvolvida nos homens e perdida nas mulheres, atribuindo, portanto, ao contexto cultural e social, e não ao gênero, a existência desse traço de personalidade em homens e mulheres. Essas incongruências evidenciam quão controversa é a questão do par de oposição natureza-cultura na discussão de gênero, uma vez que, ainda que teóricas como Judith Butler contestem a existência de um sexo anterior em cima do qual o gênero seria culturalmente construído (BUTLER, 2003: 25), o discurso fora da academia o toma como dado. A esta grande discordância se aplica a advertência de Marilyn Strathern sobre os perigos de se radicalizar a desconstrução discursiva a tal ponto que não seja mais possível dialogar com a realidade sobre a qual se pensa (STRATHERN, 2006: 60). A respeito dessa controvérsia insolúvel sobre natureza e cultura que aparece na forma de contradição na fala das policiais, Latour enfatiza que tudo acontece por mediação, transitando sempre entre as duas e que o discurso moderno purificado tenta, portanto, separar o inseparável:

É nessa dupla linguagem que reside a potência crítica dos modernos: podem mobilizar a natureza no seio das relações sociais, ao mesmo tempo em que a mantêm infinitamente distante dos homens (sic); são

livres para construir e desconstruir sua sociedade, ao mesmo tempo em que tornam suas leis inevitáveis, necessárias e absolutas. (LATOURE, 2009: 42)

O discurso a respeito da força física complexifica ainda mais o debate irresolúvel a respeito da dicotomia natureza-cultura e suas implicações de gênero, já que, mesmo com todas as ressalvas de que elas são policiais tão boas quanto – ou melhores que – os homens, não houve discordância entre minhas interlocutoras quanto à maior força dos corpos masculinos:

A gente vê que a gente é capaz de fazer as mesmas coisas que os homens são capazes, claro que nós temos as nossas limitações, mas dentro do que... Quando você está em uma sala mista, você vê que às vezes, dependendo da atividade, as mulheres se destacam mais que os homens, então isso pra nós é bom porque eleva nosso ego, principalmente em tiro. (...) Agora, em termos de educação física, é claro que nós temos tabelas diferentes, porque não tem como uma mulher competir com o homem em termos de corrida, de força de braço. (SARGENTO PAULA, HÁ 6 ANOS NA PM)

Pra mim, a carreira policial tem que ter mulher mesmo. Mesmo ela sendo uma profissão que é associada a homem. O pessoal pergunta: “nossa, mas você não tem medo não?”. Porque homem é associado a ter mais força e tal, mas no meu curso mesmo você via que tinha mulher lá que tinha mais garra do que muitos homens. Então essa diferenciação que eles fazem de que homem tem mais força, de que homem tem mais garra... A gente lá no curso tinha esse desafio, a gente tinha que mostrar que a gente era capaz. Mas também tem coisas que a gente precisa do homem ali pra ajudar a gente, a gente também não é super-herói, porque a força física do homem realmente é maior que a gente. Se tiver um homem drogado ou bêbado, pra gente é muito complicado segurar. As vezes mesmo um homem não consegue, as vezes tem que juntar mais. Então a gente tem nossas limitações e a gente também tem que conhecer. (SOLDADO MAIANA, HÁ 2 ANOS NA PM)

A associação entre força, anatomia masculina e virilidade é predominante na cultura policial e esses três fatores são considerados pilares do trabalho policial militar, como Jaqueline Muniz enfatiza:

A virilidade e os valores que a ela atribuímos foram e ainda têm sido uma característica cultural predominante na auto-imagem dos organismos policiais e, por sua vez, na sua forma de "estar no mundo". Na linguagem cotidiana de polícia, isso pode ser traduzido da seguinte maneira: tudo aquilo que guarda alguma afinidade com o atributo físico da força, a oportunidade de seu uso e excesso, seria, por definição, "coisa de sujeito homem". (MUNIZ, 1999: 242)

Sendo a força e a virilidade elementos constituintes da cultura policial, as mulheres se vêem em meio a uma controvérsia sem resolução: admitem que não têm a mesma força física que os homens policiais, mas, sendo a força física um pilar tão importante do trabalho policial militar, isso significaria, por conseguinte, que elas seriam policiais piores, o que todas elas garantem que não são. Tal fato é atestado pelo que a Sargento Paula afirma na citação acima sobre o frequente melhor desempenho das mulheres no treinamento de tiro – o que, segundo ela, deixa os homens revoltados. A presença das mulheres na Polícia Militar tem, então, o significativo impacto de questionar o reiterado discurso a respeito da importância da força e da virilidade para um bom trabalho policial.

Apesar de as próprias mulheres afirmarem que têm menor força física, a teoria etnográfica clássica adverte que é preciso ir além do que dizem as pessoas nativas para obter uma compreensão ampla. Sendo assim, o seguinte questionamento se faz necessário: Será a força física dos homens realmente maior que a das mulheres ou será que a força das mulheres tem seu desenvolvimento limitado pelos padrões sociais?

A literatura sobre gênero e esporte tem contribuições interessantes a esse respeito. A ideia de que mulheres seriam biologicamente mais fracas e frágeis e, conseqüentemente, inaptas para certas práticas é frequente, não só no senso comum, mas também em um certo discurso científico que busca justificar desigualdades, através de estudos genéticos, que como bem adverte Latour, são frutos de disputas de perspectivas e não verdades neutras e purificadas como costumam se apresentar. Na contramão do determinismo biológico, Miriam Adelman (2003) mostra, após pesquisar mulheres atletas, como esta “fragilidade” feminina é produzida desde a infância. Ela chama atenção para o fato de que o ideal da feminilidade se constitui como uma

“estética da limitação”, uma vez que os padrões de beleza impostos às mulheres são incompatíveis com um corpo musculoso e forte. Dessa forma, um corpo de mulher que não seja esbelto e delicado será socialmente rejeitado, como ressalta Mayara Gonzáles Castillo (2010: 246). As falas das atletas entrevistadas por Adelman, por sua vez, evidenciam como pais, docentes e profissionais de saúde desincentivam (ou efetivamente proíbem) desde a infância a prática de certos esportes considerados masculinos. A existência de mulheres fisiculturistas com enormes músculos, idênticos aos comumente encontrados em corpos masculinos, é forte evidência de uma limitação social e não física, já que não por acaso essas mulheres são tidas como “aberrações”. Da mesma maneira que características físicas, traços de personalidade como a coragem são desestimulados nas meninas, que por terem um corpo “mais frágil” são ensinadas a desenvolver o constante medo de se machucar. Esse processo ocorre desde cedo, como mostra Érica Souza, em etnografia feita em um escola, na qual, apesar de não haver proibição expressa do futebol às meninas, “a falta de incentivo e as tentativas de exclusão, fosse pelo discurso ou pelo comportamento dos garotos e da professora, operavam como mecanismos sutis de controle e repressão do corpo das garotas” (SOUZA, 2002: 300). Podemos ver, portanto, como o controle sobre as práticas das mulheres atua de forma violenta desde cedo para que seus corpos não se tornem fortes e, assim, não possam estar em pé de igualdade em meios tradicionalmente masculinos (não sem sofrer, no mínimo, forte estigma) ou se defender de violências físicas.

Essas passagens de Foucault sobre a mudança da concepção de “soldado” – antes tido como naturalmente forte e corajoso – ao longo da história das instituições militares está em total concordância com essa ideia de produção dos corpos:

Segunda metade do século XVIII: o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; (...) Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. (FOUCAULT, 2007: 117)

Sobre toda a superfície de contato entre o corpo e o objeto que o manipula, o poder vem se introduzir, amarra-os um ao outro. Constitui um complexo corpo-arma, corpo-instrumento, corpo-máquina.

(FOUCAULT, 2007: 130)

Esse corpo-máquina do qual fala Foucault é o próprio ciborgue de Donna Haraway, é o apagamento de fronteiras entre as armas, os acessórios e a pessoa, e a manipulação do corpo para tomar a forma desejada. E, se os soldados homens passaram a ser alvo dessa manipulação corporal, por que não poderiam as mulheres? Na contra-mão do que dizem as policiais entrevistadas, Beatriz Preciado defende a existência de uma nova concepção corporal, já que, principalmente a partir das modernas tecnologias cirúrgicas e hormonais, os corpos podem cada vez mais escapar a uma suposta naturalidade das oposições binárias. Ela desenvolve

uma teoria do corpo que se posiciona fora das oposições do masculino/feminino, homo/heterossexual. Define sexualidade comotecnologia e vê os elementos diferentes do sistema de gênero/sexo como “homem”, “mulher”, “homossexual”, “heterossexual”, “transexual” e as suas práticas e identidades sexuais – como máquinas, produtos, ferramentas, aparelhos, engenhocas, próteses (...) (PRECIADO, 2003: 11)

E é nesse apagamento de fronteiras entre feminino e masculino que se dá também o apagamento das fronteiras entre natureza e cultura pela figura ciborguiana, muito bem representadas pelas policiais militares, meio femininas, meio masculinas; meio gente, meio máquina, já que “o ciborgue pula o passo da unidade original, da identificação com a natureza no sentido ocidental” (HARAWAY, 2009: 39). A existência dessas policiais, ao questionar a ideia de que trabalho policial militar “é coisa de homem”, questiona também, ainda que de forma não manifesta, a dicotomia *natureza-cultura*, que funda a ideia de diferença intransponível entre homens e mulheres. Elas evidenciam, portanto, o hibridismo entre natureza e cultura que o discurso moderno faz questão de negar. Na visão de Latour, “enquanto considerarmos separadamente estas práticas seremos realmente modernos, ou seja, estaremos aderindo sinceramente ao projeto da purificação crítica, ainda que este se desenvolva somente através da proliferação dos híbridos” (LATOUR, 2009: 16). As controvérsias de gênero a respeito do par natureza-cultura na Polícia Militar, mais uma vez, não se resolvem,

mas são, para evocar Lévi-Strauss, boas para pensar.

3.3 Feminino e masculino: Como as mulheres impactam a corporação e como a corporação impacta as mulheres?

Talvez a forma mais tradicional de tratar o tema do impacto da entrada das mulheres na Polícia Militar fosse verificar quais consequências isso trouxe para a corporação, se e em que medida as mulheres provocaram mudanças no *modus operandi* da instituição. No entanto, acho igualmente importante pensar nos impactos que a corporação provocou nas mulheres que nela entraram e, conseqüentemente, no gênero feminino de uma forma geral, inspirada pela teoria de Latour sobre o princípio da simetria. Sua proposta de uma antropologia simétrica consiste em igualar epistemologicamente – uma vez que não há naturezas separadas de culturas, mas somente *naturezas-culturas* – a agência de humanos e não-humanos (LATOURE, 2009: 91). Um exemplo prático de aplicação dessa concepção em uma pesquisa sobre gênero é o trabalho de Gabriel Pugliese sobre o “Caso Marie Curie”, cientista que descobriu a radioatividade, tornando-se uma exceção por ser mulher:

Quanto mais Marie Curie, através de seu dispositivo experimental, trabalhava para fazer da radioatividade dos radio-elementos uma perspectiva, isto é, uma ontologia menos vacilante, mais a radioatividade a tornava visível enquanto cientista, fazendo-a ocupar territórios improváveis para as mulheres. (PUGLIESE, 2015: 84)

Assim como Marie Curie abriu novos caminhos para a ciência, sua descoberta científica tornou-a também conhecida, abrindo caminhos não apenas para ela, mas para todas as mulheres. Da mesma forma, as mulheres impactaram a Polícia Militar na mesma medida em que a Polícia Militar impactou as mulheres. Mas que impactos foram

esses?

O discurso oficial sobre a mudança que as mulheres causaram na corporação diz respeito a uma “sensibilização” da mesma, o que parece significar, pela fala das minhas interlocutoras, que as mulheres levaram um “toque feminino” para a instituição, a princípio só composta por homens. As mulheres seriam, então, “a parte sensível da Polícia”:

Às vezes falam, “isso aqui é serviço de mulher“. Por exemplo, uma arrumação, mais delicada, né? Arrumar a sala... aí dizem “isso aqui precisa de um toque feminino”. A gente tem, querendo ou não a gente sempre tem, coloca uma plantinha, organiza as canetas em uma posição... (SARGENTO SUSANA, HÁ 21 ANOS NA PM)

Hoje em dia é difícil ter Polícia sem mulher, porque a mulher é a parte sensível da Polícia. Então dependendo da ocorrência que você está participando, se você tem essa sensibilidade, as coisas fluem melhor. Porque o homem também, com a entrada da mulher, em muitas coisas ele sensibilizou. Então o Policial Militar hoje, o masculino, já não é mais tão fechado em relação às coisas, sabe? Já consegue... porque ele vê a colega de trabalho às vezes grávida, ou com algum problema, e já dá aquela sensibilizada também. Então isso foi bom. Porque a pessoa que precisa da gente, ela está em situação de fragilidade, (...) então às vezes a gente tem que chegar e conversar. (...) Não é uma coisa engessada.

A presença feminina traz um certo ar de bom-humor, de integração, de carinho, mesmo em uma profissão tão árida como a de policial militar,. Esse olhar feminino, ele é mais acolhedor, sem dúvida alguma. E olha que eu estou falando isso de quem trabalha na administração, de quem trabalha no operacional, de quem trabalha na capital, de quem trabalha no interior, porque eu andei Minas Gerais por várias vezes nessa estada na Polícia. Então esse lugar do feminino ele é diferenciado. (...) Eu acho que pela forma que as mulheres são criadas e também por uma questão inata, por um histórico disso. (TENENTE-CORONEL ARMINDA, PSICÓLOGA DA PM HÁ 20 ANOS)

Os relatos reiteram o discurso que existiu no momento da entrada das mulheres na PMMG, que segundo uma das minhas interlocutoras “tinha um pouco essa perspectiva de humanizar, porque era no período ali de abertura, saída da ditadura”. O discurso de uma Coronel na solenidade em comemoração aos trinta anos da inclusão da mulher na PMMG evidencia essa perspectiva:

Naquela época muitas eram as dúvidas e os desafios a serem enfrentados pelas mulheres, pelos homens e pela Instituição, para que aquele projeto se transformasse em uma ação de sucesso; uma ação que possibilitasse o fortalecimento da cidadania e da paz social; que possibilitasse o crescimento e a humanização do trabalho policial. (...) Mas a maior contribuição da mulher foi possibilitar um novo olhar – o olhar feminino - uma nova forma de ver e de atuar sobre o cenário da Segurança Pública, contribuindo para a humanização do serviço policial e para o fortalecimento da cidadania. Tornamo-nos uma polícia mais versátil, mais aberta à diversidade e às diferenças. (Anexo de ALVES, 2011: 157-158)

Sem retomar a controvérsia do tópico anterior sobre se características de personalidade são inatas ou socialmente construídas – mas aproveitando a resposta latouriana da Psicóloga da PM de que são ambos – parece ser bem aceita a ideia de que as mulheres sensibilizaram e humanizaram a Polícia Militar a partir de sua entrada. Se a entrada de mulheres teve de fato esse efeito, há muito o que se comemorar, uma vez que é uma corporação que guarda ainda traços da ditadura militar e que protagoniza recorrentes casos de violência e abuso de poder. Resta, porém, uma pergunta: o que está por trás do termo “humanizar” e por que esse processo é associado ao gênero feminino?

É curioso que a palavra “humanização” apareça ligada às mulheres, quando, na concepção ocidental moderna, o ser humano por excelência seria justamente “o Homem”⁶⁰. Como salienta Erica Dumont, “o corpo e, sobretudo, o órgão reprodutivo da mulher tem sido utilizado nas sociedades ocidentais como símbolo para se estabelecerem regras para o gênero” (DUMONT, 2012: 29), associando assim as mulheres ao pólo “natureza” em contraposição aos homens, que seriam localizados no pólo da “cultura” (ORTNER, 1979). Como se explicaria, então, que justamente as mulheres, teoricamente mais próximas da natureza e da animalidade, tivessem a capacidade de humanizar e amenizar os “instintos animais violentos” dos homens, teoricamente mais próximos da cultura?

Uma das respostas possíveis para essa questão é fornecida por Strathern, que discorda de Ortner ao dizer que a associação *mulheres-natureza* e *homens-cultura* não é

⁶⁰ E é lamentável que vários autores homens, a exemplo de Bruno Latour, usem esse termo, ainda hoje, como sinônimo de “pessoa”.

universalizável e que nem mesmo no ocidente ela é totalmente válida, já que, por exemplo, o ato de cozinhar, associado às mulheres, seria uma prática ligada à cultura. Outra resposta possível estaria na clássica discussão feminista em torno do *cuidado*, traço construído como tipicamente feminino por ser, supostamente, uma consequência natural da capacidade reprodutiva das mulheres, que, por conseguinte, seria a base da divisão sexual do trabalho que atribui às mulheres funções tais quais as de enfermagem, trabalho doméstico e educação infantil (HIRATA e KERGOAT, 2007). As entrevistas mostraram, no entanto, que apesar de haver a expectativa constante de que as policiais performatem o cuidado, em muitos momentos elas são tidas, por serem consideradas “mais frágeis”, justamente como dignas de cuidados por parte dos homens.⁶¹ Tal fato evidencia que a associação de certos comportamentos a uma determinada anatomia sexual, como salienta Scott, é muito mais complexa do que os dualismos purificados fazem parecer.

Falar em um poder humanizador das mulheres – que seria oriundo de suas capacidades reprodutivas – pede que olhemos mais de perto para o par de oposição *humanidade-animalidade*, estreitamente associados ao par *natureza-cultura*. O impulso primeiro de pensar humanidade simplesmente como a qualidade dos seres-humanos e animalidade como a qualidade dos animais se mostra infrutífero, uma vez que, na visão ocidental, seres-humanos são também animais e que, segundo a teoria perspectivista, animais são também humanos. Na cosmologia ameríndia, seria inclusive a humanidade – e não a animalidade – o elo entre humanos e animais, como salienta Eduardo Viveiros de Castro:

A diferenciação entre "cultura" e "natureza", que Lévi-Strauss mostrou ser o tema maior da mitologia ameríndia, não é um processo de diferenciação do humano a partir do animal, como em nossa cosmologia evolucionista. A condição original comum aos humanos e animais não é a animalidade, mas a humanidade. A grande divisão mítica mostra menos a cultura se distinguindo da natureza que a natureza se afastando da cultura: os mitos contam como os animais perderam os atributos herdados ou mantidos pelos humanos. Os humanos são aqueles que continuaram iguais a si mesmos: os animais são ex-humanos, e não os humanos ex-animais. (CASTRO, 1996: 119)

⁶¹ Ver citações na página 77

A proposta cartesiana de associar ao gênero feminino a animalidade e, ao masculino, a humanidade, ou, ao contrário, de associar ao gênero masculino a animalidade e, ao feminino, a humanidade se mostra portanto falha. Tanto porque, como evidencia Latour, a separação purificada entre natureza e cultura é artificial, quanto porque, como evidencia Butler, a separação purificada entre masculino e feminino é igualmente construída. O estatuto “essencialmente ambíguo” do humano no pensamento ocidental, no qual humano e animal “coabitam no conceito problemático e disjuntivo de 'natureza humana” (CASTRO, 1996: 129), torna controversa a afirmação de que as mulheres seriam, naturalmente, agentes humanizadores da Polícia Militar – o que não exclui a possibilidade de que o sejam culturalmente, pelas performances de gênero que aprenderam a desempenhar, ao invés de por suas capacidades biológicas.

É possível, no entanto, que a habilidade humanizadora atribuída às mulheres não se dê em oposição a uma suposta animalidade masculina, mas sim a uma crescente mecanização de homens. Mecanização que teria, segundo Foucault, crescido a ponto de produzir “corpos-máquina”, corpos estes tão submissos e integrados às armas que se tornaram incapazes de expressar sensibilidade humana:

O sonho de uma sociedade perfeita é facilmente atribuído pelos historiadores aos filósofos e juristas do século XVIII; mas há também um sonho militar da sociedade; sua referência fundamental era não ao estado de natureza, mas às engrenagens cuidadosamente subordinadas de uma máquina (FOUCAULT, 2007: 142)

Mas por que é que precisaríamos escolher entre uma ou outra?, perguntaria Latour. A desumanidade atribuída à polícia pode tanto fazer referência à animalidade, quanto à maquinização, tão mais imbricados quanto mais o discurso moderno tenta separar natureza e cultura ou animais, humanos e máquinas, já que, nas palavras de Latour, “quanto mais nos proibimos de pensar os híbridos, mais seu cruzamento se torna possível” (LATOURE, 2009: 16-17). Animal e máquina são não-humanos na mesma proporção, o que não diminui em nada suas capacidades de agência.

É preciso evidenciar, no entanto, que apesar do discurso oficial, a visão do impacto da entrada de mulheres na corporação como positivo é controversa, já que

muitos policiais homens percebem um processo negativo de contaminação da pureza (DOUGLAS, 1966) masculina pelas mulheres:

A fragilidade, o receio, a sensibilidade, o medo, etc. são, via de regra, interpretados como "coisa de mulher" cuja menor manifestação no interior da tropa já anunciaria o perigo simbólico de "feminilização" da força. Nada é mais delicado para os "sujeitos homens" da polícia ostensiva do que se verem convertidos em atores "apassivados" e "inoperantes". Nesse sentido, tudo aquilo que na vida ordinária encontrasse associado à noção de passividade costuma ser traduzido pelo imaginário policial como um grave "fator de risco" moral para os PMs da ponta da linha. (MUNIZ, 1999: 244-245)

Da mesma forma, a instituição militar, produto da hibridação da animalidade da guerra, da mecanização da máquina e de alguma dose de humanidade, é dotada de agência e impacta simetricamente as mulheres que nela entram:

A gente, assim, por tudo que a gente vive, a profissão endurece a gente demais, ela até envelhece a gente demais... mas assim, ela dá uma experiência de vida que nenhuma outra profissão dá, sabe? Você vê de tudo, você lida com qualquer tipo de pessoa, gente de tudo quanto é jeito, de tudo quanto é pensamento louco que você pensar, entendeu? Então assim, você vê aquilo tudo e te dá uma riqueza muito grande de vida, de vivência. Então os homens [com os quais a gente se relaciona] acham, tipo assim, "eu que virei o frágil da história". (SARGENTO MARIA, HÁ 10 ANOS NA PM)

Esse relato diz respeito à dificuldade, relatada por algumas policiais heterossexuais, de ter relacionamentos com homens civis, justamente porque, segundo elas, o trabalho na instituição militar provoca mudanças de personalidade que fazem com que elas não mais correspondam ao estereótipo associado ao gênero feminino:

O seu perfil de uma mulher digamos mais independente, mais voltada para o mando, a autoridade, essas coisas influenciam muito, dificultam muito um relacionamento, com certeza. Até por você estar em um

ambiente onde a maioria é masculino, é complicado.... (CABO ELIANA, HÁ 19 ANOS NA PM)

Pra relacionamento íntimo, afeta demais. Homem não gosta de policial feminina. Não sei... acho que homem tem aquela ideia de que mulher tem que ser sensível, tem que ser delicada, tem que ser paciente, entendeu? É sempre o homem que decide o que vai fazer, o que vai falar. (...) Por exemplo, já teve muito caso que a primeira coisa que o cara pergunta é “você é sapatão”? Não por causa do meu jeito, é tipo assim, “por que você fica só no meio de homem e faz serviço de homem?” (SARGENTO MARIA, HÁ 10 ANOS NA PM)

A partir do princípio da simetria proposto por Latour, é possível dizer que, ao mesmo tempo em que as mulheres contaminariam a pureza masculina a corporação com a “sensibilidade feminina”, a feminilidade das mulheres também seria contaminada pela (suposta) ausência de sensibilidade associada à masculinidade:

Quando a gente entra e é um universo mais masculino do que feminino, muitas das nossas características a gente perde. Então assim, em relação a quando a gente entra, a gente fica um pouco insensível. Igual, eu já atendi ocorrência que tinha um corpo lá que um braço tava prum lado, a perna tava pro outro. (...) A gente precisa ser um pouco mais firme do que quando a gente é civil, que qualquer coisa a gente chora. (...) Às vezes meu pai fala “aconteceu isso comigo, o quê que eu faço?”. Então tem que ter um pouco de tranquilidade pra ajudar ele a resolver o problema. Minha mãe notou isso em mim, “nossa, você ficou muito diferente, você é muito insensível agora”. (SARGENTO PAULA, HÁ 6 ANOS NA PM)

Este mesmo processo de perda da sensibilidade, associada constantemente às mulheres e que seria causado pela entrada na instituição, também foi relatado por policiais militares interlocutoras de outros trabalhos, como mostra o exemplo:

Para a Sargento Alessandra, de fato existe uma tendência de a mulher na polícia, em razão da natureza do trabalho, geralmente confrontado com experiências cruéis e trágicas, masculinizar-se, o que exigiria maior atenção das policiais femininas com o próprio comportamento: “se a gente não tomar cuidado a gente masculiniza mesmo”. Afirmou que desde que entrou na corporação percebeu mudanças na sua forma de agir e reagir frente a situações nas quais outras mulheres se chocariam e que hoje ela vê em grande parte hoje como “frescurinhas de mulher”. Mesmo em situações mais graves como acidentes e brigas ela disse que se mantém calma, de modo que não tem muita paciência com a reação comum de algumas mulheres que tendem a se desesperar nesses casos. (SOUZA, 2014: 279)

Esse processo de masculinização, no entanto, não vem sem controvérsias, já que elas enfatizam constantemente que “a maioria das policiais é extremamente feminina”, segundo as palavras de uma interlocutora. Justamente por ter consciência deste “risco”, grande parte das policiais militares parece fazer um esforço de não perder a “feminilidade”, por meio principalmente do cuidado com a aparência (enquanto corpo e comportamento), através de um processo de compensação: já que “perderam” em grande medida as características de personalidade associadas à feminilidade, devem estar sempre bonitas e “bem-cuidadas”, ou ainda, no caso das que são mães ou casadas, publicizar esse status, como Marcos de Souza chama atenção:

Outras mulheres ouvidas contaram que por visualizarem esse “risco” maior de a policial masculinizar-se, as pessoas quando normalmente conversam com elas as perguntas mais frequentes são se elas têm filhos e se são casadas, como fazem para conciliar trabalho e casa, assim como se elas não têm medo da violência e se o marido também é policial.(...) O cuidado com a aparência, o exercício frequente e cuidadoso com a vaidade, revelaria, de acordo com uma das policiais, uma postura mais profissional. A estética assim ajudaria a garantir junto à população maior credibilidade e confiança na polícia, além de fazer bem as próprias mulheres, que em alguns casos se sentem desconfortáveis com o uso de uma farda que tende a obscurecer a sua identidade de gênero. (SOUZA, 2014: 279-2800)

A pressão para que se “mantenham femininas”, apesar de militares, vem, assim,

tanto de uma vontade dessas policiais, quanto de uma pressão social (que ao mesmo tempo é internalizada e entendida como “natural”), quanto de um incentivo da própria corporação, o que as palestras sobre beleza e os cursos de “auto-maquiagem” na comemoração do Dia das Mulheres na PMMG mostram. O trabalho de Marcos de Souza confirma que a mesma prática ocorre na Polícia Militar do Estado de São Paulo, que no calendário lançado em homenagem às Policiais Femininas, trazia fotos destacando a maquiagem, as unhas feitas e o sorriso como marcas da feminilidade. (SOUZA, 2014: 261) Os meios de comunicação também contribuem para esse estereótipo muito particular de feminilidade⁶², como demonstra a já citada reportagem da Revista Veja sobre a antiga Comandante do Policiamento de Belo Horizonte, na qual todos os “rituais de beleza” da policial são minuciosamente comentados, como exemplifica a frase: “Em nenhuma hipótese Cláudia sai de casa sem passar seus cremes, o batom cor-de-rosa e o perfume Dolce & Gabbana”. Ou, ainda, a legenda de uma foto onde ela aparece se maquiando: “Café da manhã frugal para manter os 65 quilos e maquiagem antes de sair para o trabalho: vaidade feminina”. Comentários que jamais seriam feitos caso a reportagem tratasse de um Comandante homem. Marcos de Souza faz a mesma observação sobre o esforço exaustivo de ressaltar a feminilidade das policiais em suas aparições na imprensa:

Esse aspecto tende a ficar ainda mais evidente nas aparições das policiais durante reportagens e entrevistas concedidas à imprensa escrita ou televisiva. Com cabelos presos em perfeito coque ou rabo de cavalo, elas geralmente se apresentam com farda impecavelmente passada, sapatos ou botas lustrosas, e nos lábios o que já se tornou uma marca: o batom vermelho ou rosa. Em entrevista para reportagem do Programa da TV Globo “Antena Paulista” em homenagem ao Dia Internacional da Mulher de 2010, a então Tenente Coronel Maria Aparecida de Carvalho Yamamoto era assim apresentada no início da reportagem onde aparecia a frente do espelho arrumando os cabelos: “Ela é uma mulher de respeito. Não é pra menos, Maria Aparecida, 45 anos, é Tenente-coronel da Polícia Militar de São Paulo. Mesmo com a alta patente, o dia de trabalho começa parecido com o de muitas trabalhadoras”, mostrando a oficial nos cuidados com a aparência pessoal. (SOUZA, 2014: 277)

⁶² Trata-se de uma feminilidade esperada das mulheres PM; para outras mulheres, outras feminilidades seriam esperadas, a partir de uma perspectiva interseccional de gênero, raça, classe, religião, profissão e etc.

Isso nos leva novamente à complexidade do lugar duplo que essas mulheres ocupam, pois não se trata apenas de um processo de masculinização no qual elas devem, por força da profissão, abandonar as características tidas como femininas, mas sim uma dupla exigência de que sejam simultaneamente masculinas e femininas (ainda que ambas as performatividades sejam controladas), sob pena de sofrerem sanções tácitas seja na corporação, seja fora dela. Isso remete ao duplo preconceito sofrido pelas mulheres esportistas relatado por Adelman: “primeiro, que suas ‘diferenças físicas’ as faziam muito menos competentes para o esporte do que os homens, e, segundo, a prática esportiva as masculinizava, tornando-as mulheres ‘anormais’ e/ou lésbicas.” (ADELMAN, 2003: 448), o que é confirmado pela fala supracitada de uma Sargento que diz ser normal perguntarem para ela se ela é lésbica em função da profissão. Essa dupla exigência é muito bem sintetizada na fala da Cabo Eliana: “Acaba que ora eles acham que a mulher não é capaz de fazer aquilo, ora eles querem exigir da mulher algo igual, uma hora quer ter muito cuidado, outra hora nenhum, então é complicado”, evidenciando quão controversa é a posição de mulher na Polícia Militar.

Naturalmente, esse processo de ambiguidade, apesar de complexo, não é só negativo. O fato de que as mulheres policiais são pessoas vistas tanto como masculinas, quanto como femininas contribui para o apagamento das fronteiras de gênero que aprisionam corpos a certas performatividades, no sentido de Judith Butler, colocando na posição de abjetas todas as pessoas que não se enquadram às prescrições binárias da correlação sexo-gênero-orientação sexual. E assim como aconteceu na relação entre a radioatividade de Marie Curie, a Polícia Militar, no momento em que admitiu a entrada de mulheres, abriu muitas novas possibilidades de profissão e de performatividade de gênero⁶³ a todas as mulheres, ainda que não tivesse essa intenção.

Apesar da dificuldade de apresentar conclusões fechadas sobre temas tão controversos, parece ser possível afirmar que as “policiais femininas”, que são também masculinas, são ao mesmo tempo, o ponto de equilíbrio conflituoso do dilema da diferença de Joan Scott, o híbrido de natureza e cultura do qual fala Bruno Latour e a fusão do feminino e do masculino trazida pelo ciborgue de Donna Haraway. Com todas

⁶³ Ainda que haja uma tentativa de regulação do espectro destas performatividades pela corporação.

as dificuldades enfrentadas por essas mulheres em seus cotidianos, elas trazem em suas histórias e corpos a potência da transgressão do binarismo de gênero, contaminando a pureza de muitas dicotomias teóricas que quanto mais tentamos opor, como bem adverte Latour, mais se hibridam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi um exercício de investigação e reflexão a respeito de como as muitas controvérsias em torno das relações de gênero, presentes em toda a sociedade, são vivenciadas e relatadas pelas policiais militares da PMMG, mulheres localizadas na fronteira do binarismo de gênero por lidarem constantemente com a dupla exigência de serem simultaneamente masculinas e femininas.

Apesar da pesquisa não ser significativa de uma perspectiva quantitativa – estou ciente da impossibilidade de abarcar, através de entrevistas com 12 mulheres, a grande diversidade de vivências e discursos presentes entre todas as 3.867 policiais da PMMG – de um ponto de vista qualitativo, os relatos das minhas interlocutoras foram suficientes para mostrar quão desafiadora é a posição que ocupam: por um lado são subestimadas, por outro são submetidas a um alto nível de exigência; por um lado devem ser profissionais, por outro não têm abertos os caminhos oficiais de ascensão profissional por serem mulheres; por um lado devem se masculinizar, por outro não devem deixar de ser femininas; por um lado sofrem com o preconceito, assédio e autoritarismo dos superiores homens, por outro lado sofrem com a descrença de seus subordinados homens quando em postos de comando. As situações controversas parecem não ter fim nem solução. E, por enquanto, de fato, não têm.

Como ressaltado algumas vezes durante a dissertação, não acredito ser possível apontar conclusões fixas e estáveis sobre a complexa vivência de gênero dessas mulheres, não apenas por não ter sido viável fazer um trabalho de campo mais intenso,

mas principalmente pelo fato de que controvérsias sempre serão controversas. Por esse motivo, optei por fazer apenas considerações finais sobre o que parece, aos meus olhos, ser mais relevante no que tange à interseção da discussão de gênero com o universo das mulheres policiais, procurando não me repetir demais.

Uma das observações que mais me chamaram atenção durante a pesquisa foi a quantidade de vezes que minhas interlocutoras se contradisseram sobre os mais diversos temas relacionados tanto ao militarismo quanto às questões de gênero. Dependendo da forma como a pergunta era formulada, ou de qual pergunta era feita, uma perspectiva nova emergia, muitas vezes contraditória a outra dita anteriormente. Este fenômeno é frequente em qualquer campo, uma vez que a coerência total é inatingível, mas acredito que ele seja amplificado no universo dessas mulheres, justamente por lidarem com vários tipos de situações controversas o tempo todo, entre mundo civil e mundo militar, entre feminino e masculino, entre uma “natureza humana selvagem” e uma “cultura humana civilizada”, entre a igualdade e a diferença. A existência mesma dessas mulheres já é controversa, elas são controvérsias ambulantes que expõem o calcanhar de Aquiles do empreendimento purificador da modernidade e do binarismo essencialista de gênero. Elas são a prova viva de que mulheres podem ser exatamente como homens, se forem treinadas para tal, mas que, ainda assim, talvez não queiram ser como homens, talvez queiram ser simplesmente pessoas livres de estereótipos, livres para transitar entre feminilidades e masculinidades sem serem deslegitimadas nem como profissionais, nem como mulheres.

Ainda que o dilema da diferença, do qual fala Joan Scott, não se resolva senão em um transitar constante entre discursos, o horizonte da igualdade – seja ela o que for – não deve se perder. É fácil confundir esse caminho teórico com uma relativização radical que impossibilita uma ação no mundo. Essa nunca foi minha intenção. Muito antes pelo contrário, considero essencial a perspectiva latouriana que defende uma análise minuciosa dos vários atores de uma controvérsia para que as tomadas de decisões, desejáveis e inevitáveis, sejam o mais justas e informadas possível. Nesse sentido, espero ter contribuído para abrir a caixa-preta das muitas dificuldades e desigualdades enfrentadas diariamente por estas mulheres, constantemente invisibilizadas ou mal representadas por leituras estereotipadas. Que esta dissertação, somada a muitos outros trabalhos sobre o tema, colabore para a elaboração de políticas

que promovam a igualdade de direitos, sem desrespeitar as especificidades da diferença que caracteriza a experiência controversa das mulheres policiais.

O tom político dessas considerações finais talvez seja uma tentativa de equilibrar a perspectiva antropológica, que prevaleceu durante o texto, com outra tão importante quanto, que é a feminista, uma vez que o fio condutor deste trabalho foi tentar achar o equilíbrio entre posições extremas e dicotômicas. E se tentei retratar as mulheres policiais como o ponto de equilíbrio do dilema da diferença de Scott, o híbrido latouriano de natureza e cultura e a simbiose do feminino e masculino do ciborgue de Donna Haraway, esta dissertação, que mais levantou controvérsias do que chegou a conclusões, não poderia deixar de ser a interseção, proposta por Marilyn Strathern, de uma perspectiva antropológica e de uma outra, feminista.

Que se proliferem os híbridos. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Bem-vindo ao mundo da controvérsia. In: *Transgênico: sementes da discórdia*, pp 135-165. Editora SENAC SP. São Paulo, 2007.
- ADELMAN, M. (2003). “Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 445-465.
- ALVES, Livia Neide de Azevedo. *A Polícia Feminina na Polícia Militar de Minas Gerais: Percurso Histórico*. Monografia – Curso de Especialização em Segurança Pública da Fundação João Pinheiro – Belo Horizonte, 2011.
- BATESON, Gregory. *Naven*. São Paulo: EDUSP, 2006 [1936].
- BEAUVOIR, Simone. *The Second Sex*. Londres: Four Square Books, 1960 [1949].
- BONETTI, Aline, “Antropologia feminista: o que é esta antropologia adjetivada?” In: BONETTI, A; SOUZA, A.(Org) *Gênero, mulheres e feminismo – Coleção Bahianas 14*. Salvador: Eufba, 2011.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990]
- BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 [1993]
- CASTILLO, M. G. “Mujeres Futbolistas: Fronteras entre el deber ser y el querer hacer” In: BLANO, C. E. R. *et al. Discursos Fronterizos de la Cultura Popular*. Ciudad Juárez, Chih. : Universidad autónoma de Ciudad Juárez, 2010.
- CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na academia militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. “Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio”. *Mana* [online]. vol.2, n.2, pp. 115-144. 1996.
- CONNELL, Raewyn W. *Masculinities*, Berkley: University of California Press, 1995.
- CRENSHAW, Kimberlé W. “*Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*”. *University of Chicago Legal Forum*, pp. 139-167, 1989.
- D’ARAÚJO, M. C. ; CASTRO, C. ; CHEIBUB, Z. B.. *O Brasil e as forças armadas na percepção dos oficiais da Marinha*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002.
- DÍAZ, Elvira. “Desconstrução e subversão: Judith Butler”. *Sapere Aude*. Belo Horizonte, v.4-n.7, p. 441-464, 2013.

DOUGLAS, Mary . *Pureza e Perigo*. Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu. Lisboa, Edições 70 (col. Perspectivas do Homem, n.º 39), 1970.

DUMONT, Erica. *A "caixa preta" do cuidado. Relações de gênero e histórias de vida de trabalhadoras técnicas de enfermagem*. Dissertação – UFMG – Belo Horizonte. 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. “Mulheres nas Instituições Policiais”. 2015. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/files/files/MulheresInstituicoesPolicias_final.pdf - Acesso: 27/11/2015

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2007 [1975].

GOFFMAN, Ervin. . *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HALBERSTAM, Jack (ou Judith? Ou “J.”?) . *Masculinidad Femenina*. Madrid: Editorial Gales, 2008.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz. *Antropologia do Ciborgue: As vertigens do pós-humano*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Daniëlle. “Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho”. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

JORNAL EXTRA. Rio de Janeiro – RJ. 27/10/2015. Disponível em: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/sargento-investigado-por-assedio-policiais-mulheres-na-upp-santa-marta-afastado-das-ruas-nao-admito-diz-comandante-17885775.html#ixzz3sqKVzfHb> Acesso: 26/10/2015.

KELLER, Fox . “Qual foi o impacto do feminismo na ciência?”. *Cadernos Pagu* (27): pp.13-34, 2006.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo. Editora Unesp, 2000.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*, Rio de Janeiro: Editora 34, 2009 [1994].

LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997, 124p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “Natureza e cultura” e “A proibição do incesto” In: *Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis, Vozes, 1982.

LIPSET, David. “O que faz um homem? Relendo Naven e The Gender of the Gift.” *Cadernos Pagu* (33), 57-81, 2009.

- LOMBARDI, Maria Rosa. “Feminização, reestruturação e profissionalização em redutos tradicionalmente masculinos: as Forças Armadas e a Marinha do Brasil”, In: TORNQUIST, C.S; COELHO, C. C.; LAGO, M.C.S.; LISBOA, T.K. (org.) *Leituras de resistência. Corpo, violência e poder*. ed.Florianópolis : Editora Mulheres, 2009, v.2.
- MACCORMACK, Carol P., STRATHERN, Marilyn. *Nature, culture and gender*. Cambridge: Cambridge Univ, 1980.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *A vida sexual dos selvagens*. Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1983 [1929].
- MARCUS, George E. “Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography”. *Annu. Rev. Anthropol.* 24. Houston, Texas, 1995.
- MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 2011 [1935].
- MILKMAN, 1986 citado por PIERUCCI, Antônio Flávio. (1990) “Ciladas da diferença”. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 2(2): 7-33, 2.sem.
- MILLER, Daniel. “The limits of dominance.” In: MILLER, D.; ROWLANDS, M. & TILLEY, C. (eds.) *Domination and Resistance*. Routledge: London & New York, 2005.
- MISKOLCI, Richard. . *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora/UFPO, 2012.
- MUNANGA, Kabengele. Políticas de Ação Afirmativa em benefício da população negra no Brasil – um ponto de vista em defesa de cotas. In: GOMES, Nilma L.; MARTINS, Aracy A. (orgs.). *Afirmando direitos – acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. “*Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser*”: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese – IUPERJ – Rio de Janeiro, 1999.
- ORTNER, Sherry. B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle Z. e LAMPHERE, Louise (orgs.) *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979, pp. 95-120.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. “Ciladas da diferença”. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 2(2): 7-33, 2.sem, 1990.
- PRECIADO, B. . *Kontrasexuelles Manifest*. Berlim: b_books, 2003.
- PRECIADO, B. A coragem de ser si mesma. Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/a-coragem-de-ser-si-mesma/> Publicado em 2014, Acesso em 07/05/2015
- PUGLIESE, Gabriel. “O gênero da ciência. Reflexões sobre a teoria ator-rede e a perspectiva feminista”. *Mediações*, v 20, n 1. Londrina, 2015.

RAGO, Margareth “*Feminizar é preciso. Por uma cultura filógina*”. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, n. 15 p. 58-66, 2001

REVISTA VEJA. Belo Horizonte. 13/03/2013 – Disponível em: <http://vejabh.abril.com.br/edicoes/coronel-pm-claudia-romualdo-primeira-mulher-assumir-policiamento-bh-735658.shtml> Acesso: 05/04/2014.

RUBIN, Gayle. O tráfego de Mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. Trad. Christine R. Dabat e outras. Recife: SOS Corpo, 1993 [1975].

SALIH, Sarah. . *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SCOTT, Joan W. . *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988.

SEGATO, Rita. L. . Os percursos de gênero na Antrpologia e para além dela. Série Antropologia – Revista da Universidade de Brasília, Brasília, n. 236, p. 1-22, 1998.

SILVA, Cristina Rodrigues da. “*Gênero, Hierarquia e Forças Armadas: um estudo etnográfico acerca da presença de mulheres nos quartéis*”. Associação Brasileira de Antropologia – Prêmio Claude Lévi-Strauss, 2006.

SILVA, Gilvan Gomes da. *A identidade e o sofrimento policial militar: entre o público e o privado*. Monografia – UNB – Brasília, 2011.

SILVA, Joseli Maria (2007). “Gênero e sexualidade na análise o espaço urbano”. Geosul (UFSC), vol. 22, p. 117-134. [não encontrei referência no corpo do texto.]

SOUZA, Marcos S. (2014) “*Sou policial, mas sou mulher*” : gênero e representações sociais na Polícia Militar de São Paulo. Tese de doutorado. São Paulo: Unicamp, 2014.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006 [1988].

STRATHERN, Marilyn. "Self-Interest and the Social Good: Some Implications of Hagen Gender Imagery." Pp. 370-39. In *Readings for a History of Anthropological Theory*, edited by Paul A. Erickson and Liam Murphy. Toronto: University of Toronto Press, 1981.

STRATHERN, Marilyn. “Entre uma melanesianista e uma feminista”. *Cadernos Pagu*, nº 8/9. Campinas: Unicamp, pp.7-49, 1997.

ANEXO I – Ficha das entrevistadas

Coronel Maria Clara

Idade: 46

Escolaridade: Superior Completo

Lugar de Origem: Belo Horizonte

Religião: Espírita

Raça/etnia: Branca

Estado civil: Solteira

Número de filhos: não

Tempo na corporação: 30 anos

Sargento Susana

Idade: 42

Escolaridade: 2o grau completo

Lugar de Origem: Formiga (MG)

Religião: Espírita

Raça/etnia: Parda

Estado civil: Solteira

Número de filhos: 0

Tempo na corporação: 21 anos

Sargento Paula

Idade: 24

Escolaridade: Ensino Médio completo

Lugar de Origem: Belo Horizonte

Religião: Católica

Raça/etnia: Branca

Estado civil: Casada

Número de filhos: 0

Cabo Eliana

Idade: 38

Escolaridade: Pós-graduação

Lugar de Origem: Belo Horizonte

Religião: Evangélica

Raça/etnia: Negra

Estado civil: Solteira

Número de filhos: 1 (menino de 7 anos)

Tempo na corporação: 19 anos

Sargento Maria

Idade: 39

Escolaridade: Pós-graduação

Lugar de Origem: Conselheiro Lafaiete

Religião: não tem

Raça/etnia: Branca

Estado civil: solteira

Número de filhos: 0

Tempo na corporação: 10 anos

Sargento Amanda

Idade: 42

Escolaridade: Pós-graduação

Lugar de Origem: Belo Horizonte

Religião: não tem

Raça/etnia: negra

Estado civil: solteira

Número de filhos: 0

Tempo na corporação: 23 anos

Soldado Maiana

Idade: 22

Escolaridade: Superior incompleto

Lugar de origem: Belo Horizonte

Religião: Não tem

Raça/etnia: parda

Estado civil: solteira

Número de filhos: 0

Tempo na corporação: 2 anos

Tenente-coronel Arminda

Idade: 53

Escolaridade: Pós-graduação em psicologia

Lugar de Origem: Belo Horizonte

Religião: Espírita

Raça/etnia: Branca

Estado civil: Casada

Número de filhos: 1 filha e 2 enteados

Tempo na corporação: 20 anos

Soldado Lydia

Idade: 27

Escolaridade: Superior completo

Lugar de origem: Belo Horizonte

Religião: Espírita

Raça/etnia: Branca

Estado civil: Solteira

Número de filhos: 0

Tempo na corporação: 7 anos

ANEXO II – Roteiro da entrevista semi-estruturada em profundidade

Primeira entrevista:

1. Como e quando surgiu a intenção de entrar para a Polícia Militar?
2. Como foi sua entrada na corporação (aspectos que você julgue positivos e/ou negativos)? Há regras na instituição às quais você demorou mais para se adaptar? Por que?
3. Como foi sua trajetória dentro da corporação? Com quais atividades você já trabalhou?

Segunda entrevista:

1. Quantas mulheres havia na sua sala de formação? Alguém desistiu? Sem sim, mulheres ou homens? Quantos?
2. Quais as regras de estética e aparência para as mulheres (cabelo, maquiagem, unha, adereços, etc.)? E para os homens?
3. A farda faz com que você se sinta diferente? É a mesma coisa para você portar uma arma com farda ou sem farda? Quais as diferenças?
4. Casar ou ter relacionamentos afetivos com civis é difícil? Há uma dificuldade maior por ser uma mulher militar, ou com os homens militares acontece o mesmo?
5. Há espaços só das mulheres PMs (oficiais ou informais)?

6. O que você acha da mudança de turmas exclusivamente de mulheres para turmas mistas? Há pontos positivos e negativos nessa mudança?
7. Há mais mulheres trabalhando no operacional ou no administrativo? Ou o número é equilibrado?
8. Como a instituição lida com as particularidades do corpo das mulheres (menstruação, gravidez...)? E como lidam as/os colegas?
9. Quais características, para você, definiriam a instituição militar? Quais as características ideais para uma ou um policial militar?
10. É comum ver pessoas associando o trabalho militar a “coisa de homem”. Como você enxerga isso?
11. Existe um tratamento diferenciado para as mulheres dentro da polícia? Se sim, em que sentidos?
12. Já houve ou há registros ou casos de assédio ou abuso sexual? Se sim, como a corporação lida com isso?
13. Recentemente foi sancionada uma lei que iguala a licença maternidade das mulheres militares à das mulheres civis (antes era de 4 meses e agora é de 6). O que você acha disso? Você concordava com a forma antiga? Por que?
14. O que você acha da discussão recente sobre desmilitarização? A desmilitarização afetaria a condição das mulheres na corporação?

ANEXO III – “12º BPM comemora o Dia da Mulher”

Dia da Mulher

12º BPM comemora o DIA DA MULHER

As policiais femininas e funcionárias civis que atuam no 12º Batalhão foram homenageadas em uma solenidade na sede da instituição no dia 10 de março em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, 08 de março. Na ocasião, as profissionais foram contempladas com a apresentação da Banda de Música do 12º BPM e receberam flores entregues pelo comandante do Batalhão, Tenente-Coronel Ronaldo Resende dos Anjos.

A Polícia Militar de Minas Gerais começou a admitir as mulheres em seu quadro de profissionais em 1981. No 12º Batalhão, atualmente há 38 policiais femininas.

Em sua fala, o comandante do 12º Batalhão ressaltou a necessidade de se refletir e buscar ações mais efetivas ao combate à violência doméstica sofrida pela mulher. “As conquistas das mulheres não dependem exclusivamente delas. Também cabe a nós homens abriremos espaços, entender, compreender e lutar ao lado delas para que possamos acabar com todo e qualquer tipo de violação aos direitos das mulheres”, afirmou o Tenente-Coronel.

A Sargento Vânia Carla da Silva foi a primeira mulher a comandar um destacamento no 12º Batalhão, na unidade em Itaú de Minas. Ela acredita que houve uma evolução com relação à presença da mulher na Polícia Militar.

“Até a aceitação da mulher na Polícia, a profissão era considerada masculinizada. Hoje já temos uma boa aceitação, apesar de ainda enfrentarmos algumas barreiras. Por exemplo, em uma blitz quando a pessoa é parada por uma policial feminina ainda há uma certa resistência, mas aos poucos estamos quebrando este preconceito”, relata.



34
12º Batalhão da Polícia Militar de Póvoa de Variz



*Juntos há 27 anos ser
cada vez melhor você.*

ANEXO IV – Regulamento de Uniformes e Insígnias da PMMG

(- SEPARATA DO BGPM No 95 de 11 de Dezembro de 2014 -)

CAPÍTULO II

DA APRESENTAÇÃO PESSOAL

Seção I

Da apresentação pessoal da Militar Art. 25. A militar, ao usar os uniformes constantes deste Regulamento, deve fazê-lo com especial esmero, observando as seguintes prescrições:

I - A maquiagem deve ser usada com moderação e em tons discretos, sempre em conformidade com as condições e exigências do ambiente (baile, representação, formatura, instrução, serviço).

II - as unhas devem ser tratadas, com comprimento máximo limitado pelo alinhamento da ponta dos dedos e podem ser pintadas com esmalte nas seguintes cores:

a) incolor (base);

b) branco (transparentes, cremosos e cintilantes);

c) tons claros de rosa;

d) tons de vermelho e vinho (cintilantes e cremosos);

e) “francesinha” com esmalte branco e unha com esmalte transparente;

f) tons de marrom, bege e creme.

Parágrafo único. A pintura das unhas deve ser feita em uma única cor, sendo vedado o uso de adornos como adesivos, desenhos, *strass* e esmaltes com *glitter*.

Art. 26. A militar uniformizada poderá fazer uso somente dos seguintes adornos:

I – brincos: um em cada orelha, em tamanho que não ultrapasse, em mais de um centímetro, o final

do lóbulo da orelha;

II – anel: até três, incluindo a aliança e anel de formatura, nas cores dourada e prateada;

III – relógio: um, de pulso, com pulseira metálica prateada ou dourada, de couro ou de plástico nas cores marrom ou preta;

IV - um cordão no pescoço e uma pulseira no pulso, metálicos, cor dourada e/ou prateada, de fina espessura e formados por uma única volta e com diâmetro máximo de três milímetros para os aros.

§1o Nenhum dos adornos especificados neste Regulamento pode destoar pela cor ou pelo tamanho, do conjunto do uniforme, não sendo permitido o uso de quaisquer outros além dos mencionados acima.

§2o Havendo mais de um furo na orelha, o brinco será usado naquele existente no lóbulo.

Art. 27.

As militares manterão os cabelos penteados e alinhados, de acordo com o comprimento do cabelo.

§1o A coloração artificial do cabelo deve ser feita com moderação, utilizando as cores naturais, em tonalidades discretas e compatíveis com o uso do uniforme militar;

§2o Com a cobertura as orelhas devem ficar à mostra;

§3° O penteado pode ter franja, desde que ela não apareça quando com cobertura;

§4° Os adornos de cabelo permitidos são grampos simples ou presilha tipo “tic-tac”, elásticos e rede, todos nas cores preta ou marrom.

§5° Em solenidades é permitido o uso de acessórios discretos com *strass*.

Art. 28. O cabelo curto poderá ser usado solto, com todos os uniformes.

§1° É considerado cabelo curto aquele cujo comprimento fique acima da gola do uniforme (parte superior do colarinho), estando a militar na posição ereta.

§2° Fica proibido à militar raspar a cabeça com máquina inferior a n° 5.

§3° É vedado o uso de corte de cabelo tipo “topete”, “moicano” ou cabelo levantado na parte anterior da cabeça, com ou sem gel fixador.

Art. 29. O cabelo médio ou longo deverá ser usado preso firmemente, sem pontas soltas, em penteados que mantenham o cabelo à altura estipulada para o cabelo curto, acima da gola do uniforme.

§1° Se o cabelo estiver preso em coque, será obrigatório o uso de tela confeccionada em nylon ou algodão, tipo “redinha” nas cores marrom e preta.

§2º Se o cabelo estiver preso em trança, a ponta do cabelo deverá ser embutida na própria trança ou dado o acabamento com coque.

§3º Será permitido o uso dos cabelos médios e longos presos na parte posterior da cabeça com penteado “rabo de cavalo” ou trança única, com o uniforme de educação física.

§4º Nas situações descritas no §3º deste artigo, os cabelos serão totalmente presos com elástico, evitando mechas caídas.

§5º É vedado o uso de bandana, faixa ou lenço na cabeça.

§6º Às militares que possuem enfermidades ou estão em uso de medicamento que tenham como efeito colateral a queda dos cabelos, será permitido o uso de lenço liso, nas cores preta ou marrom ou peruca, até que o crescimento capilar se restabeleça.

Seção II

Da apresentação pessoal do Militar

Art. 30. O militar masculino, ao usar os uniformes constantes deste Regulamento, deve fazê-lo com especial esmero, podendo fazer uso somente dos seguintes adornos:

I – anel: até dois, incluindo a aliança e anel de formatura, nas cores dourada e prateada, com largura máxima de 1,0cm cada;

II – relógio: um, de pulso, com pulseira metálica prateada ou dourada, de couro ou de plástico nas cores marrom ou preta;

III - um cordão no pescoço e uma pulseira no pulso, metálicos, prata, dourado ou preto de fina espessura e formados por uma única volta e com diâmetro máximo de três milímetros para os aros.

Art. 31. Fica adotado para os militares masculinos, o uso do corte de cabelo denominado “aparado curto”.

§1º. Entende-se como “aparado curto” o corte de cabelo apresentado nas imagens constantes no Anexo D, em que se usa para a parte inferior (nuca) e lateral do crânio a máquina nº 2 e, para a

parte superior do crânio, a máquina nº 3; o “pé do cabelo” deverá ser aparado com tesoura ou com navalha.

§2o. Para os militares que possuem o cabelo crespo, será utilizada a máquina n° 1 na nuca e na lateral e máquina n.o 2 ou n.o 3 na parte superior, ou, em sua integralidade, a máquina n°1.

Art. 32. O corte de cabelo deverá ser renovado em períodos não superiores a 30 dias, excetuando-se quando em curso, situação em que a frequência será determinada pelo Comandante da APM.

Parágrafo Único. É vedado o uso de corte de cabelo tipo “topete”, “moicano” ou cabelo levantado na parte anterior da cabeça, com ou sem gel fixador.

Art. 33. É proibido o uso de costeleta.

Parágrafo único. Considera-se costeleta a porção de barba e cabelo que se deixa crescer na parte lateral do rosto.

Art. 34. Ao militar calvo é permitido raspar a cabeça.

Parágrafo único. Para fins deste Regulamento, calvo é aquele cuja queda de cabelo tenha atingido área superior a 40% da superfície do couro cabeludo (figura IV e seguintes do quadro constante no Anexo B).

Art. 35. É permitido o uso do bigode, desde que devidamente aparado na linha do lábio, não podendo as suas pontas ultrapassar as comissuras labiais.

§1o Chama-se comissura labial o ângulo de inserção dos lábios inferior e superior (canto da boca).

§2o O bigode é aparado 2,0mm acima da linha do lábio superior.

§3o É vedado o uso de bigode para os militares em curso de formação.

Art. 36. É vedado o uso de barba, cavanhaque ou barbicha no queixo.

Parágrafo único. A dispensa da obrigação de raspar a barba, comprovada por meio de prescrição médica publicada no Boletim Interno (BI) da Unidade, implica no uso de trajes civis adequados à ocasião, conforme correspondência com o uniforme C1 estabelecida no Anexo A deste Regulamento, assim como na proibição do uso de qualquer uniforme fora do quartel.

Art. 37. Os adornos de que trata este Capítulo não devem fazer apologia à violência ou a qualquer outro assunto de natureza depreciativa, que atente contra a ética e a disciplina militares.